

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ELIZÂNGELA RIBEIRO FRAGA

**O PROGRAMA DE CRÉDITO ESTUDANTIL “BOM NA ESCOLA”:
estudo sobre uma política social de geração de renda e redução
dos índices de reprovação e evasão**

**VITÓRIA
2010**

ELIZÂNGELA RIBEIRO FRAGA

**O PROGRAMA DE CRÉDITO ESTUDANTIL “BOM NA ESCOLA”:
estudo sobre uma política social de geração de renda e redução dos
índices de reprovação e evasão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação, vinculada à linha de pesquisa: História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gilda Cardoso de Araujo

VITÓRIA

2010

ELIZÂNGELA RIBEIRO FRAGA

**O PROGRAMA DE CRÉDITO ESTUDANTIL “BOM NA ESCOLA”:
estudo sobre uma política social de geração de renda e redução dos
índices de reprovação e evasão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 30 de junho de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Gilda Cardoso de Araujo
Orientadora

Prof^a Dr^a Edna Castro de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a Dr^a Theresa Maria de Freitas Adrião
Universidade Estadual de Campinas

A Jhawa Memelli de Moura, companheiro de todas as horas, pelo amor, carinho e paciência que me dedica todos os dias.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo cuidado.

À professora Gilda Cardoso de Araújo pela paciência nas leituras, nas orientações, pelo empenho e exigências, por todo carinho com que conduziu esse trabalho e pelas contribuições.

À professora Theresa Adrião pela leitura cuidadosa e pelas contribuições na banca de qualificação.

À professora Edna Castro de Oliveira pelo carinho, apoio e participação na minha vida acadêmica, pelas sugestões de leitura, pela confiança.

A Jhawa Memelli de Moura, pelas contribuições em meu trabalho e pela compreensão das minhas ausências em muitos momentos.

Aos amigos e amigas que me acompanharam: Andrea, Marga, Simone, Fidélia, Marcos (Peu), Elis, Andreia Almeida e a turma dos Trópicos da turma 22 (Valeu!).

A Leo e Shirley pelo cuidado na leitura, formatação e sugestões.

Às professoras e professores do Centro de Educação, pois caminham lado a lado comigo desde 1999.

Ao Núcleo de Educação de Jovens e Adultos, que me proporcionou momentos de crescimento pessoal, intelectual e acadêmico.

Às Escolas, aos professores, aos diretores, aos pedagogos, aos alunos e aos pais de alunos pela acolhida durante a pesquisa.

À Secretaria Municipal de Educação da Serra, pelo incentivo e apoio, bem como pela disponibilização dos dados.

Ao Paulo Rangel Lyrio pelo apoio e colaboração (Muito obrigada!).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo entender a contribuição do programa “Bom na Escola”, implantado pelo município da Serra, Estado do Espírito Santo, em 2007 e seus objetivos quanto à diminuição dos índices de evasão e reprovação escolar. O Programa “Bom na Escola” se caracteriza enquanto um programa de renda mínima condicionado à educação e garante ao aluno a quantia de R\$ 100,00 (cem reais), ao final da quarta série e ao final da oitava série àqueles que forem aprovados e obtiverem uma frequência de 90%. A partir da historização dos programas de renda mínima e sua ligação com as Reformas do Estado, foi possível contextualizar melhor o “Bom na Escola”. A metodologia utilizada foi um estudo de caso em que procuramos evidenciar quais os impactos do programa nas escolas. Pesquisamos por meio de entrevistas semi-estruturadas e grupo focal, gestores municipais presentes na elaboração e implementação que entrou em vigor no ano de 2007. Os resultados indicam que os alunos e pais de alunos desconheciam o programa ou tinham pouca informação sobre ele. E que os gestores escolares e professores não incorporaram o programa no cotidiano da escola e que paralelamente o que mantém os alunos na escola e zela pela frequência é o “Pró-escola”, programa desenvolvido numa parceria escola e Vara da Infância e Juventude. Percebemos que os objetivos de evasão e reprovação não estão sendo alcançados. No entanto, as relações com o comércio local são bem estreitas o que nos leva a crer que o programa tem atendido mais aos anseios do comércio do que aos anseios pedagógicos.

Palavras-chave: Renda Mínima – Reforma do Estado – Educação - Políticas Educacionais - “Bom na Escola” - Pobreza

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the program "Bom na Escola", established by the municipality of Serra, Espírito Santo, in 2007 and its objectives regarding the reduction of dropout rates and school failure. The program "Bom na Escola" is characterized as a minimum income program conditional on education and provides students with the amount of \$ 100.00 (one hundred dollars) at the end of fourth grade and eighth grade at the end of those who are approved and obtain a frequency of 90%. From the historicizing of minimum income programs and their connection with the reform of the state, could better contextualize the "Bom na Escola." The methodology was a case study in which we seek to demonstrate the impacts of the program in schools. We researched the various subjects of two schools in the region José de Anchieta in the city. During the search we realized that the program at first was sent to the Board by the mayor, but from the disclosure in the media was able to participate, even at minimum levels, civil society organizations. With the intervention of civil society, the program's focus has changed: before the focus was on failure, with the changes the focus concentrated on avoidance. The program went into effect in 2007, however it is still unknown to many school subjects. Students and parents know the program or had little information about it. This made the expected results were not achieved because the program does not live in school, not part of day-to-day life of teachers and students. What keeps students in school and ensure the frequency is the "Pro-school" program developed in a partnership school and the Childhood and Youth. We realize that the goals of tax evasion and failure are not being achieved. However relations with local businesses are very narrow which leads us to believe that the program has served more to the concerns of trade than to educational aspirations.

Keywords: Minimum Wage - State Reform - Education - Education Policy - " Bom na escola”

LISTA DE SIGLAS

BHD – Bono de Desarrollo Humano
CDDH – Conselho de Defesa dos Direitos Humanos
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública
CME – Conselho Municipal de Educação
CIVIT – Centro Industrial de Vitória
FAMS – Federação da Associação de Moradores da Serra
FUNDEB – Fundo Nacional da Educação Básica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE – Ministério da Reforma do Estado
MDS – Ministerio de Desarrollo Social
MTESS – Ministério de Trabajo Empleo y Seguridad Social
PBE – Programa “Bom na Escola”
PDE – Plano Nacional da Educação
PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PGRM – Programas de Geração de Renda Mínima
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDC – Partido Social Democrata Cristã
PT – Partido dos Trabalhadores
RMI – Renda Mínima de Integração
SINDIUPES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado
TIMS – Terminam Multimodal da Serra

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Região Litoral do município da Serra – ES	25
Mapa 2 – Região José de Anchieta do município da Serra - ES.....	26
Mapa 3 – Região Carapina Grande (Carapina I e II) do município da Serra - ES	27
Mapa 4 – Região Civit do município da Serra - ES.....	28
Mapa 5 – Região Serrana – Município da Serra – ES	29
Mapa 6 – Mapa das regiões administrativas da Serra	30
Mapa 7 – Mapa do município da Serra	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas Municipais de Renda Mínima Brasileiro Condicionados à Educação	61
Quadro 2 – Programas Estaduais de Renda Mínima Brasileiro Condicionados à Educação	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento populacional da Serra.....	69
Gráfico 2 – Comparação do PIB em valores entre os anos de 2002 e 2006.....	70
Gráfico 3 – Comparação do PIB em porcentagem entre os anos de 2002 e 2006.....	70

LISTA DE ORGANOGRAMAS, FIGURAS E ESQUEMAS

Organograma 1 – Organograma da Secretaria da Educação	73
Figura 1 – Cartão 2007 (frente).....	84
Figura 2 – Cartão 2007 (verso).....	84
Figura 3 – Cartão 2009 (frente).....	84
Figura 4 – Cartão 2009 (verso).....	85
Esquema 1 – Circulação do dinheiro	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, sexo e situação do domicílio	71
Tabela 2 – População Alfabetizada	71
Tabela 3 – Taxa de analfabetismo por faixa etária	72
Tabela 4 – Taxa de reprovação por região geopedagógica	86
Tabela 5 – Taxa de evasão por região geopedagógica.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	21
2 CENÁRIOS DA HISTÓRIA: ESTADO E POLÍTICA SOCIAL	34
2.1 A LEI DOS POBRES: TRAJETÓRIA	34
2.2 PADRÕES DE INTERVENÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS	37
2.3 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL.....	43
3 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS.....	47
3.1 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA CONDICIONADOS À EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE.....	50
3.2 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA NO BRASIL.....	54
3.3 PROGRAMAS SOCIAIS COMO ALTERNATIVAS DE COMBATE A POBREZA E A DESIGUALDADE	62
3.4 A IGUALDADE DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO ESCOLAR: O QUE SE ESPERA DE UMA ESCOLA JUSTA?	65
4 O MUNICÍPIO DA SERRA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E ECONÔMICA	68
4.1 POPULAÇÃO SERRANA	71
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA	73
4.3 O PROGRAMA “BOM NA ESCOLA”	76
4.4 DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA	77
5 PROGRAMA “BOM NA ESCOLA”: ESSES CEM REAIS AÍ?	86
5.1 PERMANÊNCIA ESCOLA.....	86
5.2 PARTICIPAÇÃO, DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO PROGRAMA “BOM NA ESCOLA”: A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS	93
5.2.1 Professores x divulgação	93
5.2.2 Como a gente fica sabendo disso?.....	94
5.3 A PREFEITURA CUIDA DO SEU FUTURO, MAS SEM VOCÊ SABER: A INVISIBILIDADE DO PROGRAMA NO IMAGINÁRIO DOS ALUNOS.....	96
5.4 EMBATE ALUNO E PROFESSORES	Erro! Indicador não definido.
5.5 A INTERFERÊNCIA DO PROGRAMA “BOM NA ESCOLA” NA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA ESCOLA.....	99

5.6 A CIRCULAÇÃO FINANCEIRA E O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL.....	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
APÊNDICES	118
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas – Professores	119
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevistas – Pais de alunos	120
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevistas – Alunos	121
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevistas – Coordenador do Programa, Secretário de Educação, Vereador	122
APÊNDICE E - Entrevista – Gestores (Pedagogos e Diretores escolares).....	123
ANEXOS	124
ANEXO A - Lei 3113/2007 de 04 de julho de 2007	125
ANEXO B - Organograma da Secretaria de Educação	128
ANEXO C - Aluno da Serra que Passarem de Ano vão Ganhar R\$ 100,00.....	129
ANEXO D - Dinheiro de Bolsa para Estudantes da Serra será Depositado este Ano.....	130
ANEXO E - Professores da Serra Condenam Projeto de Bolsa.....	131
ANEXO F - Projeto de Prêmios para Aprovados será Alterado	132
ANEXO G - Bom de Escola é Aprovado após Modificações.....	133
ANEXO H - Serra: após um ano, sai bolsa para alunos	134

INTRODUÇÃO

Nesses tempos de reforma do Estado, de configuração e de reconfiguração do neoliberalismo, a educação sofreu várias intervenções e reformas considerando as recomendações tanto de organismos internacionais quanto de pautas governamentais, sejam municipais, estaduais ou federais. Uma das ações em destaque nas últimas duas décadas são os programas de renda mínima condicionados à educação.

A expansão de programas dessa natureza foi intensa, principalmente em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil e dos países da América Latina e Caribe. As políticas educacionais desses países relacionam-se estreitamente com políticas focalizadas de redução da pobreza e com políticas de combate a reprovação e evasão escolar.

Esta pesquisa aborda o Programa “Bom na Escola”, instituído no município da Serra, estado do Espírito Santo. O interesse foi investigar o programa no que se refere aos seus objetivos de acesso e permanência escolar, para tanto investigamos a rotina escolar e os sujeitos nesse espaço e a influência do programa nos aspectos pedagógicos dos alunos, professores e gestores escolares. Para além disso, os sujeitos envolvidos na implementação, organização e administração do programa também foram sujeitos da pesquisa, pois acreditava-se que outros elementos deveriam ser elucidados para além da questão escolar. Nosso objetivo foi entender o que mudou com o programa, principalmente em relação ao acesso e permanência na escola e à geração de renda.

A escolha desse município, como campo de pesquisa, foi em decorrência da minha atuação profissional na Serra e, por isso, a curiosidade e a responsabilidade política de contribuir teoricamente com a realidade educacional desse município. O entusiasmo pelo meu trabalho e a estima pelo município e pela educação, fez com que me sentisse envolvida com toda as questões políticas imbricadas naquele meio social, e me impulsionou a entender o que está por trás de todas as medidas tomadas, programas e projetos implementados.

O trabalho no município da Serra, me envolve nos projetos e políticas educacionais do município. Muitas vezes a forma como esses projetos e políticas chega até aos professores e pedagogos impede um entendimento mais aprofundado, nos deixando apenas com as justificativas veiculadas pela imprensa. Informações mais elaboradas sobre em que base estão fundamentadas as orientações para o desenvolvimento de tais propostas não são repassadas e isso me causa certo incômodo.

Foi nesse contexto que surgiu a idéia de pesquisar o Programa “Bom na Escola”, que

iniciou sua trajetória em 2007, quando o prefeito Audifax Charles Pimentel Barcelos enviou à Câmara de Vereadores do município da Serra o projeto de Lei 028/07 para ser votado em Regime de Urgência. Após algumas alterações, o programa foi aprovado em junho de 2007, por meio da Lei 061/07. As alterações foram referentes ao tipo de repasse e ao condicionamento à frequência de 90%.

O Programa focaliza suas ações na redução dos índices de reprovação e evasão, além de buscar a promoção da justiça social no município ao propiciar aos alunos um vale estudantil de R\$ 100,00 (cem reais). Esse vale estudantil pode ser utilizado nas papelarias credenciadas e ainda em cursos de informática e língua estrangeira. Apenas os alunos concludentes da 4ª e 8ª série utilizam o benefício. Para os outros alunos o repasse funciona como uma poupança e poderá ter seu saldo utilizado ao final da 4ª ou 8ª séries.

A iniciativa de implementação de um programa dessa natureza, foi recebida com muita polêmica por parte dos professores. As informações iniciais sobre o programa foram noticiadas na imprensa local e tanto as escolas quanto professores, alunos, pais e sociedade civil organizada receberam as informações por meio dos jornais. Os debates iniciais também foram travados por meio dos jornais e a imprensa relatou os argumentos dos docentes que eram contrários à implementação do programa. Uns achavam que o projeto discriminava o aluno por meio da reprovação e o excluía duplamente: uma com a reprovação e outra com a não premiação. Outros afirmavam que o “Bom na Escola” era ilegal, pois colocava a criança como fonte de renda da família, e outros, ainda, sustentavam que o programa era compensatório e por isso não era suficiente para atender às questões socioeconômicas as quais estavam sujeitos os alunos das escolas públicas.

Como as críticas ao programa ganharam contornos na imprensa e abrangência estadual, a Câmara de vereadores no município da Serra convocou uma Audiência Pública para discutir o “Bom na Escola” na tentativa de abrir o diálogo com os segmentos da sociedade civil organizada. Na Audiência estiveram presentes o secretário de educação do município, Gelson Silva Junquilha; representações do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH); da Federação da Associação de Moradores da Serra (FAMS); do Conselho Municipal de Educação (CME); da Promotoria Pública, Magistério; do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado (SINDIUPES) e representantes da Câmara de Vereadores do município.

Após a Audiência, o programa recebeu algumas modificações, o que mudou seus objetivos iniciais e seu foco. Inicialmente o foco era a reprovação, com as mudanças, passou a ser a evasão, e a reprovação não era mais empecilho para receber o benefício.

Portanto, a relevância desse tema diz respeito à importância de entender esse programa para além das críticas mais evidentes, levantadas por muito profissionais, pois só assim podemos aprofundar as discussões sobre o Programa “Bom na Escola”.

Outra questão a ser elucidada é em relação aos objetivos de redução dos índices de evasão e reprovação que o município almejou com a implementação do Programa, bem como entender a procedência das idéias desse Programa e a concepção de política educacional presente na dinâmica política, social, econômica e educacional inerente ao contexto da pesquisa.

Para isso, penso ser extremamente relevante essa investigação, com intuito de desvelar as questões macrossociais e microssociais implicadas nas políticas educacionais da Serra.

Na busca de compreender o programa, sua incidência na escola e na comunidade e sua interlocução com políticas macro, organizamos esse trabalho em seis capítulos.

No primeiro capítulo, explicamos a trajetória da pesquisa e a metodologia adotada. No segundo capítulo, trazemos o aporte teórico para subsidiar nossas discussões, buscando trabalhar com o Estado, suas configurações e reconfigurações, a política social e seus diferentes vieses de atuação. No terceiro capítulo, realizamos uma trajetória dos programas de renda mínima no Brasil e no mundo, enfocando seus limites e suas possibilidades e relações com a Reforma do Estado. No quarto capítulo, analisamos o programa “Bom na Escola”, discutindo seus caminhos para a definição de objetivos e para sua implementação. No quinto capítulo procedemos à apresentação e discussão dos dados coletados e no sexto capítulo fazemos algumas considerações sobre a pesquisa.

Esse estudo teve como objetivo contribuir com o município, por meio da pesquisa que revelou a real contribuição do programa, seja na diminuição dos índices de evasão e reprovação ou nos impactos que gera na vida econômica da família dos alunos beneficiados. Portanto o problema dessa pesquisa pautou-se na seguinte questão: **O Programa “Bom na Escola” tem alcançado seus objetivos no que se refere a garantia do acesso e da permanência na escola?**

O principal objetivo desse estudo foi analisar os fundamentos e os impactos do Programa “Bom na Escola” no que se refere à garantia do acesso e da permanência na escola.

Com intuito de atender a esse objetivo principal, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever programas de renda mínima condicionados à educação em funcionamento ou em fase de implementação no Brasil e na América Latina,

contextualizando-os;

- Relacionar os programas de renda mínima aos ideais de justiça social e ao processo de Reforma do Estado brasileiro;
- Relacionar o Programa “Bom na Escola” aos programas de renda mínima condicionados à educação;
- Avaliar os resultados do Programa “Bom na Escola”, no município de Serra-ES a partir das categorias de acesso, permanência e dos próprios objetivos elencados no programa.

1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Uma pesquisa acadêmica tem como premissa a busca pela compreensão de um determinado fenômeno, desvelando suas origens, suas interlocuções com a humanidade, suas relações sociais. Para que isso aconteça, é necessário despender de trabalho intelectual, desenvolvido a partir de caminhos que devem ser traçados e percorridos no intuito de alcançar os fins desejados.

Se o desejo pela descoberta de novos conhecimentos nos impulsiona a procurar respostas, explicações para os fatos, os métodos nos indicam o melhor meio para fazer essa busca. Nesse sentido, os métodos de pesquisa se apresentam como caminhos a ser trilhados para se chegar ao fim pretendido. Marconi e Lakatos (1986) definem método como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que subsidiam a caminhada em direção ao objetivo que se deseja, a fim de minimizar os percalços que esse percurso pode oferecer.

Enquanto o método se apresenta como o caminho a ser trilhado, a metodologia diz como trilhar esse caminho, quais as ferramentas e técnicas necessárias para o pesquisador no processo da pesquisa. No entanto, as técnicas e os métodos estão intimamente ligados. Gamboa (2005, p. 64), argumenta que “as técnicas não podem ser entendidas em si mesmas, sua compreensão está no método”, no entanto,

Os métodos são mais abrangentes que as técnicas. As técnicas têm sentido dentro dos processos de pesquisa e nas abordagens metodológicas. Por sua vez, os métodos não têm sentido, a não ser inseridos dentro de modelos ou paradigmas científicos. (GAMBOA, 2005, p. 66)

Berhring e Boschetti (2008) enfatizam que o método se define enquanto relação entre o sujeito e o objeto na construção do conhecimento, portanto o conhecimento não pode ser definido, pois ele se dá nas relações dialéticas e históricas da sociedade, portanto mutável.

O Programa “Bom na Escola”, enquanto política social, precisa ser analisado no âmbito das políticas em suas múltiplas dimensões, portanto o método adotado para essa análise é o crítico-dialético. Esse método pressupõe a pesquisa do fenômeno em suas dimensões históricas, culturais, econômicas e políticas (BERHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 43). Nessa perspectiva, o fenômeno social é um fato histórico, construído a partir das relações sociais e de poder, ele determina o real e é determinado por ele, pois.

O fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo e desempenha uma função dupla: definir a si

mesmo e definir o todo, ser ao mesmo tempo produtor e produto. (BERHRING E BOSCHETTI, 2008, p. 40)

Então as políticas sociais precisam ser analisadas enquanto fenômenos da sociedade capitalista, que é contraditória. “Devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é unidade do fenômeno e da essência.” (BERHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 39)

Os programas enquanto políticas sociais não podem ser avaliados fora do seu contexto social, político, econômico e cultural. No entanto, muitas avaliações de programas focalizam apenas os seus resultados, ação herdada do positivismo. Segundo Silva (2001), na década de 60 a avaliação de programas sociais se ocupava em entender as técnicas e as metodologias utilizadas em detrimento dos aspectos políticos envolvidos. A abordagem quantitativa era a mais usual e procurava avaliar, objetivamente, os resultados e medi-los por meio de dados quantitativos. Esse tipo de avaliação estava intimamente relacionado com o ideal positivista que “busca explicar as causas das mudanças nos fatos sociais, principalmente por meio da medida objetiva e análise quantitativa” (SANTOS FILHO, 1995, p.42).

Santos Filho (2005) relata que a abordagem positivista sofreu várias críticas, porém, ainda assim, atualmente é empregada por muitos pesquisadores no intuito de verificar os resultados alcançados e, a partir deles, avaliar a eficiência e a eficácia¹ dos programas sociais, principalmente após o neoliberalismo, uma vez que este enfatiza a relação custo-benefício dos programas sociais.

Para compreender as questões sociais, políticas, conjunturais e econômicas que estão imbricadas nas políticas sociais é necessário que se leve em consideração os aspectos sociais, econômicos e políticos envolvidos nesse contexto.

É a partir dessas premissas que traçamos nosso caminho de estudo para avaliar o Programa “Bom na Escola” e os seus objetivos quanto à redução da evasão e reprovação, promoção da permanência escolar. Para isso, usaremos a abordagem quanti-qualitativa num estudo de caso do referido Programa.

A abordagem quanti-qualitativa sugiu da necessidade das ciências sociais de dispor de possibilidades de avaliar um objeto em seu contexto, considerando a sua totalidade na construção do conhecimento como forma de complementar as informações necessárias à

¹ Esses dois termos são muito utilizados pela área administrativa para avaliar os resultados. Nesse sentido a eficiência seria a capacidade de se obter bons produtos com um mínimo de recursos possíveis. Enquanto a eficácia envolve o processo, diz respeito aos resultados alcançados. Esses dois termos estão intimamente ligados e numa avaliação quantitativa eles são fundamentais para avaliação de um programa.

pesquisa, portanto essas abordagens não são contrárias, mas

Essas categorias (qualitativo e quantitativo) modificam-se, complementam-se e transformam-se uma na outra e vice versa. De fato, as duas dimensões não se opõem, mas inter-relacionam como duas fases do real num movimento cumulativo e transformador de tal maneira que não podemos concebê-la uma sem a outra, nem separada da outra. (GAMBOA, 2005, p. 105)

O Estudo de caso, segundo Laville e Dione (1999), é o estudo de um caso geralmente escolhido por seu caráter típico, a fim de investigar com profundidade aquela realidade. Gil (1994) define estudo de caso como um estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos no intuito de conhecer amplamente, ou em detalhes, o objeto de estudo. Dessa forma, utilizamos esse tipo de estudo para compreender o Programa “Bom na Escola” enquanto um programa social.

De acordo com Silva (1997) a avaliação de programas sociais é entendida como uma forma de pesquisa social aplicada e dirigida e tem como objetivo obter informações que irão apoiar julgamentos e méritos sobre um programa. A avaliação de programas pode ser realizada enfocando duas abordagens: *ex-ante*, ou seja, durante a elaboração do programa e *ex post* realizada durante a implementação ou na finalização do programa.

Como essa pesquisa tem por finalidade avaliar as condições de surgimento do programa e a sua implementação², a pesquisa utilizará as duas abordagens: *ex-ante e ex-post*. Para isso, haverá a comparação dos dados de aprovação, reprovação e evasão do ano anterior ao programa (2006) com os dos anos em que o programa estava em vigência (2007 e 2008). Outro foco de análise do programa é a coleta de dados referentes ao contexto político da implementação do programa. A busca de informações e dados que desvele a trajetória/percurso de elaboração do “Bom na Escola”, os processos de debate e discussão, os atores envolvidos e as situações de entraves políticos e ideológicos durante esse momento.

Além dos documentos da Secretaria de Educação, foram realizadas entrevistas com cerca de 70 (setenta) alunos, 16 (dezesesseis) pais, 10 (dez) professores, 7 (sete) gestores (diretores e pedagogos), coordenador do programa “Bom na Escola”, representante da empresa responsável por distribuir os cartões, secretário de educação que atuava na época da implementação do programa e vereador proponente da Audiência pública.

Além desses sujeitos, outros segmentos foram contatados para entrevistas, como

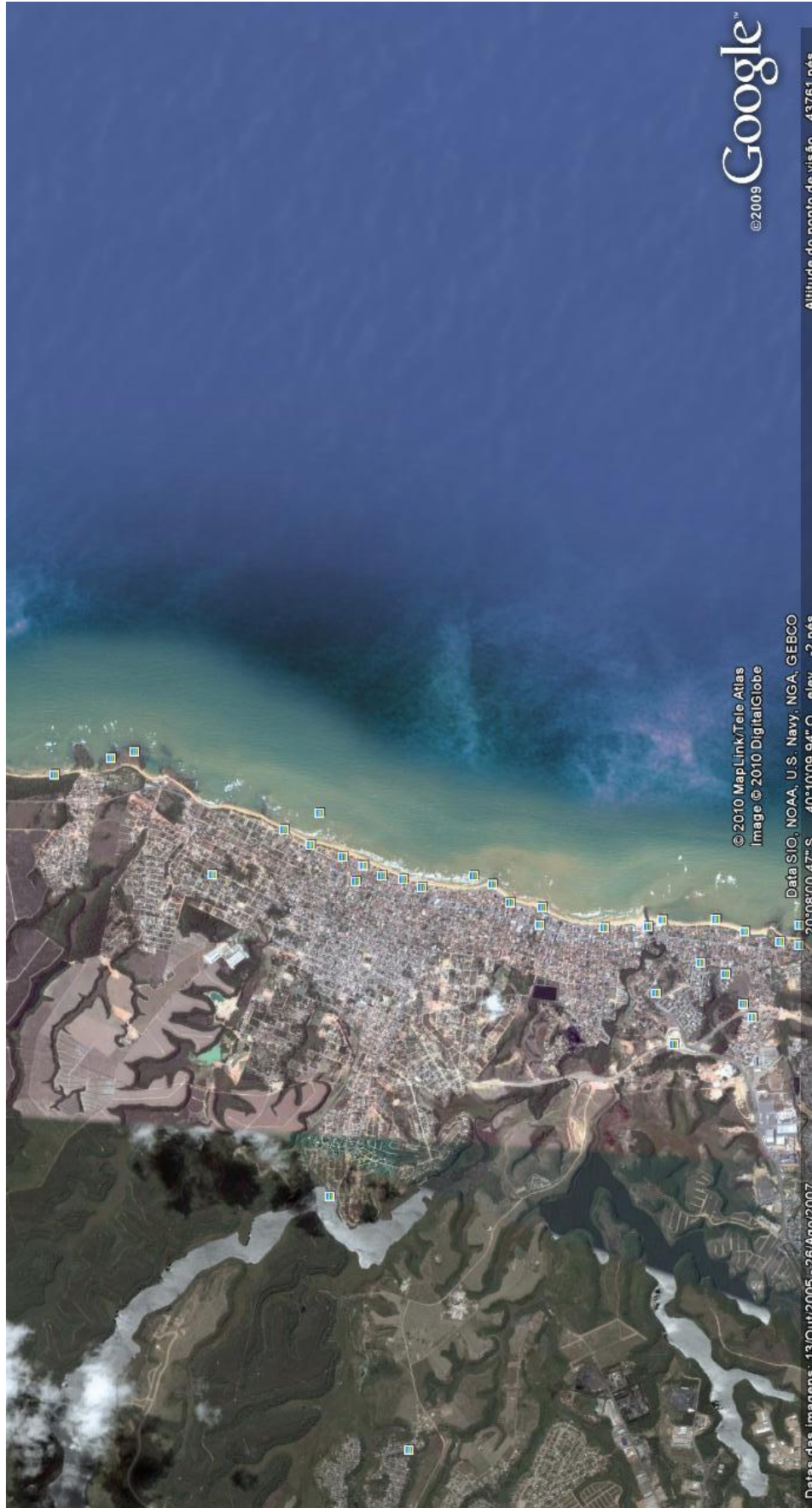
² O termo implementação está sendo utilizado a partir do entendimento de Maria Ozanira Silva e Silva (2008, p. 39), que descreve o termo enquanto “fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas pré-estabelecidas, tendo em vista a obter resultados pretendidos.”

Conselho Municipal de Educação e representantes do SINDIUPES. No entanto, apesar desses segmentos se colocarem à disposição para contribuir com a pesquisa, eles ou não retornaram os contatos ou não compareceram aos encontros marcados.

Os estabelecimentos comerciais credenciados no “Bom na Escola” também não se sentiram à vontade em conversar sobre a influência do programa nas vendas do estabelecimento. Diante dessa situação procuramos o Diretor da Câmara dos Dirigentes Lojistas da Serra e o representante da empresa contratada para distribuir os cartões.

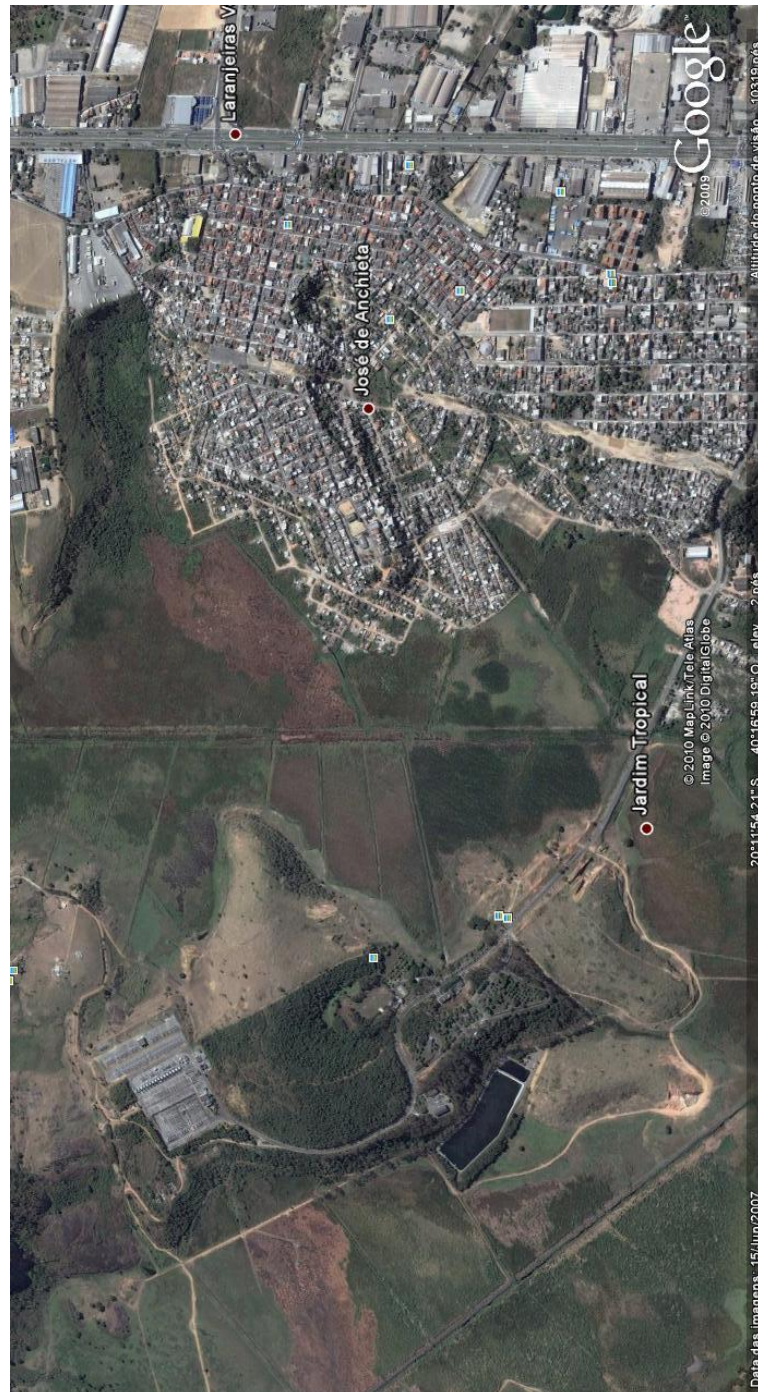
As escolas do município da Serra estão divididas em seis regiões geopedagógicas, que seguem a organização das regiões administrativas. As regiões são formadas a partir de agrupamentos de escolas próximas com a finalidade de facilitar o acompanhamento da Secretaria de Educação a essas instituições de ensino. As regiões existentes são: litorânea, José de Anchieta, Grande Carapina (Carapina I e Carapina II), Civit e Serrana. Para melhor visualização, apresentamos abaixo, por meio do programa Google Earth, a visualização de cada região.

A região litorânea é a que mais atrai os turistas, pois é composta de praias e lagoas; o comércio é todo voltado para atender aos visitantes. Apesar disso, nessa região, existem bairros com características completamente diferentes, apresentando estrutura precária e baixo nível socioeconômico. Esses bairros foram ocupados por serem próximos à área dos balneários, o que dá facilidade aos moradores de se locomoverem para esses espaços.



Mapa 1 – Região Litoral do município da Serra – ES
Fonte: Google Earth

As regiões Carapina I e II e José de Anchieta são consideradas o centro nervoso do município, pois abrigam a maioria da população serrana e atraindo cada vez mais pessoas em decorrência dos grandes investimentos imobiliários nessas regiões. São as regiões que recebem pessoas de municípios vizinhos devido ao emprego no comércio e em empresas como a Arcelor Mital e o Terminal Multimodal da Serra (TIMS).

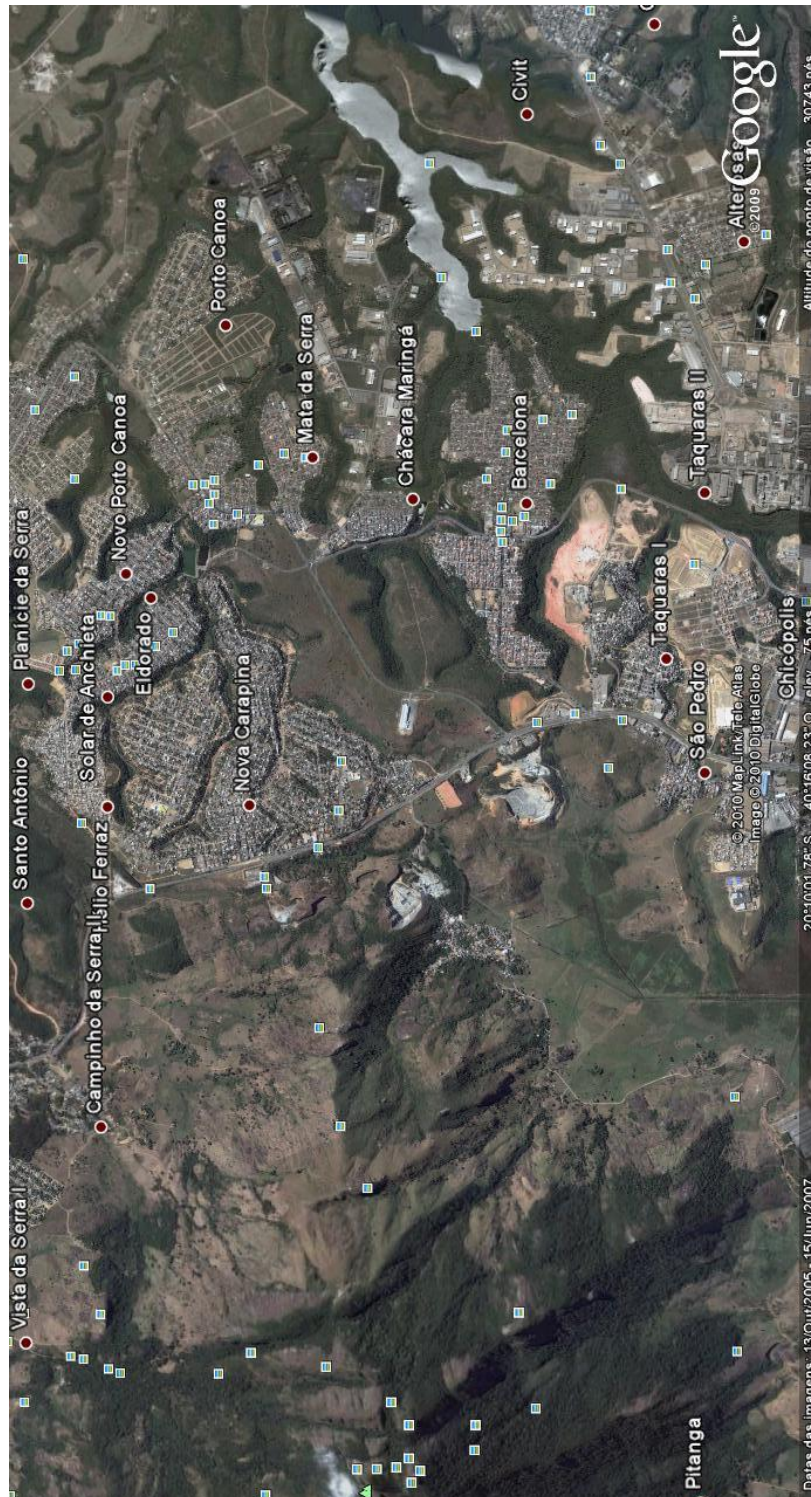


Mapa 2 – Região José de Anchieta do município da Serra - ES
Fonte: Google Earth



Mapa 3 – Região Carapina Grande (Carapina I e II) do município da Serra - ES
Fonte: Google Earth

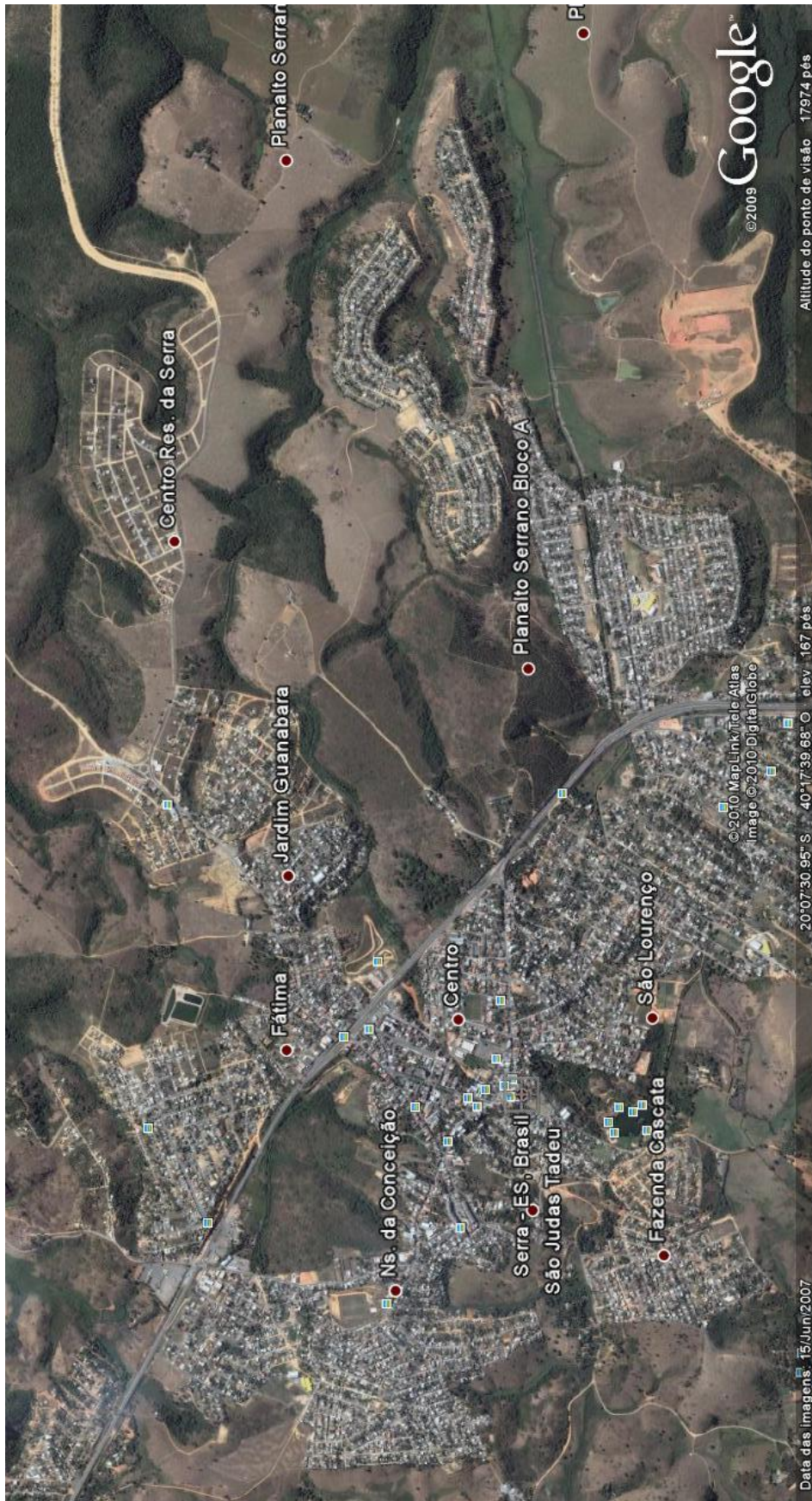
Na região Civit está localizada grande parte das empresas do município. Por esse fato, os bairros foram planejados e bem estruturados, objetivando atender às demandas das empresas nessa região. A ocupação foi bem ordenada o que a torna diferente das demais.



Mapa 4 – Região Civit do município da Serra - ES

Fonte: Google Earth

A região serrana agrupa a sede do município e os bairros vizinhos, inclusive a zona rural.



O agrupamento de todas essas regiões pode ser visualizada no mapa sobre as regiões administrativas. As divisões geopedagógicas não coincidem com as divisões administrativas, mas nos dão uma base para localização das regiões no município e em relação aos outros municípios também.



Mapa 6 – Mapa das regiões administrativas da Serra

Fonte: Mapas da Serra

A opção foi trabalhar com a pesquisa na região José de Anchieta, pois essa apresentou aumento nos índices de reprovação nos anos de 2006, 2007 e 2008 e diminuição do índice de evasão nesses mesmos anos. Esses fatores trouxeram um alerta em relação a essa região e incitaram a pesquisa, pois havia indícios de que algo estaria acontecendo e apenas com a pesquisa poderíamos ter real alcance dessa realidade.

A região conta com 6 (seis) escolas que atendem a todas as séries do Ensino Fundamental. Dessas, 1 (uma) foi inaugurada somente em 2007, por isso não poderia ser objeto de pesquisa, pois precisávamos analisar dados de anos anteriores a essa data, para fazer comparação. Duas dessas Unidades de Ensino atendem alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, inclusive ofertam escolarização para pessoas jovens e adultas durante o turno

noturno. As demais escolas atendem apenas ao turno diurno e do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Dessa feita, foram selecionadas duas escolas de maior porte: uma com maior índice de evasão e outra com um índice menor e que atendesse aos alunos dos dois segmentos do ensino Fundamental. As escolas estão localizadas nos bairros José de Anchieta³ e Jardim Tropical, do município da Serra. A população desse bairro é formada por pessoas que vêm de diferentes lugares do estado do Espírito Santo e de estados vizinhos, como é o caso da Bahia. Como os bairros ficam localizados nas proximidades do bairro Laranjeiras e da região do Centro Industrial de Vitória (CIVIT), centro comercial e área de grandes empresas, respectivamente, a região que abriga esses bairros atrai pessoas em busca de trabalho ou de moradias próximas ao trabalho.

Os sujeitos da pesquisa foram 10 professores, diretores e pedagogos escolares, alunos, pais de alunos, coordenador do programa, representante da Câmara, Diretor da Empresa responsável pela distribuição dos cartões e o secretário de educação responsável pela implementação do programa.

Em relação ao segmento de professores, foram entrevistados 10 professores estatutários e em regência de classe, que atuam no 2º segmento do Ensino Fundamental⁴, há 3 anos ou mais nas duas escolas pesquisadas. Essa caracterização se fez necessária, pois o professor precisava ter acompanhado os alunos da mesma escola antes e depois da implementação do projeto. Desses professores dois trabalhavam na Escola “Gente Feliz” e oito na Escola “Gente Miúda”⁵. Durante a pesquisa, tivemos algumas situações que dificultaram o processo das entrevistas com os professores, pois o dia-a-dia na escola é muito tumultuado e os professores dispõem apenas do tempo do planejamento para corrigir as atividades e provas. Como a coleta de dados foi no final do ano isso se agravou, pois era período de provas finais, o que causava maior tumulto e maior carga de trabalho para esse segmento. Diante dessa situação, quando o professor se dispunha a conceder a entrevista, ele tinha um tempo reduzido, o que prejudicou o desenvolvimento desse instrumento com esses profissionais. Esse procedimento de coleta de dados foi realizado na sala dos professores ou na sala do pedagogo, durante o planejamento docente. As entrevistas foram individuais com

³ Na região José de Anchieta, existe um bairro considerado principal, que possui o nome de Jose de Anchieta. Portanto estamos trabalhando com uma região e um bairro com nomes iguais, porem durante a discussão teremos o cuidado de identificar de que área geográfica estamos falando: bairro ou região.

⁴ O 2º segmento corresponde às séries finais do Ensino Fundamental.

⁵ Os nomes da escola são fictícios.

entrevistas com perguntas abertas.

Dos dez professores entrevistados, seis pertenciam à religião católica, dois não praticavam nenhuma religião e os demais eram protestantes. A maioria dos docentes era do sexo feminino, apenas dois dos entrevistados era do sexo masculino. A formação acadêmica de sete dos entrevistados era em especialização (*lato sensu*), e apenas três possuem apenas licenciatura plena. A média de tempo de serviço desses professores é de sete anos apenas no município da Serra.

No que se refere ao segmento de pais de alunos procedeu-se à escuta desses sujeitos por meio de grupo focal nas duas escolas selecionadas, com oito participantes em cada grupo. As entrevistas foram bem proveitosas e tranquilas. O grupo constituiu-se em sua maioria de mulheres. Em cada grupo havia apenas um homem e sete mulheres.

No tocante aos alunos, participaram da entrevista aqueles já beneficiados pelo programa e que já usaram o vale estudantil (alunos matriculados na 6ª série do ensino fundamental) e os que utilizariam o vale estudantil no ano de 2009/2010 (alunos concludentes do Ensino Fundamental, matriculados na 8ª série). A idade dos alunos entrevistados variou entre 11 (onze) e 14 (quatorze) sendo a maioria do sexo feminino. Utilizamos o grupo focal como ferramenta de pesquisa, a mesma utilizada com os pais. Essa técnica de entrevista é muito utilizada, pois permite conversar com várias pessoas ao mesmo tempo, sobre um mesmo tema, esse método “deve se desenvolver mediante um guia de perguntas que vão do geral ao específico, em ambiente não-diretivo, sob a coordenação de um moderador capaz de conseguir a participação e o ponto de vista coletivo e individual (MINAYO et al 2005, p. 92).” A recomendação é que o grupo focal seja composto por, no mínimo, oito e, no máximo, doze pessoas.

A seleção dos alunos foi a partir de critérios, como: ter utilizado o benefício e receber o benefício no ano da pesquisa (2009). Os grupos se constituíram a partir da disponibilidade de conversar acerca do Programa. Informamos sobre a necessidade da autorização dos pais para que eles pudessem participar da entrevista. Essa autorização foi concedida por meio do termo de consentimento enviado às famílias dos alunos interessados em participar do grupo focal. A participação foi condicionada à autorização dos pais ou responsáveis, portanto o aluno só pôde participar do instrumento de pesquisa mediante a entrega do termo de consentimento livre e esclarecido, assinado pelo responsável. As entrevistas ocorreram na biblioteca da escola, no refeitório e algumas vezes na sala de aula.

Realizamos quatro grupos focais, por escola, dois em cada turno das duas unidades de ensino, sendo dois grupos focais com alunos de 6ª série e dois com alunos de 8ª série. O

número de alunos no grupo variou de acordo com o retorno dos termos de consentimento. Em cada série distribuímos doze termos de consentimento e em todos os grupos focais o número variou entre oito e doze: número de participantes recomendado para a realização de um grupo focal. Em alguns momentos, o retorno dos termos foi bem menor do que o almejado, então havia nova distribuição, com o objetivo de se alcançar o número recomendado.

Com os demais sujeitos da pesquisa, como Coordenador do Programa, Vereador, Empresa responsável pela distribuição dos cartões e Secretário de Educação, realizou-se entrevista semi-estruturada, pois essa técnica permite flexibilidade ao entrevistador para abordar outros assuntos que forem surgindo no decorrer da pesquisa.

As análises inicialmente, se fizeram a partir de documentos emitidos pela Secretaria de Educação, como os dados referentes à evasão e reprovação no município. Diante dessa pré-análise dos documentos, optamos por trabalhar com escolas de uma região que apresentava uma variação entre os anos de 2006 a 2008 em relação à reprovação e evasão. Portanto, em um segundo momento, fomos a campo para verificar o que estava ocorrendo com o programa na sua relação com os seus beneficiários (alunos e pais de alunos) e os outros segmentos da escola (professores e gestores escolares). Antes, porém, era necessário entender melhor o programa, então buscamos informações nos jornais locais e nas entrevistas com o coordenador do programa, bem como outros segmentos envolvidos na sua implementação.

Após a coleta desses dados, iniciamos a análise, tendo o cuidado de não esquecer que as políticas em âmbito local, nesse caso municipal, são frequentemente influenciadas pelas políticas globais, macro. Então, um Programa da natureza do “Bom na Escola” não é algo que está apenas na agenda local, mas compõe uma orientação mais geral. Dessa forma, considerar as políticas globais nos ajuda a entender os objetivos do Programa e avaliar melhor a sua relação com o mercado.

Assim, começaremos a análise do programa “Bom na Escola” discorrendo sobre o cenário político e institucional que marcou o processo de Reforma do estado no Mundo e no Brasil.

2 CENÁRIOS DA HISTÓRIA: ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Nesse capítulo abordaremos a trajetória da política assistencialista, que teve sua história marcada pela “Lei dos Pobres”, na Idade Média, além de seus desdobramentos no decorrer dos anos e suas transformações que acompanharam as mudanças políticas econômicas e sociais de cada época.

Assim, a política social na perspectiva marxiana, que é a que utilizamos, se apresenta como um instrumento de regulação social em sua relação com as políticas econômicas e sociais do Estado. Não iremos tratar a política social enquanto um fato isolado, mas “situada como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 39). Portanto, abordaremos a política social em sua complexidade na sua dimensão histórica, econômica, política e cultural para entender sua formação, conformação e correlação social em cada momento.

Como a Lei dos Pobres é o marco para as políticas sociais de assistência aos desvalidos, é interessante refazer o trajeto dessas políticas a partir de tal lei para compreendermos e percebermos as mudanças que foram se efetuando no decorrer do tempo até chegar aos dias atuais.

2.1 A LEI DOS POBRES: TRAJETÓRIA

De acordo com Pereira (2008), a “Lei dos Pobres” surgiu na Idade média, século XIV, como primeira tentativa de conter as desordens que poderiam surgir na transição da sociedade feudal para a liberal. A Igreja, nesse momento, era a principal responsável por atender a demanda dos pobres por meio da caridade cristã. No entanto, apenas a iniciativa da Igreja não era suficiente. Então, em 1351, foi instituído a “Lei dos Trabalhadores” (Statute of Laboures) na Grã-Bretanha e, posteriormente, em 1388, essa lei foi reforçada pela “Lei dos Pobres” (Poor Law) que fixava salários, além de impedir que os trabalhadores se movimentassem de uma paróquia para outra a fim de minimizar as chances de exaltação de ânimos entre eles.

Ainda segundo a autora, a lei regulamentava formas de controle social para os “vagabundos” e para conter a mendicância. As atitudes de controle social iam desde surras até mutilações e queimaduras, entre outros castigos físicos (PEREIRA, 2008, p. 62).

A lei de 1388 sofreu modificações e, em 1530, assegurou-se aos pobres inválidos o direito de mendigar e receber ajuda por parte das paróquias. Apesar disso, as pessoas que não

tinham emprego eram consideradas “vagabundas”, porém aptos para o trabalho, foram submetidos ao regime de escravidão, determinado pelo parlamento inglês.

A autora afirma que, em 1601, a “Lei dos Pobres” sofreu grandes alterações e passou a se chamar “Nova Lei dos Pobres”. Sua reedição ocorreu durante o reinado da Rainha Elizabeth e previa auxílio financeiro para crianças e inválidos pobres. Aos válidos pobres eram oferecidas as casas de trabalho, como possibilidade de terem uma ocupação. De acordo com essa nova lei, as pessoas eram classificadas na tentativa de instituir uma gestão administrativa dos grupos sociais a serem atendidos. Os grupos foram ordenados da seguinte maneira:

Pobres impotentes (idosos, enfermos crônicos, cegos e doentes mentais), que deveriam ser alojados nas *Poor-houses* ou *Almshouse* (asilos ou hospícios); *pobres rapazes para o trabalho*, ou *mendigos fortes*, que deveriam ser postos a trabalhar nas chamadas *Workhouses*; e os *capazes para o trabalho, mas que se recusavam a fazê-lo* (os corruptos), que deveriam ser encaminhados para reformatórios ou casa de correção. Além destes, havia crianças dependentes (órfãs ou abandonadas), que eram entregues a qualquer habitante que quisesse empregá-las em serviços domésticos ou não cobrasse nada (ou muito pouco) pelo seu sustento (PEREIRA, 2008 p. 64 grifos do autor).

No entanto, a maior limitação para colocar em prática a gestão desses grupos foi o fato de todas as iniciativas para conter a “vagabundagem” serem reduzidas à exploração mercantil do trabalho dos pobres, pois nesse contexto já entrava em cena o “período histórico conhecido como mercantilismo, cuja ênfase econômica incidia sobre a utilização do trabalho como fonte de riqueza ou como riqueza em si” (PEREIRA, 2008, p. 66).

Essa questão tornou-se alvo de críticas e, em 1782, aprovou-se uma emenda na “Lei Elizabetana” em que a assistência aos pobres era gerida pelo Estado e fora das *Workhouses*, instituiu-se também profissionais exclusivos para lidar com os pobres e atendê-los em casa. Também foram instituídas pensões e auxílios financeiros para os pobres, inclusive os válidos para o trabalho e, em 1795, instituiu-se um mínimo necessário para a subsistência dos pobres em reconhecimento à necessidade das pessoas menos abastadas de possuir uma renda que lhe garantisse o alimento.

Apesar de todas essas modificações na “Lei dos Pobres”, foi somente em 1834 que houve uma mudança radical nessa lei. Pereira (2008) afirma que a lei de 1834 baseava-se em princípios liberais utilitaristas⁶, significando um retrocesso do pouco que se havia avançado,

⁶ De acordo com Bobbio (2004, p. 1275) o utilitarismo “é o conjunto de doutrinas normativas que tem um conceito comum o qual afirma que a justificação moral de uma ação depende exclusivamente de sua utilidade”. Dessa forma, o utilitarismo não se preocupa com as ações empreendidas pelas pessoas, não diz como elas precisam agir, mas se detém, fundamentalmente, com o grau de felicidade que as escolhas proporcionam. A

nos anos anteriores.

A nova lei reforçava o mercado de trabalho, uma vez que todo homem e criança com capacidade para o trabalho deveriam exercê-lo, pois apenas os incapazes para tal função, como os velhos, enfermos e viúvas com filhos seriam assistidos. Apesar dessa assistência, muitas pessoas, desprovidas totalmente dos meios para sobreviver, se negavam a ir para as *wokhouses*, devido às condições subumanas as quais as pessoas eram submetidas. “Lá a alimentação era racionada; as instalações eram precárias; o ar viciado e a promiscuidade generalizada” (PEREIRA, 2008, p. 78).

Faleiros (1997, p. 12) afirma que durante a vigência da lei de 1834, auge do liberalismo, surgiram as casas para internamento dos pobres, “lá recolhiam-se os incapazes de trabalhar, velhos, crianças, mulheres, que eram obrigados a aprender um ofício.”

Apesar da vigência dessa lei por vários anos, Pereira (2008) afirma que esse período não se deu tranqüila e passivamente, mas em meio a manifestações de insatisfação e questionamento acerca da lei utilitarista dos pobres.

Porém, foi apenas na década de 1930, com a crise mundial de 1929, a qual afetou a economia global em decorrência da crise do sistema liberal, que o problema do desemprego ficou mais evidente, pois a exclusão do mercado de trabalho alcançou números exorbitantes e fez com que se repensasse a questão social.

A pobreza começou a ser vista por muitos, não como opção, mas como resultado da exploração da força de trabalho e da mão-de-obra barata. O dualismo social ficava evidente a cada dia e o que enriquecia uns, fortalecia a pobreza da maioria.

Como a “Lei dos Pobres” não dava mais conta de atender satisfatoriamente à regulação dos mesmos, criou-se, no final do século XIX, a Sociedade de Organização da Caridade. No entanto essa sociedade, conforme afirma Pereira (2008), acreditava que cada um era responsável por sua pobreza e que aceitar assistência era algo humilhante, devendo ser dada pelos próprios pobres numa rede de auto-ajuda.

Após várias modificações na Lei de assistência aos pobres, o início dos seguros sociais, voltados para grupos específicos da sociedade marcou o diferencial em relação à

ordem da sociedade, na perspectiva utilitarista, é avaliada pelo grau de satisfação dos indivíduos. Essa doutrina se baseia nas teorias teleológicas, em que o bem se define independente do justo, ou seja, o que é bom proporciona felicidade, prazer e satisfaz desejos.

referida lei. Principalmente no período entre guerra em que vários países elaboraram seus planos de seguridade social. De acordo com Marshall (1967), a Inglaterra teve seu plano de seguridade elaborado em 1925, a Alemanha em 1927, a França em 1928 e os EUA em 1935.

Essas modificações indicam mudanças da relação do Estado com a economia e com as questões sociais que interferiam diretamente no funcionamento de Estado. Se antes a pobreza era considerada uma opção para “vagabundagem”, com a industrialização a pobreza afeta o grupo de trabalhadores que não recebiam o suficiente para sobreviver. Com a crise do Estado Liberal e a passagem para o Estado Intervencionista, as políticas sociais de amparo ao trabalhador ganham contornos e se fortalecem durante esse período.

Assim, as forma de intervenção do Estado interferiu diretamente nos redimensionamentos das políticas sociais e as mudanças econômicas e sociais foram as bases das transformações e dos novos desenhos da política social.

No próximo item discorreremos sobre a política social e os padrões de intervenção do Estado e como essas novas configurações incidiram nas políticas sociais e econômicas da sociedade.

2.2 PADRÕES DE INTERVENÇÃO DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

No intuito de abrir espaço para o comércio e sob o argumento de que as liberdades individuais deviam estar acima de tudo, a intervenção do Estado absolutista passa a ser contestada. A célebre frase liberal “*laissez faire, laissez passer*” (deixe fazer, deixe passar) resume a idéia e traduz a defesa da liberdade econômica e política que começou a ganhar contornos.

No entanto, no final da primeira metade de século XX, o liberalismo entrou em crise. Sobre isso Toledo (2002, p. 75) afirma que o liberalismo fracassou, pois não conseguiu sustentar o crescimento econômico sem momentos críticos. Esse fracasso levou vários países a uma crise sem precedentes, a chamada crise da acumulação capitalista. Para aplacar a crise, o Estado teve que mudar seus rumos e, se antes, a ação do Estado na economia era radicalmente condenada, essa ação passou a ser vista como fórmula para aplacar a crise.

De acordo com Marshall (1963), na sociedade capitalista-industrial, foram evidenciadas a situação de miséria em que vivia parte significativa da população. A saúde e a moradia de muitos eram deficientes e o salário recebido pela maioria era irrisório,

principalmente se comparado à carga horária de trabalho.

O autor afirma que esses tratamentos fugiam ao padrão do que era oferecido pela “Lei dos Pobres”, e isso fez com que essa Lei perdesse força, uma vez que o atendimento a pessoas pobres se ampliava. Essas medidas direcionadas a esses grupos marcaram uma mudança significativa na atenção aos pobres e deram lugar a uma nova etapa da ordem social iminente, naquele momento.

Principalmente no Período Entre Guerras, as elaborações de propostas para assegurar às pessoas a garantia de sobrevivência, foram intensas, pois a primeira guerra mundial havia deixado um lastro de pobreza e miséria e altas taxas de desemprego. A necessidade de intervir era grande e muitos entendiam que o Estado era responsável por diminuir a situação em que a sociedade européia e os EUA se encontravam.

Keynes (1978)⁷ era um dos que defendiam a intervenção do Estado para controlar a crise, principalmente criando situações para o pleno emprego. Ele criticava arduamente a “Lei de Say”, formulada por Jean-Baptiste Say⁸, a qual afirmava que a produção no sistema econômico criava a demanda, portanto o poder de compra nunca entraria em escassez no sistema capitalista (NOVELO, 2002, p. 57).

Provocado pelas idéias de Say e incomodado pelas altas taxas de desemprego, Keynes fundamentou a tese de que era necessária a intervenção estatal para elevar os índices de emprego. O autor julgava que a intervenção estatal na economia seria a solução para a crise, naquele momento:

[...] creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação dos negócios inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força de lei, de todos os fatos econômicos que seria útil conhecer. Essas medidas envolveriam a sociedade no discernimento e controle através de algum órgão adequado de ação, de muitas das complexas dificuldades do mundo dos negócios, mantendo desimpedida a iniciativa e as empresas particulares (KEYNES, 1978, p. 122-123)

⁷ John Maynard Keynes nasceu em *Cambridge* a 5 de Junho de 1883, em uma família da elite intelectual da época. Durante a Segunda Grande Guerra foi o principal arquiteto da política econômica da Grã-Bretanha, depois teve um importante papel como representante do Reino Unido na Conferência de Bretton Woods (Abril-Junho de 1944) onde viria a ser criado um novo sistema monetário internacional.

⁸ Segundo Machado (2007), Jean Baptiste Say nasceu em 1767 e cresceu num ambiente fortemente influenciado pelas idéias iluministas, fundamentadas no liberalismo, individualismo e no racionalismo. Sua juventude foi marcada pelo ambiente político que redundou na Revolução de 1789. Ao mesmo tempo, testemunhou os primórdios da industrialização da França. Foi o primogênito dos quatro filhos de uma família protestante e é considerado um dos principais expoentes da Escola Clássica, juntamente com Adam Smith, David Ricardo e Thomas R. Malthus. Faleceu em Paris, no ano de 1832.

Keynes fazia duras críticas ao sistema capitalista quanto à sua perspectiva econômica e liberal, responsabilizando-o diretamente pela crise e apresentava alternativas que iam de encontro às propostas da sociedade liberal. A não intervenção do Estado era a diretriz mais defendida pelos capitalistas e a mais atacada por Keynes:

se a sociedade capitalista rejeita uma distribuição mais equitativa da renda e se as forças ligadas aos bancos e à finança conseguirem sustentar a taxa de juros num nível próximo ao que prevaleceu em média durante o século XIX, então uma tendência crônica do desemprego dos recursos deverá, afinal, solapar e destruir essa forma de sociedade. Mas por outro lado, se persuadida e guiada pelo espírito da época e pelo esclarecimento já existente, ela permitir uma evolução gradativa diante da acumulação, de maneira que esta seja estacionária ou declinante, talvez sejamos capazes de conseguir o melhor dos dois mundos – a manutenção das liberdades e da independência de nosso sistema atual, enquanto seus defeitos mais evidentes forem gradativamente extirpados devido à importância decrescente da acumulação de capital e das recompensas a ela vinculadas dentro do sistema social (KEYNES, 1978, p. 187-188)

De acordo com Pereira (2008), a crítica Keynesiana à sociedade capitalista ganhou adeptos. O “Estado de bem-estar” se consolidou, porém há discordância a respeito de onde e em qual momento isso ocorreu.

Uma das premissas era a de que, na quebra da bolsa de New York, houve crise inflacionária, desestruturação econômica e social. Diante disso, o presidente do EUA tomando como base as idéias de Keynes, criou algumas medidas para combater a crise e retomar o crescimento dos EUA. Entre as medidas estavam a) intervenção do Estado na economia por meio da criação de programas emergenciais de obras públicas para combater o desemprego; b) criação de um sistema de seguridade social que abarcava a aposentadoria para os trabalhadores, o seguro desemprego e renda às famílias pobres com filhos dependentes; c) criação de um salário mínimo nacional e d) liberdade sindical.

Marshall (1967) apresentou outra leitura para o desenvolvimento do “Estado de bem-estar social”. Segundo o autor, esse tipo de Estado surgiu na Grã Bretanha, já que era o único lugar onde ele poderia existir, uma vez que foi construído a partir da especificidade inglesa. Porém é certo que, no período entre guerra, vários países elaboraram seus planos de seguridade social.

A derrocada do “Estado de bem-estar” iniciou-se na década de 1970 no continente europeu, porém desde meados da década de 1950, ele já vinha sofrendo duras críticas que responsabilizavam o Estado e seus gastos demasiados com políticas sociais.

O neoliberalismo ganhou força nesse período, principalmente na Europa e na América do Norte, em decorrência das crises econômicas no “Estado de bem-estar social”. As idéias neoliberais estavam assentadas nas críticas ao Estado interventor e tinham como grandes

representantes Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman. Eles faziam parte de um grupo organizado que tinha como objetivo “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Segundo os opositores do “Estado de bem-estar”, os gastos elevados comprometiam a sua eficiência. O problema, segundo eles, não era o gasto com os indigentes, mas a expansão desses benefícios para além desses, alcançando outras pessoas em vez de se concentrar apenas nos miseráveis. Além disso, a liberdade do mercado era elemento central e de grande importância, por isso um Estado assentado na intervenção direta na economia cerceava esse direito e era necessário que o Estado não interferisse nas relações do mercado, mas que este, sim, regulasse toda a sociedade. Portanto, deveria ser reduzida ao máximo a política de proteção social, em nome das liberdades individuais (MARSHALL, 1967).

Friedman (1985, p. 37) acreditava que “toda a ação de intervenção governamental limita a liberdade individual diretamente e ameaça a preservação da liberdade indiretamente.” O autor entendia que não se deveria eliminar o Estado numa sociedade neoliberal, mas restringir a sua ação apenas à tarefa de determinar, interpretar e arbitrar as regras do jogo. “Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões, para as quais serão necessárias chegar a uma concordância.” (FRIEDMAN, 1985, p. 30)

Hayek (1990), por sua vez, fazia duras críticas ao Partido Trabalhista Inglês, ao qual foram direcionadas as idéias do livro “Caminho da Servidão”, publicado pela primeira vez em 1944. O título da obra é uma menção ao caminho e toda forma de planificação que a economia conduz. Segundo o autor, não há como ter liberdade e igualdade em outra doutrina que não seja o liberalismo, esta sim conduz ao caminho da liberdade. E essa liberdade está assentada nos princípios de livre concorrência e organização privada. Para o autor:

o bom uso da concorrência como princípio de organização social exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admitem outros que às vezes podem auxiliar consideravelmente seu funcionamento, e exige determinadas formas de ação governamental. (HAYEK, 1990, p. 58)

Também afirmava que o Estado deveria ter participação mínima na organização da sociedade, dessa forma,

O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar sua ação. (HAYEK, 1990, p. 88)

Novelo (2002) analisa que o neoliberalismo tem em vista um Estado mínimo que administre e crie normas na sociedade, mas que não interfira no mercado pois a interferência do Estado no mercado pode gerar deformidades e aumento das taxas inflacionárias, o que atrapalharia o bom funcionamento do mercado, em suma “a proposta neoliberal global resume-se em exigir cada vez mais um maior mercado com um menor Estado” (NOVELO, 2002, p. 68)

No entanto, no neoliberalismo o Estado deve ser mínimo apenas quanto à intervenção na economia, pois politicamente ele se mantém forte. Toledo (2002 p. 82) argumenta que o Estado neoliberal “pode significar Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social, mas não necessariamente Estado politicamente fraco.” Para Perry Anderson (1995, p.11), no neoliberalismo, o Estado deveria se “manter forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.”

Boaventura de Souza Santos (1999) argumenta que o Estado neoliberal só é fraco no “nível das estratégias de hegemonia e de confiança”, porém, na acumulação, ele é forte e passa a gerir em nome do capital global.

Não se trata, pois, da crise do Estado geral, mas de certo tipo de Estado. Não se trata do regresso do princípio do mercado. Na verdade, a fraqueza do Estado não foi o efeito secundário ou perverso da globalização da economia. Foi um processo político muito preciso destinado a construir outro Estado forte, cuja força esteja mais finamente sintonizada com as exigências políticas do capitalismo global. (SANTOS, 1999, p. 249)

Santos (1999) apresenta um paradoxo do Estado em reforma. O autor questiona a fraqueza do Estado, tão discutida por muitos, uma vez que ele precisa ser o autor da própria reforma, portanto ele tem que “intervir para deixar de intervir.” (SANTOS, 1999, p. 249).

Para superar a crise, seria necessário, então, reformar o Estado, torná-lo eficiente e eficaz. Porém para torná-lo eficiente e eficaz é necessário diminuir a sua atuação no mercado, ou seja, “eliminar a intervenção do Estado na economia, tanto nas funções de planejamento e condução como enquanto agente econômico direto, através da privatização e desregulamentação das atividades econômicas.” (LAURELL, 2002, p. 162)

Nesse sentido, Draibe (1997) chama a atenção para o fato de focalização dos gastos e centralização das ações apenas nos grupos pobres que passaram a compor o núcleo duro da estratégia de reforma da área social. Essa idéia vai ao encontro das críticas do “Estado de bem-estar”, enquanto um Estado dispendioso.

O princípio da focalização tem regido tanto a reformas de serviços já consolidados quanto à implementação de novos serviços ou programas que, desde início da

década de 1990, dirigem-se exclusivamente para segmento sociais em situação de pobreza extrema. O exemplo principal, nesse último caso, são os programas de “nova geração” acima apresentados, de concessão de uma renda mínima a parcelas específicas dos segmentos populacionais mais pobres, destinados a cobrir residual, seletiva e focalizadamente alguma das mais graves situações de marginalização econômica e social para as quais não estão previstos encaminhamentos mais amplos e muito menos sua efetiva superação. (DRAIBE, 1997, p. 259)

Esse movimento em torno da nova ordem social neoliberal aponta para o surgimento de políticas sociais focalizadas nos mais pobres, que é elemento essencial para manutenção do sistema. As políticas focalizadas são possibilidades de lidar com essa realidade, amenizar as disfunções sociais, sem, contudo, comprometer a ordem social e econômica ao mesmo tempo em que produz uma forma de controle social, principalmente para os desempregados.

Programas desse tipo (focalizados) começaram a ser propostos nos países de capitalismo avançado, como uma forma nova de garantir condições mínimas de vida para aqueles que, apesar das oportunidades econômicas e da cobertura do sistema de proteção social, se mantinham em uma faixa de renda e em condições de vida consideradas críticas para o “equilíbrio” social e político nacional. (ALGEBAILLE, 2008, p. 259)

Draibe (1997) afirma que mesmo mantendo políticas universalistas, como a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, o Brasil adota políticas de focalização que acompanham políticas educacionais mais amplas. Se antes essas políticas de focalização estavam voltadas principalmente para a alimentação (merenda escolar), agora elas ganham uma nova conformação e visam melhorar os índices educacionais. Essa lógica vem sendo difundida desde a década de 1990 e visa, principalmente, a diminuir o custo-aluno.

Gentili (2001) chama a atenção para o fato de a ineficiência do Estado ser responsabilizada pela crise, pois de acordo com o neoliberalismo, o Estado é ineficiente nos gastos, portanto é preciso que ele saiba gastar, otimize seus custos se torne eficiente e produtivo. Isso só é possível por meio da reforma do Estado, que tem o mercado em alta e se orienta pelas regras de funcionamento deste, principalmente no que diz respeito à educação. “Trata-se de transferir a educação da esfera da política para esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores” (GENTILI, 2001, p. 19)

Como estratégia para superar a crise educacional, um dos objetivos é subordinar às demandas educacionais, as demandas do mercado de trabalho. É nesse contexto que a educação passa a adotar sistemas de prêmio e castigo como forma de estimular a produtividade e a eficiência.

O mercado orienta as políticas educacionais e os empresários desempenham um papel fundamental, pois podem dizer que comportamentos a escola deve adotar para sair da

ineficiência e ineficácia e qual organização mais se adapta aos anseios do mercado. A rotina escolar pode ser a primeira experiência do futuro trabalhador com um ambiente produtivo, competitivo e que seleciona sempre os melhores.

Diante da Reforma do Estado e suas novas orientações, principalmente no que tange à eficiência e a eficácia dos gastos públicos, vários países começaram a se adequar a essas demandas e a implementar mudanças com o objetivo de otimizar os custos e atender às exigências da política econômica e social vigente.

Os países em desenvolvimento que ainda não tinham tido experiência com o “Estado de bem-estar social, iniciaram, na década de 1990, um processo de Reforma do Estado marcado pelas privatizações, terceirizações e mudança na administração pública. O Brasil, na condição de um país em desenvolvimento, iniciou esse processo como uma possibilidade de aplacar a crise fiscal pela qual estávamos passando. É sobre esse processo que iremos discorrer no próximo item.

2.3 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

A Reforma do Estado brasileiro teve início na década de 1990 com Fernando Collor de Mello, mas foi somente no governo de Fernando Henrique Cardoso que ela se intensificou. De acordo com Luiz Carlos Bresser Pereira (1999, p. 22), Fernando Henrique Cardoso “decidiu transformar a antiga e burocrática Secretaria da Presidência, que geria o serviço público, em um novo ministério, o da Administração Federal da Reforma do Estado.” Dessa forma, a prioridade do governo FHC era reformar o Estado brasileiro como tentativa de enfrentar a crise econômica pela qual passava do Brasil. Essa crise se caracterizava “pela perda da capacidade do Estado de coordenar esse sistema econômico de forma a complementar o Estado. Crise que se define como fiscal, uma crise do modo de intervenção do Estado [...], e, em um primeiro momento, também uma crise política” (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 239).

O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) - que teve Luis Carlos Pereira Bresser como Ministro: tinha como objetivo principal a reforma da administração pública brasileira, de burocrática a gerencial. Em 1995 publicou-se um documento que defina esse objetivo com proposições teóricas e operacionais (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE).

Dessa forma, mudar o Estado não significa desmantelá-lo, mas avançar nos ideais de competência e eficácia e otimização de custos, pois a reforma requeria que se abandonassem

práticas de um Estado assistencialista e paternalista, transferindo para a iniciativa privada a produção de bens e serviços.

Nesse sentido, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)⁹ elaborado no governo Fernando Henrique Cardoso visava estabelecer diretrizes para o Brasil se ajustar às mudanças que aconteciam em nível internacional, além de estabilizar a economia brasileira. A ênfase foi em relação à administração pública e seus pressupostos teóricos pautavam-se em experiências norte-americana e inglesa, os quais tinham como principais representantes, respectivamente, Milton Friedman e Friederich Hayek.

De acordo com Bresser Pereira (1998), a reforma do Estado brasileiro é uma resposta à crise tanto fiscal quanto econômica pela qual passou o Brasil na década de 70. Essa resposta, no entanto, surgiu apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do MARE. Bresser Pereira (1998) entendia que para cada situação emergia demandas de determinado setor do governo para contribuir com a crise instaurada na década de 70 no Brasil. Segundo o autor,

Cabe aos ministérios da área econômica, articularmente aos da Fazenda e Planejamento, proporem alternativas com vistas à solução da crise fiscal. Aos ministérios setoriais compete rever as políticas públicas, em consonância com os novos princípios do desenvolvimento econômico e social. A atribuição do Ministério da Administração Federal e Reforma do estado é estabelecer as condições necessárias para que o governo possa aumentar a sua governança. Para isso, a sua missão específica é a de orientar e instrumentalizar a reforma do aparelho do Estado, nos termos definidos pela Presidência através deste Plano Diretor. (PDRAE, 1995, p. 11)

Uma das principais discussões, que aparece como prioritárias nas idéias de Bresser Pereira (1998), diz respeito à administração burocrática e à administração gerencial. Segundo o autor, a administração burocrática surgiu no Estado liberal com o objetivo de combater a corrupção e o nepotismo, além de defender os interesses dos cidadãos. No entanto, com o passar do tempo percebeu-se que a relação custo-benefício nesse tipo de administração não estava atendendo às demandas dos cidadãos, daí a necessidade de ser substituída pela administração pública gerencial. Essa última, por sua vez, surge como resposta às demandas da globalização. Nesse tipo de administração o Estado passa a adotar a orientação da eficiência, qualidade e produtividade, se inspirando na administração empresarial. Nessa lógica, o cidadão é o cliente, um consumidor. No PDRAE (1995), a função da administração

⁹ O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. O documento define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira.

pública gerencial é muito clara. De acordo com o documento,

Na administração pública gerencial a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. (PDRAE, 1995, P. 8)

As reformas realizadas nas últimas duas décadas são alvos de estudos que buscam entender seus objetivos e suas inserções no campo educacional. Oliveira (1999), trabalhou no intuito entender as reformas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, no governo de Mário Covas e argumenta que várias medidas foram tomadas com o objetivo de equacionar os custos com a educação. Isso devido ao fato de que o entendimento dos reformadores era de que a educação só estava mal porque os recursos eram mal aproveitados. Dentre as preocupações do governo, estavam a evasão, o alto índice de reprovação e a gestão das escolas.

Pontes (2002) analisou os motivos que levaram a administração mineira a adotar o modelo de Gestão da Qualidade Total como forma de gerir os estabelecimentos de ensino públicos do estado de Minas Gerais.

Segundo o autor, a gestão dentro do conceito da qualidade total busca empreender a produtividade, a eficiência, a eficácia, a competitividade, orientando as suas práticas para a lucratividade e a eficiência nas ações individuais, pois dessa forma, buscam consolidar uma ideologia próxima aos conceitos econômicos.

Vários trabalhos de pesquisa das últimas décadas revelaram ações que objetivam conter o fracasso escolar, apontando para reformas estruturais, como forma de garantir a excelência do ensino. No entanto, há outras ações realizadas que visam combater a evasão, a reprovação e a distorção idade-série e que não necessariamente precisam estar atreladas à reforma nas estruturas do ensino. Pelo contrário, esses programas são pontuais, e buscam focalizar as ações para obter resultados dentro da mesma estrutura educacional, não se valendo de modificações na oferta nem em mudanças nas possibilidades de promoção dos alunos.

Nesse sentido, alguns países, estados e municípios começaram a estruturar programas de renda mínima condicionados à educação. Mesmo que essa idéia de renda mínima já fizesse parte de uma ampla discussão há bastante tempo, é somente na década de 1990 que ganha novos contornos e maior incidência, principalmente na América Latina e no Brasil. O objetivo principal dos programas dessa natureza era diminuir os índices de reprovação e evasão

atrelando benefícios financeiros às exigências de sucesso e permanência escolar.

3 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS

Um dos primeiros autores a elaborar proposta sobre renda mínima foi Thomas More, no livro *Utopia*, publicado em 1516. Nesse trabalho, More (2003) descreve uma ilha com o nome de Utopia, em que os bens eram comuns a todos. Os trabalhos nessa ilha eram todos voltados para o bem comum. Sua obra preocupou-se em relatar a experiência de uma ilha onde tudo era público e todas as ações voltavam-se para propiciar a justiça e a felicidade de todos. Anos após, Juan Luis Vivès elaborou uma proposta para a cidade de Bruges, em que os pobres poderiam esmolar. As esmolas deveriam ser dadas, pela população, por livre vontade, no entanto nenhum pobre que tivesse condições de trabalhar poderia permanecer ocioso. Essas duas propostas sobre renda mínima foram influenciadas pela “Lei dos Pobres”¹⁰, e mais tarde vários países da Europa adotaram modelos de assistência aos pobres com base nessa Lei.

Posteriormente, em 1848, Joseph Charlier, na obra *Solução dos problemas sociais*, discute a propriedade privada das terras. Segundo Yannick Vanderborgh e Phillip Van Parijs (2006, p. 47), Charlier acreditava que a propriedade fundiária deveria ser estatal, o que garantia a justiça social, pois, assim, cada indivíduo teria sua porção para trabalhar e produzir os bens necessários para viver. No entanto, ele não questiona os títulos já existentes de propriedade privada. A proposta dele é mais voltada para uma renda universal, pois tanto os proprietários de terra receberiam uma renda quanto os não proprietários que, incondicionalmente, deveriam receber uma quantia trimestralmente para suprir as suas necessidades básicas.

Em 1849, John Stuart Mill, publicou o livro *Princípios de economia política* no qual expõe a idéia de que a renda deveria ser concedida a todos os cidadãos e não apenas aos mais pobres.

Essas primeiras iniciativas deram lugar a idéias mais elaboradas no século XX, e com maior repercussão. De acordo com Parijs (2002), no início do século, algumas conjecturas foram apresentadas,

¹⁰Conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigo e epidemias. (POTYARA, 2008 p. 62)

como nos escritos do Prêmio Nobel de Economia inglês James Meade, que propôs para ser incluída no programa do Partido Britânico da década de 1930. Aparece também na obra de um outro prêmio Nobel, o norte-americano James Tobin na década de 1960. Em 1972, Tobin incluiu a mesma idéia no programa de George McGovern, o candidato presidencial mais à esquerda de toda a história do Partido Democrata. (PARIJS, 2002, p. 81)

Ainda na década de 1930, alguns países começaram a colocar em prática alguns programas de renda mínima. Segundo Faleiros (1997, p. 13), nesse momento, “foi necessário repensar uma forma de intervenção do Estado, já que o desemprego era alarmante e a ajuda não poderia mais se restringir aos incapazes.”

Durante o século XX várias vertentes se estruturaram a partir da ideologia de renda que permeava a suas convicções. Pelo menos duas grandes vertentes agregaram possibilidades e condições para se criar proposta de renda aos cidadãos: a renda mínima garantida e a renda básica de cidadania. É importante diferenciar as concepções entre renda mínima garantida e renda básica de cidadania. Enquanto a primeira é sempre voltada para os mais pobres e exige uma contrapartida, a renda básica de cidadania é universal, para ricos e pobres, sem nenhuma exigência ou condição para receber o benefício. (Yannick Vanderborght e Phillip Van Parijs, 2006, p. 31-32)

Em decorrência dessas duas grandes vertentes, Philippe Van Parijs (2002) define pelo menos três possibilidades de estruturação de Programas de Renda: a) Programa de renda incondicional, também denominada de renda universal em que todos têm direito a uma renda básica; b) Programa incondicional com ênfase na idade, no qual o foco está na faixa etária dos indivíduos e c) Programa condicionado com focalização no rendimento financeiro do indivíduo, pelo qual para receber o benefício, precisa estar abaixo da linha de pobreza, além de ser obrigado a aceitar um emprego, ou outro tipo de integração social.

Na renda básica universal, também conhecida como renda básica de cidadania ou incondicionalidade forte, a renda não dependeria de nenhum condicionante, mas seria um reconhecimento do direito a que todo cidadão tem de receber uma renda sem que seja obrigado a trabalhar, procurar emprego, pertencer a algum grupo específico (idade, sexo, por exemplo), ou se sujeitar a alguma contrapartida (como frequência escolar). Nessa vertente, o Programa não estaria ligado à renda familiar ou renda individual, ou seja, não dependeria da situação financeira da pessoa atendida, mas se estenderia a todos a partir no direito universal a uma renda mínima garantida. (PARIJS, 2002, p.79)

Nesse sentido, a renda básica universal “é um meio de fortalecer os recursos humanos que presentemente são desperdiçados, como resultado da injustiça e da miséria. É um novo movimento maior para servir tanto a uma economia mais próspera quanto a uma sociedade

mais justa.” (PARIJS, 2004, p. 2)

Outra concepção, que considera a renda como um subsídio para garantir possibilidade de suprir as necessidades mínimas, a renda mínima é direcionada às camadas mais pobres e condicionada. A focalização é na situação financeira do indivíduo que se situa abaixo da linha de pobreza.

A criação de vários programas de renda mínima na década de 1980, principalmente na Europa, considerava esse último pressuposto de renda mínima. O que teve maior repercussão foi a “Renda Mínima de Inserção (RMI)” praticada na França. A RMI francesa virou lei no ano de 1998 e foi reconhecida como direito dos pobres e necessitados, destina aos maiores de 25 anos. Em contrapartida, o beneficiário deveria assinar um contrato no qual se comprometia a procurar emprego.

Na França, a renda mínima de inserção é colocada como um *direito*, um direito do *necessitado* que se encontra impossibilitado de obter meios, em função de seu estado físico ou mental. Mas, se por um lado é direito, por outro foi combinado com uma obrigação, a de procurar trabalho, que é a inserção. (FALEIROS, 1997, p. 17 grifos do autor)

Segundo Ferreira (1997), a RMI francesa tornou-se referência, uma vez que combatia a pobreza e ia além da assistência social, pois desenvolvia, conjuntamente, uma política de (re) inserção social e profissional. Além disso, se apresentava como principal alternativa de combate às consequências do capitalismo e, como a proposta era a reinserção da pessoa no mercado de trabalho, evitava que o beneficiário se acomodasse tornando-se dependente da renda.

A Holanda foi outro país que implantou políticas de segurança social. Hoven (1997) dividiu o sistema de segurança holandês em pelo menos três grupos: a) os seguros de trabalhadores, como o seguro desemprego e as leis de proteção contra doença, aposentadorias; b) os seguros nacionais que garantiam rendimentos, mesmo em patamares mínimos, aos incapacitados ao trabalho, por condições físicas ou por idade; c) serviços de proteção social aos que não tinham condições mínimas de garantir uma renda mínima para seu sustento.

Na década de 80, as discussões acerca da renda mínima tomam novos rumos no continente europeu. Isso se deu, sobretudo, pelas transformações ocorridas na economia, que se mostraram irreversíveis. O trabalho, neste novo modelo econômico conhecido como neoliberalismo, apresentou características como a flexibilização, a terceirização e a tecnologização. A informatização era a palavra chave da produção, havia a substituição progressiva do homem pela máquina, o desemprego passou a ser uma chaga social que, se não podia ser eliminada, pelo menos precisava ser atenuada. Nesse contexto os países

industrializados da Europa encontram nas políticas de renda mínima a alternativa para a crise do pleno emprego. Carlos Amaral afirma que

Nos países desenvolvidos, os modelos de bem-estar social construídos no pós-Guerra encontram-se pressionados pela crise fiscal dos Estados nacionais e pela emergência da *nova pobreza*, que amplia a demanda por serviços sociais para além dos limites para os quais foram projetados. Ademais, o aumento dos níveis de desemprego e a disseminação de formas não convencionais de inserção profissional, baseadas no trabalho autônomo, reduzem a abrangência e a eficácia dos mecanismos tradicionais de proteção social, em boa parte vinculados à esfera do trabalho assalariado. (AMARAL et al, 1998, p. 6 grifos *do autor*)

Sposati (1997) afirma que, inicialmente, os programas de renda mínima se apresentaram como uma possibilidade neoliberal de interferir negativamente na oferta de serviços do “Estado de bem-estar social”. Nessa perspectiva, pode ser considerada como uma política que favorece o mercado, no momento em que trabalha com a transferência monetária para as famílias, com objetivo de proporcionar a esses grupos a possibilidade de se tornar consumidores do mercado. “Nesse caso se configurou como uma forma de estímulo ao consumo do mercado e desestímulo à demanda por serviços estatais” (p.109)

Paralelamente, muitos países começaram a implementar programas de renda mínima como uma possibilidade de diminuir os índices de pobreza e elevar os índices escolares, bem como garantir a permanência escolar. Os países da América Latina foram os que mais utilizaram essa possibilidade de condicionar renda à acumulação do capital humano.

O México e o Brasil foram os pioneiros nessa experiência e serviram como referência para os outros países, na elaboração de seus programas. A década de 1990 foi o marco para os países da América Latina, na implementação dos Programas de Renda Mínima Condicionados à Educação.

3.1 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA CONDICIONADOS À EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Na América Latina, vários programas de renda mínima foram implementados, como é o caso do México, Chile, República Dominicana, Equador, Honduras, Peru, Uruguai, Argentina e Paraguai.

No México, o Programa *Oportunidade* iniciou sua história em 1997, quando foi implementado pela primeira vez com o nome de *Progressa* e, posteriormente, passou a de chamar *Oportunidade*. Os objetivos do programa são aumentar as taxas de matrícula entre os grupos mais pobres da população; combater a evasão escolar e o trabalho infantil; estimular a conclusão da educação básica e contribuir para a redução da migração do campo para a

cidade. (AGUIAR E ARAUJO, 2002 p. 69)

Uma das singularidades presente no *Oportunidade* é que as meninas recebem uma bolsa maior que os meninos, devido à grande evasão, por parte das meninas, do sistema educacional.

De acordo com Fabio Veras Soares e Tatiana Britto,

O programa mexicano *Progressa* (agora *Oportunidades*) tem sido a mais importante fonte de inspiração para os Programas de Transferência Condicional de Renda (CCT) na região. É conhecido por priorizar o objetivo de longo prazo de acumulação de capital humano, assegurando que as crianças freqüentem a escola. Essa ênfase tem levado a um percentual muito baixo de “graduações”: somente 0,11 por cento dos beneficiários, desde a implantação do programa em 1997. A justificativa para isso é que, como o sucesso do programa depende da ruptura da transmissão intergeracional da pobreza, as crianças beneficiadas devem permanecer no programa até completar todos os ciclos educacionais. (SOARES E BRITO, 2008 <http://www.ipc-undp.org>, acesso em: 12 de fev de 2010.)

De acordo com o *site* www.chilesolidario.gov.cl (acesso em 15/01/2010), o Programa *Chile Solidário* foi implementado em 2002 e oficializado em 2004 como política de Estado por meio da promulgação da Lei 19.949/2004. É uma parte do sistema de proteção chileno e tem como objetivos incorporar à rede de proteção social pessoas com vulnerabilidade social e - em um conjunto articulado de ações - oferecer um sistema de proteção a essas famílias dando a elas condições de melhorarem de vida em um tempo estimado de 5 anos, buscando garantir os direitos por meio da política social que reforce a garantia à educação, saúde e seguridade social.

No *site* oficial do programa, a previsão, em 2009, era o atendimento a, aproximadamente, trezentos e oitenta e sete mil famílias em condições de vulnerabilidade social.

A República Dominicana implementou o programa *Solidarid*, por meio do Decreto 536-05, buscando romper com as situações que causam a pobreza. Para isso a idéia é potencializar o acesso das famílias pobres à educação, saúde e alimentação. Como condição para receber o benefício, é exigido o acompanhamento da saúde das crianças de até 5 anos; participação nos cursos de alimentação e prevenção à doenças e zelo pela frequência de 85% das crianças matriculadas na educação básica (1ª a 8ª série).

O benefício é repassado por meio de um cartão que permite à família comprar comida, remédios e material escolar em lojas pré-selecionadas. O valor está ligado ao cumprimento das co-responsabilidades relacionadas à saúde, alimentação e frequência escolar. Se a família deixa de cumprir alguma das exigências, não recebe o benefício.

O valor repassado às famílias está intimamente ligado ao cumprimento das condições

estabelecidas pelo programa, como: RD\$ 700.00 (R\$ 36,00¹¹) mensais para compra de alimentos e até RD\$600.00 (R\$ 30,00) para assistência escolar.

Além desses repasses, ainda existe um repasse de RD\$ 400.00 (R\$ 20,00), destinado a compra de alimentos para idosos em vulnerabilidade social, que não recebem nenhum tipo de remuneração (www.solidaridad.gov.do, acesso em 15/01/2010).

O *Bono de Desarrollo Humano* (BDH), do Equador, foi criado em 2003, por meio do Decreto Executivo nº 347-A, de 25 de Abril de 2003, publicado no Diário Oficial Nº 76, de maio de 2003, em substituição ao *Bono Solidario*. O programa consiste na busca pela ampliação do capital humano por meio de uma renda mínima repassada às famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, garantindo, assim, um mínimo de condições de consumo. O programa está condicionado à frequência das crianças à escola (5 a 18 anos) e aos cuidados com a saúde.

Os beneficiários são famílias que estão abaixo da linha da pobreza e que se dispõem a cumprir as condições exigidas a respeito da educação e da saúde; pessoas com deficiências, que se encontram nessa condição e pessoas com mais de 65 anos, situados abaixo da linha de pobreza que não são asseguradas. O valor repassado as famílias é de 35 dólares (www.mies.gov.ec, acesso em 15/1/2010).

Honduras desenvolveu o Programa *Asignación Familiar*, mediante o acordo executivo nº-A de 17 de julho de 1990, regulamentado pelo Decreto nº.135-92, de 06 de dezembro de 1992. Constitui-se como um programa de compensação social destinado às famílias pobres. Esse programa é composto por sete tipos de benefício, cada um destinado a um tipo de carência social. Dentre eles está o abono escolar de US\$3.00 (R\$ 5,00) repassado durante os dez meses de aula. O objetivo desse benefício é contribuir para o aumento de matrícula e a redução dos índices de reprovação e evasão (www.honduraslegal.com, acesso em 14/01/2010).

No Peru, o Programa *Juntos* é voltado para a população em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivo a promoção da cidadania, proporcionando à população o acesso à educação, saúde e alimentação por meio de incentivo financeiro às famílias. O programa ainda articula três eixos de trabalho: restituição dos direitos fundamentais, promoção do desenvolvimento produtivo e rede de proteção social. Os beneficiários são mulheres gestantes, viúvos, idosos e pais de crianças de até 14 anos de

¹¹Todas as conversões foram feitas no mês de janeiro de 2010 e optamos por não colocar os centavos, portanto esse valor na moeda brasileira (real) é um valor aproximado.

idade. A legislação que o regulamenta é o Decreto 055-2007-PCM, de 02 de julho de 2007 (www.juntos.gob.pe, acesso em: 16/01/2010)

O *Ingreso Ciudadano*, do Uruguai, criado por meio da Lei 1.769, de 20 de março de 2005, é destinado às famílias pobres e em situação de exclusão social às quais é repassado um incentivo financeiro e, em contrapartida, as famílias precisam atender às exigências do programa no que diz respeito ao controle médico e educacional dos filhos e cumprimento de tarefas comunitárias. O valor repassado é de \$ 1.360 mensal (R\$ 128,00) (www.presidencia.gub.uy, acesso em 16/01/2010).

A Argentina implementou o *Plan Familias*, regulamentado pelas seguintes leis: Decreto 1.506/2004 e as resoluções nº 336 e 155/05 e 855/2004 do *Ministério de Desarrollo Social* (MDS) e do *Ministério de Trabajo, Empleo y Seguridad Social* (MTESS). O objetivo do programa é assegurar aos mais pobres o acesso a bens como educação, alimentação, saúde, dentre outros. A contrapartida para permanência no programa é o desenvolvimento de algumas exigências do programa, como acompanhamento médico, e escolar. O foco na educação é principalmente pelo fato de o governo acreditar que as famílias são as promotoras da educação dos filhos, portanto o benefício estaria ligado ao acompanhamento dos filhos na escola e ao zelo pela frequência e permanência destes na instituição escolar.

O benefício pode chegar a 380 pesos (R\$ 173,00) por família, dependendo do número de membros, com direito a receber o incentivo financeiro, dentre eles, mulheres grávidas; pessoas com necessidades especiais em qualquer idade e crianças em idade escolar (www.desarrollosocial.gov.ar, acesso em 20/01/2010).

No Paraguai, o atendimento às famílias mais pobres realiza-se por meio do programa *Tekoporã* (significa viver bem). O valor do benefício é entre US\$ 18 (R\$31,00) e US\$ 36 (R\$ 63,00) e o repasse varia de acordo com o número de crianças na família. A condição para receber o benefício é fazer o controle de saúde das crianças e manter os filhos na escola (www.pnud.org.br/noticias, acesso em 24/01/2010).

Como pudemos mostrar, os programas sociais com focalização na pobreza são adotados por vários países como uma possibilidade de diminuir a pobreza e as desigualdades sociais. O condicionamento à frequência escolar é uma busca pela quebra do ciclo da pobreza mediante a universalização do ensino e a permanência do aluno na escola. A contrapartida dos beneficiários articula política social, econômica e educacional, porque ao mesmo tempo em que se garante certa mobilidade social e econômica, induz ao aumento da escolaridade por meio da permanência escolar.

Como visto, a pobreza não é o único nem o principal foco desses programas, uma vez

que o critério não é apenas ser pobre, mas ser responsável pela escolarização e manutenção dos filhos na escola. Mesmo se o beneficiário for paupérrimo, mas não se mantiver fiel a essas exigências, ele pode ser desligado do programa.

Programas dessa natureza podem contribuir para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede comparativamente tanto os avanços econômicos, como os sociais, culturais e políticos. Para os países em desenvolvimento, esses programas interferem positivamente nesses índices, já que mesmo uma bolsa de R\$ 15,00 (quinze reais) permite ao beneficiário sair de uma margem social e se inserir em outra. A pobreza não diminui, apenas é atenuada, no entanto quando isso aparece em forma de índices a diferença pode ser significativa, principalmente se considerarmos que existe o fator do acesso à escolaridade que acentua a diferença no IDH. Também, a partir desses programas, o mercado pode ser estimulado a reagir diante de novos consumidores, porque mesmo que seja em patamares mínimos, os beneficiários aumentam o seu poder de compra. Portanto programas dessa natureza também se relacionam diretamente com as questões do mercado, quanto aos aspectos relacionados ao consumo, mediante aumento da compra e venda e do estímulo ao comércio.

No Brasil, não foi diferente: as sugestões iniciais, de Eduardo Suplicy, de renda mínima universal, deu lugar à renda mínima condicionada à educação em que a família precisa atender a algumas condições para receber o benefício social.

3.2 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA NO BRASIL

No Brasil, alguns economistas discutiam desde 1975, a necessidade de uma renda mínima. Os pioneiros dessa discussão foram Antonio Maria da Silveira que, nesse mesmo ano, por meio do trabalho *Redistribuição de renda*, propôs um programa de renda mínima baseado no imposto negativo; e Edmar Lisboa, Bacha e Roberto Mangabeira Unger que, em 1978, também defenderam a renda mínima por meio do imposto negativo, junto com a reforma agrária. Antonio Maria da Silveira, inclusive, assessorou Eduardo Suplicy durante a formulação do primeiro projeto brasileiro de renda básica. Porém, foi em 1991, que o projeto de lei 80/91 foi enviado ao Congresso Nacional. Esse projeto tratava da instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) e buscava beneficiar os mais pobres por meio da concessão de um benefício sob a forma de imposto negativo.

O projeto de renda mínima pareceu ser de difícil execução, já que o país passava por uma crise fiscal. A proposta apresentada continha as seguintes proposições: a) imposto de

renda negativo que beneficiaria todas as pessoas residentes no país que auferisse menos de 45 cruzeiros da época (em torno de US\$ 45). Esse valor seria corrigido nos meses de maio a novembro ou toda vez que a inflação acumulada atingisse 30%; b) implantação gradual com início em 1995, com benefício inicial para pessoas com 60 anos ou mais e concluindo em 2002, quando todas as pessoas com 25 anos ou mais seriam beneficiadas; c) os recursos destinados ao programa de Renda Mínima seriam de responsabilidade da União, sendo que os recursos não poderiam exceder 3,5% do PIB nacional (RAMOS, 1998).

O Projeto sofreu várias críticas, principalmente, pelos setores de esquerda, pois acreditavam que o projeto baseava-se numa concepção liberal, pois a idéia do imposto negativo foi defendida, pela primeira vez, por Milton Friedmam, economista norte-americano.

Com a mundialização das discussões e a preocupação internacional com a pobreza, em 1995, o Brasil viveu sua primeira experiência com Programa de Renda Mínima por meio do “Bolsa Escola”, primeiro em Campinas (Lei municipal 826/95) e posteriormente do Distrito Federal com o “Bolsa Escola” (Decreto 16. 270/95) e “Poupança Escola” (Lei nº 890/95). Esses programas ganharam contornos diferentes daquele apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy, principalmente no que diz respeito às condições para receber o benefício e ao público a quem se destinava, pois o “Bolsa Escola”:

- a) considerava a renda familiar, enquanto o projeto de Suplicy considerava a renda individual;
- b) condicionava o recebimento do programa a questões escolares, como matrícula e permanência no Ensino Fundamental, enquanto o projeto de Suplicy propunha a renda para todo o cidadão a partir de 25 anos, sem condicionalidades;

Esse novo desenho dos programas de renda mínima, que os condicionavam à educação, seguiu a sugestão de José Márcio Camargo¹² que discordava da proposta de Eduardo Suplicy por

não contemplar a situação dos segmentos mais jovens da população”. Como alternativa, propõe a adoção de um programa de complementação de renda familiar vinculado à escolarização dos filhos e dependentes em idade escolar. De acordo com a sua proposta original, seria concedido um benefício no valor equivalente a um salário-mínimo a toda família (independente da renda familiar) com filhos ou dependentes entre 5 e 16 anos, desde que estes estivessem matriculados e freqüentando regularmente uma escola pública (AMARAL ET AL, 1998, p. 6).

¹² Professor Titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Segundo Ana Lúcia Lobato (s/d), as grandes contribuições do Programa “Bolsa Escola” consistiram em focalizar a atenção nas crianças e não nos idosos, além de calcular os benefícios por renda familiar e não por renda individual, como era a proposta original.

Em 11 de abril de 2001, instituiu-se o programa “Bolsa Escola” Federal por meio da lei 10.219/2001. A partir dessa lei, muitos municípios que já haviam instituído programas de renda mínima com recursos próprios, aderiram ao programa do Governo Federal e abriram mão do programa municipal, outros, no entanto, aderiram ao programa do Governo Federal, sem abrir mão dos programas municipais ou Estaduais.

Em 2004, o Governo Federal instituiu o “Bolsa Família” por meio da Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 que reuniu diversos programas de renda como o auxílio gás, bolsa alimentação e o “Bolsa Escola”. Mesmo com a iniciativa do Governo Federal, muitos estados e municípios brasileiros, implementaram programas de renda mínima focalizados nas famílias em vulnerabilidade social e condicionados à matrícula e à permanência dos filhos na escola.

A partir da implementação dos programas, várias pesquisas foram realizadas para compreender tais programas e avaliar a eficácia dos resultados, tanto no que diz respeito à evasão quanto à reprovação, acesso e permanência em ambiente escolar

Andrea Rodrigues Ferro e Ana Lúcia Kassouf (2004) buscaram compreender os programas “Bolsa Escola” em geral, e seus impactos na decisão da criança de trabalhar e nos números de horas dispensadas ao trabalho. Para realizar tal pesquisa, as autoras utilizaram dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), do ano de 2001. De acordo com esses dados, existiam no Brasil, nesse ano, 3,5 milhões de crianças, de 5 a 15 anos, empregadas ou procurando trabalho. As autoras argumentam que mesmo após a proibição legal do trabalho infantil, muitos ainda continuam trabalhando e às vezes sem remuneração. Como seria, então, a realidade das crianças beneficiadas com o programa “Bolsa Escola”?

Os dados da PNAD, utilizados por Ferro e Kassouf (2004), mostram que 31,9% das crianças entre 6 e 15 anos com rendimento igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita* está inscrita em programa de renda mínima condicionados à educação, e desses, 12,1% exercem algum tipo de trabalho.

As autoras afirmam que a média de rendimento para crianças que não trabalham é de R\$ 44,00 (quarenta reais), por mês, entre os que não estudam e R\$ 13,00 (treze reais), por mês, entre os que estudam e trabalham. Sendo assim, de acordo com as autoras, o benefício do “Bolsa Escola” só apresentaria uma oportunidade de elevação de renda para aqueles que já estudam e não há garantias de que a criança fará a opção de não entrar no mercado de trabalho, pois o “Bolsa Escola” teria a chance de aumentar o rendimento da família,

principalmente para as crianças que já trabalhavam e estudavam.

Percebemos que, mesmo inscritas num programa que oportuniza a frequência escolar por meio da oferta de uma bolsa, isso não é suficiente para retirar essas crianças do trabalho infantil, uma vez que a pesquisa revela que as crianças beneficiadas pelo programa continuam desenvolvendo algum tipo de atividade remunerada.

Baseados nesses dados, as autoras afirmam que o “Bolsa Escola” tem representado uma oportunidade de complementar a renda familiar, sem abrir mão do trabalho infantil. Além disso, aumenta a possibilidade da criança trabalhar em 0,28% na área urbana e 3,5% na área rural, pois o programa é visto como complemento da renda. Assim, parece-nos que o programa teve efeito contrário ao que se propõe em relação ao combate ao trabalho infantil.

As possíveis causas para esse resultado poderiam ser a pouca fiscalização em relação aos beneficiários do programa, pois sem esse acompanhamento torna-se inviável saber se a criança desenvolve algum trabalho, uma vez que em todos os casos são trabalhos informais, o que dificulta o mapeamento. Além disso, não é oferecida nenhuma atividade no contraturno escolar. Há, no entanto, incidência positiva do programa na redução das horas trabalhadas. De acordo com a análise realizada por Ferro e Kassouf (2004) “o impacto de participar de um programa de renda mínima vinculada à educação no número de horas semanais de trabalho, para as crianças que trabalham, é de uma redução de cerca de três horas.”

Portanto, se a criança porventura não frequentava a escola é natural que a jornada de trabalho reduza, uma vez que ela precisa estar um período do dia na escola, porém se a criança já ia regularmente à escola e trabalhava, provavelmente essa jornada de trabalho pode continuar a mesma e aqueles que trabalhavam em período integral não vêm no “Bolsa Escola” incentivo para abandonar o trabalho, uma vez que o rendimento com ocupação é maior do que o oferecido pelo programa.

A hipótese apresentada pelas pesquisadoras para os resultados encontrados é que a família poderá adotar várias possibilidades de aumentar a renda em busca de mobilidade social e se em curto prazo, incluir o trabalho dos filhos, ela se utilizará dessa alternativa. Assim, a conclusão das autoras é que o “Bolsa Escola” abrevia as horas de trabalho, mas não tem impacto na decisão da criança em trabalhar ou não.

Maria Helena Lavinias e Maria Ligia de Oliveira Barbosa (2000) analisam o programa “Bolsa Escola” de Recife criado por meio da Lei 16.302, de 23/5/1997 e regulamentado pelo Decreto 17.665/97. Os objetivos das autoras era compreender os impactos do programa na frequência escolar, uma vez que esse programa foi implementado, no município em virtude das altas taxas de reprovação e evasão escolar. A experiência teve início na região

administrativa que apresentava os maiores índices de abandono e reprovação escolar.

Segundo as autoras, os beneficiários eram famílias com rendimentos iguais ou inferiores a 1/3 do salário mínimo e possuíam filhos com idade de 7 a 14 anos que se encontravam fora da escola; idosos ou deficientes, famílias com grande número de dependentes e famílias monoparentais.

Inicialmente, as autoras fazem uma ponderação acerca da focalização do programa, pois apesar de existirem 100 (cem) mil famílias carentes, apenas 8,8 mil (oito mil e oitocentos) foram contempladas pelo programa. No entanto as autoras acreditam que essa focalização foi acertada, pois incluiu os mais miseráveis da população.

Para a realização da pesquisa Lavinhas e Barbosa (2000) utilizaram dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do ano de 1997, bem como dados do cadastro realizado na fase inicial do programa. Com esses dados foi possível traçar um perfil das famílias beneficiadas e também das crianças. Os dados apontaram que 93% das pessoas que solicitaram o benefício eram do sexo feminino, pois 41% das famílias eram monoparentais femininas.

Para avaliar os impactos levaram-se em consideração três eixos: a) relação da família-escola; b) desempenho dos alunos beneficiados e; c) a contribuição da escola para o objetivo do programa, que é o de "propiciar a admissão e permanência, na escola municipal, de crianças de 7 a 14 anos de idade, oriundas de famílias em condições de carência material e precária situação social e familiar" (LAVINHAS; BARBOSA, 2000, p. 3).

Os resultados indicaram uma pequena diminuição na evasão e redução significativa na reprovação escolar. A região em questão passou de pior desempenho escolar para terceira colocação. Apesar disso, a escola, não se sentia preparada para lidar com esses alunos e, paralelamente, não houve qualquer acompanhamento relacionado ao trabalho empreendido pela escola com esses alunos bolsistas. A secretaria de educação não disponibilizou especialistas para trabalhar com os professores, para qualificar o trabalho docente direcionado a esse público.

Em relação ao combate à pobreza, as autoras afirmam que o benefício não era elevado o suficiente para garantir às famílias a saída da situação de extrema pobreza em que se encontravam, portanto grande parte das famílias beneficiadas ainda permanecia em estado de miséria.

As autoras afirmam que o programa do Distrito Federal teve maior sucesso, em relação aos outros que o sucederam, isso devido à quantia de dinheiro repassada às famílias. Nessa época o valor era referente a um salário mínimo, o que fazia diferença na renda familiar

e contribuía fortemente para a redução da pobreza.

Marcelo Aguiar e Carlos Henrique Araújo (2002) procuraram analisar os impactos do programa em relação à evasão, reprovação e combate à pobreza por meio da geração de renda. Os autores argumentam que o programa “Bolsa Escola” do Distrito Federal se destaca como programa de renda mínima, pois articula geração de renda com frequência escolar. Essa iniciativa, em longo prazo, pode ser um fator positivo, uma vez que pode quebrar o ciclo de pobreza, pois incentiva as famílias a colocar os filhos na escola e oportuniza um futuro promissor. Os autores destacam que o grande objetivo desse programa é “romper o ciclo retroalimentador da miséria, onde pobreza e miséria acabam gerando mais pobreza e miséria.” (AGUIAR E ARAÚJO, 2002, p.35).

Apresentando o resultado de pesquisas realizadas no Distrito Federal, Aguiar e Araújo (2002) relatam que, em 1996, entre os alunos que não recebiam o “Bolsa Escola” a reprovação e a evasão foram de 18,1% e 7,4% respectivamente, enquanto os mesmos índices, entre os alunos que recebiam o “Bolsa Escola”, foram de 8% e 0,4%.

Gisleia Benini Duarte e Raul da Mota Silveira Neto (2008) discutem os impactos do programa “Bolsa Família” na frequência escolar de crianças da área rural dos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba. Segundo os autores, essas áreas apresentam cerca de quatro anos de defasagem escolar, quando comparadas as outras regiões do país. Utilizando os dados da PNAD de 2005, os autores argumentam que no meio rural a frequência escolar era de 75%, entre a população com idade de 5 a 14 anos, enquanto nos dados referentes à região metropolitana esse índice era de 90%.

Para desenvolver o trabalho, os autores realizaram pesquisa de campo e utilizaram dados obtidos da PNAD, de 2005. A pesquisa de campo foi realizada por uma amostra de 745 crianças de 5 a 14, cujas famílias poderiam ser beneficiárias do programa “Bolsa Família”, ou não. As famílias habitavam a área rural e possuíam como atividade principal, a agricultura. Esse grupo foi subdividido em dois: um que residia na área rural que era beneficiada pelo programa “Bolsa Família” e outro que morava na área rural e não era beneficiado pelo programa.

Os resultados apontam que a frequência entre as crianças das famílias beneficiadas, era de 98,1%, enquanto entre as crianças das famílias que não recebiam o benefício, esse percentual caía para 86%.

O resultado obtido, mostra que o programa aumentou significativamente a frequência escolar, entretanto, há diferenciação de gênero no impacto dessa frequência. Os resultados positivos incidem mais entre as meninas, que apresentam em média 8,2 percentuais em

relação ao grupo de meninas não beneficiárias do programa; enquanto os meninos não apresentam estatísticas significativas, ficando próximo de zero. Ou seja, não há eficácia do programa no aumento da frequência entre os meninos (DUARTE; SILVEIRA NETO 2008, p. 14).

Os autores apontam que, num local onde as pessoas acreditam que a produção independe da escolarização, há a possibilidade de programas como o "Bolsa Família" não serem suficientes para implicar na diminuição do tempo dispendido ao trabalho, principalmente pelos meninos.

É consenso entre as pesquisas apresentadas, que o impacto sobre a frequência escolar foi positivo. No entanto, outros fatores foram apontados, como o aumento do trabalho infantil e o despreparo da escola e de seus profissionais para receber essa clientela. A frequência é apenas uma das pontas desse emaranhado de situações que envolvem a vida escolar e atua diretamente sobre resultados e sucessos esperados pela escola.

João Sabóia e Sônia Rocha (1998) também avaliaram o Programa de Renda Mínima do Distrito Federal, nos aspectos de seleção das famílias beneficiadas, resultado do processo de seleção e a comparação das famílias beneficiadas e as não beneficiadas. Para realizar a avaliação, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da PNAD, além das informações dos cadastros das famílias para o programa.

Comparando as famílias selecionadas com as não selecionadas, os autores chegaram à conclusão de que realmente a focalização do programa é adequada aos seus objetivos, pois as famílias selecionadas se encontravam em piores situações sociais que as famílias não selecionadas. Portanto, a focalização na região de Paranoá¹³ pode ser considerada uma focalização de sucesso.

Com a divulgação e avaliação desses programas, vários municípios e estados brasileiros iniciaram um processo de implementação de programas condicionados à educação, com o objetivo de diminuir a pobreza e aumentar os índices escolares. A maioria era bem parecida com as primeiras iniciativas – de Campinas e do Distrito Federal – as diferenças ficavam por conta da quantia do repasse aos beneficiários. Os quadros abaixo citam algumas dessas iniciativas municipais e estaduais no Brasil.

¹³ Paranoá é uma Região Administrativa do Distrito Federal.

Quadro 1 – Programas Municipais de Renda Mínima Brasileiro Condicionados à Educação

Local	Lei	Objetivos
São Paulo (SP)	Lei Municipal nº 14.255 de 28/12/2006. Decreto 50.153 de 28/12/2008.	Estimular a frequência e a permanência escolar e Fortalecer os vínculos familiares e a convivência do núcleo familiar com a comunidade local.
Ferraz de Vasconcelos (SP)	Lei nº 16/2009.	Gerar renda através de incentivo financeiro; Apoiar e orientar às famílias beneficiadas por meio de ações socio-educativas, através de atividades de geração de renda e Contribuir para sua emancipação com vista a sua inclusão social.
Osasco - SP	Lei Nº 3989, de 27 de dezembro de 2005.	Combater a pobreza e a miséria e transferir renda as famílias em vulnerabilidade social, bem como realizar atividades socioeducativas e de geração de renda.
Ribeirão Preto – SP	Lei 7188 em 28 de setembro de 1995. Decreto 283 de 20 de dezembro de 1995.	Incentivar a permanência da criança e adolescente na escola, além de garantir oportunidades iguais para crianças e adolescentes com necessidades educacionais e em situação de risco social.
São José dos Campos - SP	Lei 6428/03 de 28 de novembro de 2003.	Propiciar o acesso a bens de primeira necessidade, contribuindo para a melhora da qualidade de vida dos beneficiários, bem como preparar o indivíduo para o ingresso no mercado de trabalho ou dar-lhes condições para geração de renda através da prestação de serviços e de atividades manuais.
Blumenau – SC	Lei Municipal 6.861/2006.	Proporcionar renda, qualificação e requalificação profissional às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, constituindo-se num instrumento de política pública em resposta às demandas sociais.
Criciúma – SC	Lei Nº 3.256, de 6 de maio de 1996.	Proporcionar subsídio financeiro mensal temporário para que a família possa atender às necessidades básicas de seus membros, assegurando o trabalho socioeducativo que possibilite a transformação da dinâmica familiar em busca da emancipação.

Limeira - SP	Lei Municipal 2762 de 15 de outubro de 1996, atualizada em dezembro de 2009.	Busca oferecer uma renda mensal às famílias em vulnerabilidade social e garantir inserção social por meio de ações socioeducativas, permanência e frequência escolar.
Rio Casca - MG	Lei municipal nº 1.645 de 07 de Junho de 2006.	O programa tem por finalidade o atendimento e auxílio financeiro às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Fonte: sítios dos municípios
Dados organizados pela autora

Quadro 2 – Programas Estaduais de Renda Mínima Brasileiro Condicionados à Educação

Amapá	Decreto Estadual 3729 de 15 de agosto de 2005.	Garantir a permanência de crianças na escola pública, mediante a concessão de auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade social pré-selecionadas pelo programa.
São Paulo	Decreto nº 52.361 de 13 de novembro de 2007. Resolução Seeds-1, de 9 de janeiro de 2008. Resolução Seeds-20, de 25 de agosto de 2008.	Promover a inclusão social de jovens, mediante a transferência de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica.

Fonte: sítios dos Estados
Dados organizados pela autora

Mesmo com a implementação de um programa do Governo Federal, como é o “Bolsa Escola”, que agora compõe o “Bolsa Família”, vários municípios e estados fizeram a opção de continuar com programas similares, porém que em âmbito local e com financiamento próprio.

3.3 PROGRAMAS SOCIAIS COMO ALTERNATIVAS DE COMBATE A POBREZA E A DESIGUALDADE

Segundo Lavinias (2000), os programas sociais têm origem assistencialista, nos meios religiosos. Não buscam universalização através de programas, mas focalizam suas ações buscando garantir maior equidade, pois atendem um a grupo específico: os pobres.

A pobreza é algo que incomoda a todos, é uma marca do atraso social, da injustiça de um país e por isso precisa ser extirpada da sociedade. De acordo com Codes (2008, p. 7), é no século XX que as discussões sobre pobreza e desigualdade ganham maior relevância, pois

“não estavam sendo equacionadas como frutos do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres.” Essa questão social se evidenciou, na Europa, a partir da crise do “Estado de bem-estar social” e das transformações sociais trazidas pela reestruturação econômica, com o modelo de acumulação flexível.

Se antes, com o “Estado de bem-estar social”, havia a intervenção do Estado na economia como forma de estimular o crescimento e o desenvolvimento do país, no modelo de acumulação flexível há a defesa da idéia de que o Estado não deveria intervir tanto na economia. Dessa forma, há a flexibilização do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (CODES 2008, p.7). Essas reestruturações transformaram o mundo do trabalho, causando a precariedade das condições de trabalho e o aumento do desemprego (CASTEL, 1998).

Nos países em desenvolvimento a questão da pobreza é vista com preocupação e se evidencia a partir dos grandes contingentes pobres, com o qual as nações precisam conviver. No Brasil, um país com características históricas de patrimonialismo, no contexto do fim de uma ditadura recente, a questão da pobreza se colocou como prioritária na Nova República.

A preocupação com a pobreza já era antiga, porém é reforçada e os esforços se concentram na necessidade de diminuir a miséria para que o Brasil alcançasse o patamar de modernização que tanto almejava. Diante disso, a pobreza é colocada no cenário das discussões de teóricos, alvo de pactos sociais e plataforma de campanha de vários políticos.

Espanta que essa pobreza persistente, conhecida, registrada e alvo do discurso político, não tenha sido suficiente para construir uma opinião pública crítica capaz de mobilizar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de vida para que esse país mereça ser chamado de civilizado. Sobretudo, espanta que o aumento visível da pobreza no correr dos anos nunca tenha suscitado um debate público sobre justiça e a igualdade, pondo em foco as iniquidades inscritas na trama social. (TELLES, 2001 p. 18-19)

O máximo que se consegue fazer é instaurar políticas sociais focalizadas de combate à pobreza. É nesse contexto que se inserem o “Bolsa Escola” e o “Poupança Escola”, pois buscam focalizar as ações para atacar dois problemas: a pobreza e os desafios da universalização do Ensino Fundamental. O Programa “Bolsa Escola”, nesse sentido, busca garantir uma quantia de dinheiro às famílias, ao mesmo tempo em que acredita que oportunidade de acesso à escola, garante a possibilidade de, no futuro, promover inserção no mercado de trabalho, gerando, assim, maior produtividade e consumo, além de romper com o ciclo de pobreza.

De acordo com Cimadore e Catani (2007), pobreza e desigualdade não são a mesma coisa. Segundo os autores, a desigualdade gera a pobreza, portanto não é possível diminuir a

pobreza sem diminuir as desigualdades. Os programas “Bolsa Escola” e o “Poupança Escola” visam promover o acesso, a permanência e a qualidade na escola, atacando a pobreza, mas sem levar em consideração as desigualdades na trajetória dessas crianças. Somente a oferta de uma bolsa não garante o sucesso escolar para os alunos e alunas, já que o grande “nó” da questão é a desigualdade social da qual eles continuam sendo vítimas.

Além disso, esses programas trazem em seu bojo a lógica perversa de combater a evasão, reprovação e a distorção idade-série sem mudar a estrutura de ensino nem problematizar a situação educacional brasileira. Antes, são programas pontuais com o objetivo de obter resultados dentro da mesma estrutura educacional, adotando a estratégia do mérito para o sucesso.

Segundo Gentili (1996), na lógica neoliberal são a escola e a família as responsáveis pela melhoria da qualidade da educação, através de seus esforços individuais e não o Estado. Para ele,

Desconfiar do Estado e da sociedade é, dessa forma, o primeiro passo para reconhecer que a transformação da educação depende apenas da capacidade, da inventiva, do esforço e do mérito incessante de cada indivíduo (professores, alunos, pessoal não docente, pais, etc) para mudar *seu próprio* trabalho, na *sua* própria escola. (GENTILI, 1998, p. 23, grifos do autor)

Como estratégia para superar a crise educacional, um dos objetivos colocados é subordinar as demandas educacionais às necessidades do mercado de trabalho. É nesse contexto que a educação passa a adotar sistemas de prêmio e castigo como forma de estimular a produtividade e a eficiência.

O fato de se receber uma bolsa como garantia de acesso à escola já é, por si só, a marca da exclusão e da desigualdade social na qual esses sujeitos estão imbricados, pois é necessário ser beneficiado para poder frequentar a escola (TELLES, 2001). Além de já terem a marca da exclusão bem acentuada, ainda tem como responsabilidade manter-se no sistema escolar e alcançar sucesso. Nesse sentido, o fracasso escolar e social passa a ser responsabilidade de cada um.

Portanto, a questão do acesso, da permanência e da qualidade educacional, passa a ser discutida no âmbito privado, em que cada família/aluno é responsável por diminuir os índices, tanto de reprovação, quanto de evasão, pois a renda que recebem – “Bolsa Escola” e “Poupança Escola” – é condicionada a esses dois critérios.

Além disso, a criança passa a ser responsável, também, por uma renda familiar o que a obriga a não faltar para não perder o benefício e se sair muito bem nas provas para, ao final do ano letivo conseguir mais um “dinheirinho” para sua poupança.

Os PGRM Articulados à Educação são políticas sociais de combate à pobreza que buscam, também, diminuir os desafios da universalização do ensino. Dessa forma, a idéia é transferir para o indivíduo a responsabilidade de sucesso e frequência escolar, pois se for diferente, corre-se o risco de “ser cortado” do Programa. No entanto, algumas questões se colocam como essenciais para essa discussão: como tem sido a trajetória escolar das crianças beneficiadas por esses Programas? A permanência na escola e a aprovação por si só é garantia de qualidade da educação? Essas e muitas outras questões se colocam como estratégicas para a compreensão dessa realidade que já integra as políticas públicas de muitos países, especialmente na América Latina.

3.4 A IGUALDADE DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO ESCOLAR: O QUE SE ESPERA DE UMA ESCOLA JUSTA?

A obrigatoriedade da oferta do Ensino Fundamental é uma conquista indiscutível, pois mesmo que, na prática, o país ainda não tenha alcançado a universalização dessa fase de Ensino Fundamental, a garantia desse direito legal é uma arma na luta pelo acesso à escolarização. Porém, Gentili (2001) ressalta que os Estados garantiram o acesso à educação, mas a permanência escolar e a qualidade de ensino ainda são desafios.

O acesso à escola não significa sucesso escolar do aluno, nem igualdade de acesso desses sujeitos à educação. A escola não passou a ser justa com a universalização do Ensino Fundamental visto que os que adentram a escola têm oportunidades desiguais. Dubet (2004) aponta as dificuldades na igualdade por oportunidade e mérito. Os alunos entram na escola e participam do mesmo jogo, mas isso não garante que eles serão vencedores, porque a entrada deles na escola não elimina as diferenças sociais que influenciam na vida escolar desses sujeitos. “As desigualdades sociais pesam muito na vida desses sujeitos” (DUBET, 2004, p. 542)

Outro fator que se apresenta como dificuldade na igualdade de oportunidade e mérito é que uma escola não pode fazer diferenciação entre os alunos mais favorecidos e menos favorecidos, no entanto, não é isso que acontece, pois Dubet (2004, p. 542) nos aponta que

todas as pesquisas mostram que a escola trata menos bem os alunos menos favorecidos: os entraves são mais rígidos para os mais pobres, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes e menos informadas nas reuniões de orientação...

Isso se encerra numa desigualdade na competição escolar, pois quanto mais o aluno for

“bom” mais chances ele terá de ascender academicamente; ele será sempre mais favorecido e aqueles que fracassam e não conseguem alcançar o almejado são considerados os responsáveis pelo seu fracasso, pois não aceitaram entrar no “jogo”, na competição. Esses alunos não são vistos como vítimas de um sistema social, mas como pessoas que não aproveitaram a oportunidade de ascender social e academicamente. São os únicos responsáveis pelo seu fracasso: são as desigualdades multiplicadas.

O aluno que fracassa é aquele que é desatencioso, não faz as atividades, não se esforça, não leva os estudos a sério. Aparentemente, os resultados dos alunos só são desiguais porque eles não quiseram estudar, ou seja, “o aluno que fracassa aparece como responsável pelo seu próprio fracasso e, ao mesmo tempo, sua igualdade fundamental é preservada, pois tudo se passa como se ele tivesse decidido livremente sobre suas performances escolares mais ou menos” (DUBET, 2008, p. 39-40)

Outra dificuldade para a igualdade de oportunidades meritocráticas é que esse sistema rapidamente cria enormes desigualdades entre os alunos “bons” e os outros que não são tão “bons”. Uma prática bem comum nas escolas e que reforça mais essa dicotomia entre os alunos por meio de reforço desses grupos, é o “reagrupamento dos atos de que alunos fracos na mesma classe.” (DUBET, 2008, p. 34).

O autor chama a atenção para o fato de que a idéia da igualdade de oportunidades repousa sobre uma dupla afirmação: os alunos são considerados iguais e têm o direito de obter os melhores resultados. Isso também é uma obrigação moral, uma vez que a não ambição dos alunos e da família é condenada pela escola. Porém se os alunos alcançarem êxito, têm o direito e o dever de esperar ascensão social e escolar. (DUBET, 2008). A vida escolar, nessa perspectiva, é um “jogo” em que a competição torna os alunos desiguais.

Nesse sentido, o fracasso é responsabilidade individual, apenas aquele que se esforçar pode alcançar sucesso e o que fracassar, foi porque não se esforçou suficientemente. A qualidade de ensino, nesse sentido, requer muito mais esforço pessoal que investimento do Estado (GENTILI, 2001).

De acordo com Dubet (2008), o sentimento de fracasso e de frustração faz com que esses alunos desanimem, desistam ou até mesmo se tornem violentos como uma forma de sair de um jogo que, de antemão, eles sabem que já perderam. O fracasso desses alunos fica marcado em suas vidas, em seus boletins, em suas idas e vindas na escola, nas diversas tentativas de se escolarizar. Apesar de o mérito ser cruel com esses sujeitos, essa crença está muito presente no ambiente escolar, até na concepção de alguns professores ao acreditarem que, apenas pelo mérito próprio, conseguiram chegar onde estão e são testemunhas de que

todos conseguem, basta querer.

No entanto, o autor nos diz que a igualdade de oportunidade é uma ficção necessária porque não se pode educar se não acreditar nela, no entanto

os alunos não acreditam verdadeiramente nela: eles sabem que alguns dentre eles são mais ou menos 'dotados' e tem mais ou menos recursos sociais, eles também sabem que existem estabelecimentos 'deteriorados' e outros mais favorecidos. Os professores, por sua vez, sabem quem serão os eleitos e quem serão os perdedores, como mostram cotidianamente as conversas na sala dos professores. Mas todos são levados a acreditar e a manter a ficção, pois, sem ela, o trabalho pedagógico não seria mais possível e toda arquitetura da igualdade e da liberdade desmoronaria. (DUBET, 2008, p. 52-53)

Para proporcionar um sistema escolar mais igualitário é necessário que se aceite outro desafio: o de incorporar ao sistema da igualdade das oportunidades, a igualdade distributiva das chances, a fim de dar mais a quem tem menos, maximizando as oportunidades de sucesso aos grupos menos favorecidos, por meio de ações de discriminação positivas. Porém, o autor enfatiza que “a desigualdade das oportunidades não se deve apenas às desigualdades de remuneração dos indivíduos e aos diferenciais de qualidade da oferta escolar, ela procede também das competências dos pais que sabem utilizar relativamente bem essa oferta” (DUBET, 2008, p. 64-65)

Os programas de renda mínima consistem em tentativas de melhorar os índices escolares e fortalecer o acesso à escola, no entanto Dubet (2008) chama a atenção para o fato de que o acesso pelo acesso não é garantia de educação de qualidade e nem de permanência escolar. Mesmo que os programas envidem esforços para promover o acesso e a permanência escolar, as questões sociais imbricadas na escola são um desafio que dificilmente poderá ser resolvido apenas com os programas de renda mínima

No decorrer da pesquisa, ficou claro que existiam outras situações que permeava todo o contexto do programa, por isso analisá-lo em sua interlocução com o ambiente escolar era fundamental. Nesse sentido, os autores nos trouxeram grandes contribuições para a análise e interpretação dos comportamentos na escola e para avaliar algumas falas proferidas pelos alunos.

4 O MUNICÍPIO DA SERRA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E ECONÔMICA



Mapa 7 – Mapa do município da Serra
Fonte: Google Maps

Borges (2008) afirma que o município da Serra, situado na região metropolitana do Espírito Santo, teve sua origem em 1556, com a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição. Apesar da fundação da aldeia, alguns anos antes, as terras que futuramente seriam o município foram exploradas por colonos que vieram em busca da de ouro, em 1535. Posteriormente, vieram os índios temiminós e somente anos depois fundou-se a aldeia. Mais tarde, chegaram os portugueses que colonizaram os índios e juntamente com os índios e os escravos trazidos por eles, formaram a população para a colonização do que seria, futuramente, a cidade da Serra.

A base no município até o início da década de 1960 era agrária, porém em 1963 a Serra perde “a sua característica de município do interior, conhecendo uma transformação radical, deixando de ser município tipicamente rural, provinciano e tradicionalista, passando a ser o principal pólo industrial do Espírito Santo” (BORGES, 2008, p. 11)

O município da Serra faz parte da região metropolitana do estado do Espírito Santo, também conhecida como Grande Vitória. Sua localização geográfica fica ao norte da capital do Estado e ao sul do município de Fundão. A extensão territorial da Serra é de 551 km². O

município tem como principal atrativo turístico as praias, pois o município tem seu litoral banhado pelo oceano atlântico, o que confere a esse espaço uma rica beleza natural. Outro ponto turístico é o Mestre Álvaro, morro que é destaque no município e no estado.

Por ser um município de grande extensão, há uma diversidade cultural, social e econômica, resultado do grande crescimento populacional, principalmente a partir da década de 70, época de crescimento industrial e criação do Centro Industrial de Vitória.

O crescimento econômico do município foi marcado pela chegada de indústrias que formaram os pólos industriais I e II¹⁴, a Companhia Siderúrgica Tubarão, atual Arcelor Mittal e o Terminal Intermodal da Serra. Uma característica que tem impulsionado a expansão industrial no município é a localização geográfica, porém GOMES (2007) apresenta outros fatores, como

[...] a promoção pública de espaços físicos e de incentivos fiscais, destinados às unidades de fornecimento de bens e serviços às grandes plantas industriais e, também, de processamento de subprodutos originários dessas grandes usinas. Os efeitos multiplicadores desses investimentos vinculados aos chamados Grandes Projetos e o fomento público dotaram a Serra de um parque industrial de pequenas e médias empresas, de relevância regional, com certa especialização em alguns segmentos, especialmente da indústria química e da metalmeccânica (peças, tubos metálicos, máquinas, equipamentos e serviços industriais). (GOMES 2008, p.14)

Segundo Borges (2008), em decorrência da localização e da industrialização desse município, há um grande crescimento populacional. Observando os dados do IBGE (2000) que trata da projeção do crescimento da população serrana de 1970 a 2009, percebemos que a elevação foi significativa, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

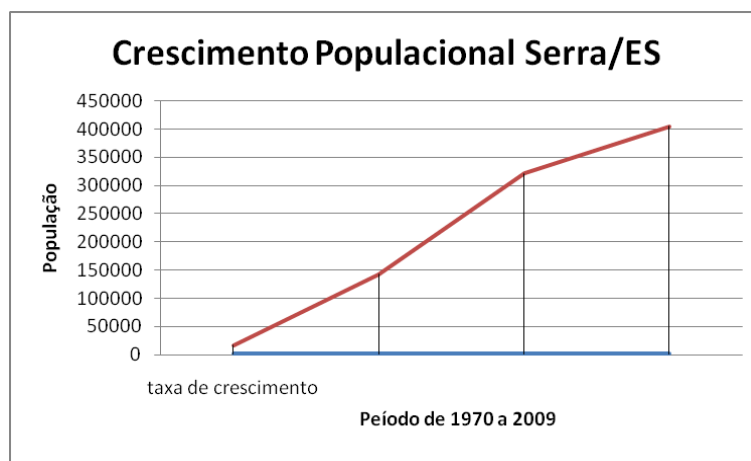


Gráfico 1 – Crescimento populacional da Serra

Fonte: IBGE, 2000, Elaborado pela autora

¹⁴De acordo com Angela Maria Morandi (2007), os pólos foram criados na década de 70, pelo governo do estado através da Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin). Os pólos além de se constituírem enquanto um local que apresenta estrutura e área destinada as empresas, são localidades de geração de emprego e desenvolvimento, trazendo benefícios à comunidade local.

Assim como o aumento populacional, o Produto Interno Bruto (PIB) teve um aumento considerável nos últimos anos, como podemos observar no gráfico abaixo, que demonstra esse crescimento entre os anos de 2002 a 2006 em comparação com o PIB do Estado de Espírito Santo.

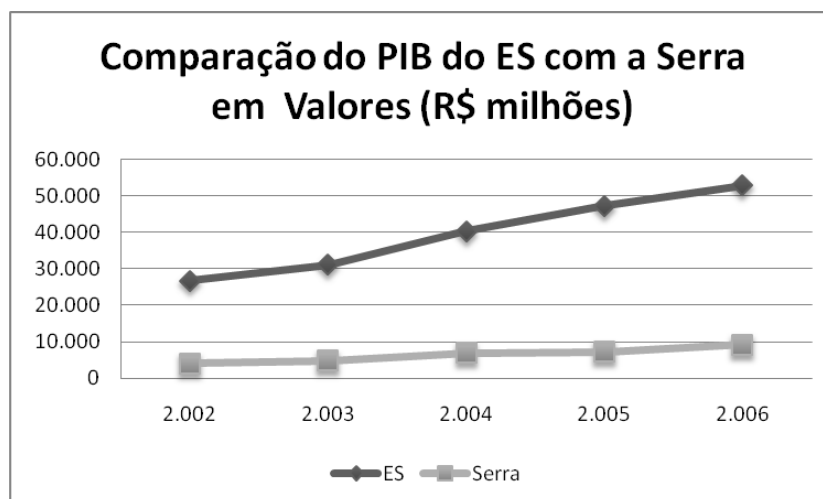


Gráfico 2 – Comparação do PIB em valores entre os anos de 2002 e 2006
Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, Elaborado pela autora

Quando comparamos o aumento do PIB em percentual, com o crescimento no Estado do Espírito Santo podemos ter uma idéia mais clara do aumento no município da Serra.

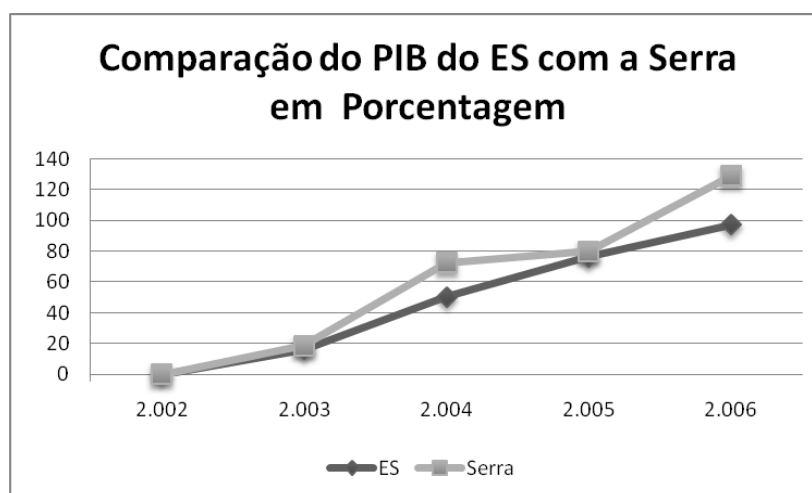


Gráfico 3 – Comparação do PIB em percentagem entre os anos de 2002 e 2006
Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, Elaborado pela autora

Podemos perceber que o aumento foi gradativo e com grande significado em relação à arrecadação municipal.

4.1 POPULAÇÃO SERRANA

A população é composta, em grande parte, por imigrantes que se fixaram nesse espaço, atraídos pela geração de empregos das indústrias. De acordo com o IBGE (2000)¹⁵, 12,7% da população residente na Serra era proveniente do fluxo migratório.

Os dados do IBGE (2000) mostram que a maior concentração de pessoas está na área urbana, com um percentual de 99,51% da população total do município, enquanto a área rural conta com apenas 0,49%.

Do total de pessoas residentes no município da Serra, em 2000, a maioria (50,66%) é do sexo feminino.

Tabela 1 – População residente, sexo e situação do domicílio

Município	População residente, sexo e situação do domicílio				
Serra	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Quantidade	321.181	158.458	162.723	319.621	1.560
%	100%	49,34	50,66	99,51	0,49

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Estratégico, Censo, 2000.

Em relação à população alfabetizada, considerando as pessoas residentes no município com 10 anos ou mais, 92,2% da população é alfabetizada, 7,8% ainda não está alfabetizada.

Tabela 2 – População Alfabetizada

População residente de 10 anos ou mais		
Total	Alfabetizada	Taxa de alfabetização
256326	236255	92,2%

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2000

A taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, caiu 0,2% em relação à taxa de analfabetismo de 10 anos ou mais, conforme podemos perceber na tabela abaixo

¹⁵Não encontramos registros de outros dados com data posterior a 2000. Todos os documentos no município e os dados do IBGE referentes ao município da Serra, remetem ao Censo de 2000.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo por faixa etária

2000				
Faixa Etária	Não sabe ler	sabe ler e escrever	Total	taxa de analfabetismo
15 a 17 anos	324	21359	21683	1,6
18 a 24 anos	883	46015	46898	1,9
25 a 39 anos	3891	75915	79806	4,9
40 a 59 anos	6473	50797	57270	11,3
60 a 64 anos	1593	3837	5430	29,3
65 anos e mais	3772	7237	11009	34,3
Total de 15 anos e mais	16936	205160	222096	7,6

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, dados 2002 a 2003

O interessante em relação à taxa de analfabetismo é que, como em todo o país, quanto mais avançada à idade, maior é o índice de analfabetismo.

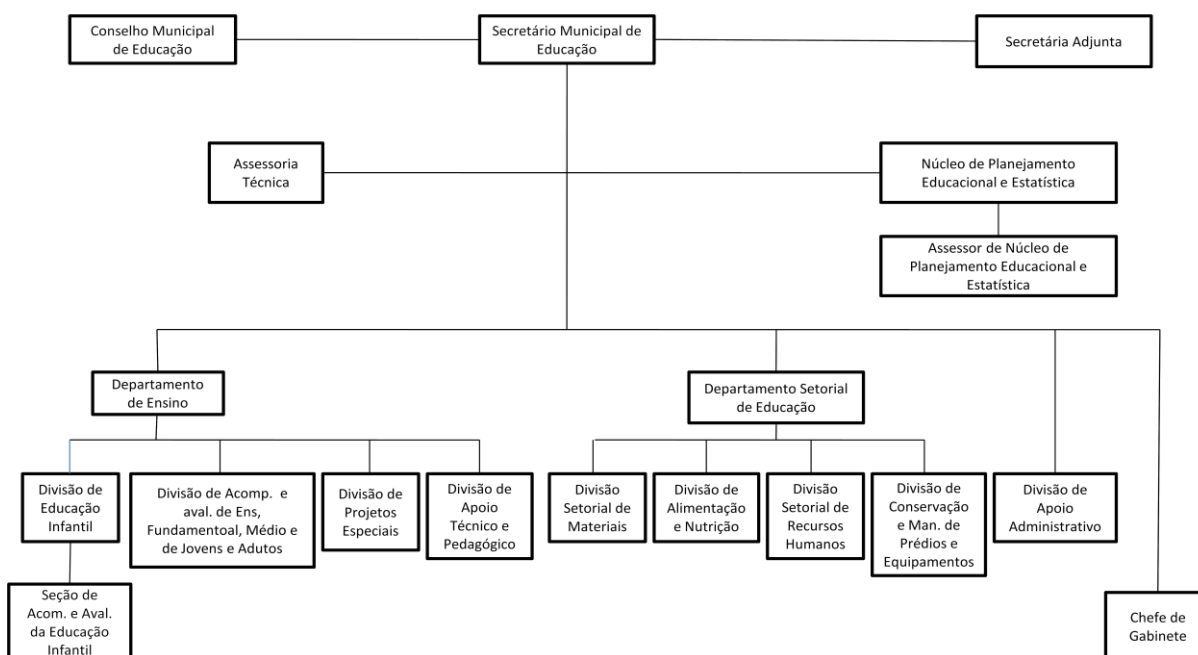
Por ser um município muito extenso, houve a necessidade de subdivisão do mesmo, sendo assim, o município foi dividido em regiões administrativas.

A partir dessa divisão, a Secretaria de Educação agrupou as escolas em seis regiões geopedagógicas, as quais foram divididas para facilitar o acompanhamento pedagógico, pela Secretaria Municipal de Educação. O critério para essa divisão foi a proximidade. O grupo de escolas por região foi uma forma de organizar as unidades de ensino, com o objetivo de otimizar o trabalho e acompanhamento pedagógico prestado às instituições por parte da Secretaria de Educação. As escolas estão agrupadas em: Carapina I, Carapina II, Litorânea, Civit, José de Anchieta¹⁶ e Serrana.

A estrutura político administrativa da Secretaria de Educação está organizada em níveis hierárquicos, conforme pode ser observado no organograma abaixo:

¹⁶No município da Serra, existe um bairro com o nome de José de Anchieta e uma região, que agrupa vários bairros em seu entorno, que recebe o nome de José de Anchieta. Portanto, a região em que foi realizada a pesquisa possui um bairro com o nome de Jose de Anchieta ao mesmo tempo em que possui uma região com o nome de nome de José de Anchieta.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



Organograma 1 – Organograma da Secretaria da Educação

Acima está a Secretária de Educação, o Conselho Municipal e a Secretária Adjunta; a Assessoria Técnica e o Núcleo de Planejamento vêm logo abaixo e depois estão o Departamento de Ensino e Departamento Setorial da Administração que gerenciam as divisões concernentes as suas funções.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA

Souza (2007, p. 8) divide a história político-administrativa do município da Serra em três momentos, “cujos marcos divisores podem ser associados a transformações ocasionadas por fatores desencadeados no âmbito externo com repercussões no ambiente local.” O primeiro período abrange os anos entre 1975 e 1980, em que o comprometimento com a eficiência e a qualidade dos serviços prestados eram parcos. As eleições de 1982 são consideradas o marco inicial do segundo período da história político-administrativa, época em que houve a instalação do Centro Industrial de Vitória e a Companhia Siderúrgica Tubarão-atual Arcelor Mital¹⁷. De acordo com Souza,

¹⁷De acordo com o site da empresa, a ArcelorMittal Inox Constituída em dezembro de 2005, reúne três das mais competitivas empresas siderúrgicas do País - ArcelorMittal Aços Longos (incluindo a Acindar da Argentina e a ArcelorMittal Costa Rica), ArcelorMittal Tubarão e ArcelorMittal Vega.

Na gestão pública municipal, as poucas mudanças ocorridas estavam voltadas mais para as tentativas de acompanhar a situação de crescimento do município em termos econômicos e populacionais demandava, do que para a promoção de uma gestão avançada. Alguns avanços foram mais sentidos na melhoria da infra-estrutura urbana, mas suplantados pela velocidade das ocupações irregulares e agravamentos dos problemas sociais. (SOUZA, 2007, p. 8)

A autora enfatiza que o terceiro período tem início em 1998, segundo ano do primeiro mandato de Sérgio Vidigal, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esse momento é marcado pela estratégia político-administrativa, participação popular e ajustes da política municipal com a política nacional, período marcado por mudanças na administração pública do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O processo que se desencadeia então com a difusão da nova ordem econômica mundial onde as forças econômicas e tecnológicas dão forma aos interesses e políticas dos Estados, em decorrência das adequações introduzidas pelas economias capitalistas no seu modo de produção é caracterizado pelo desmonte de parte do aparato técnico-burocrático. O Governo Central Brasileiro trata então de promover as chamadas reformas do Estado (descentralização política, desestatização e flexibilização das relações de produção), cujo início ocorre durante o curto período do governo Collor e ganha maior intensidade durante os governos que o sucederam: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. (SOUZA, 2007 p. 9)

Desde o ano de 1997, o município está sob o governo do PDT, perfazendo 12 anos de governo pedetista, sendo que de 1997 a 2004 o prefeito foi Sérgio Vidigal, de 2005 a 2008 Audifax Charles Pimentel Barcelos e em 2009, retorna o ex-prefeito Sérgio Vidigal após muito embate político, pois como Audifax Barcelos foi eleito com o apoio de Sérgio Vidigal, em 2004, e pretendia reeleger, e assim, completar os dois mandatos no cargo. Porém, nas eleições de 2007, o antigo prefeito Vidigal, disputa com ele a indicação do partido para a eleição para o cargo de prefeito do município da Serra. Os jornais acompanharam todo processo de discussão política e ao final, Sérgio Vidigal é escolhido. Após esse fato houve dissensão dentro do partido o que ocasionou na saída de Audifax Barcelos e sua filiação no PSB, partido em que atua no momento.

Em entrevista ao século diário, Barcelos avalia um pouco o que foi esse momento para ele:

Nós trabalhamos muito na cidade da Serra, nós tínhamos a perspectiva e vontade da reeleição, que era a ordem natural da política. Todo prefeito, governador, presidente da República tem esse direito. Acabei sendo o único prefeito do Espírito Santo e o segundo do Brasil a não ter esse direito da reeleição. Não existia nenhum acordo da nossa parte de que abriríamos mão disso para o Sérgio (Sergio Vidigal, presidente do PDT e atual prefeito da Serra), de maneira nenhuma. Mas eu prefiro ver isso como águas passadas, isso passou, serviu de experiência para a minha vida, não tenho nada, como rancor, contra o prefeito. (Século Diário, <http://www.seculodiario.com>)

acesso em: 8 de mai de 2010)

Após a eleição Vidigal retornou à administração pública do município, seguindo as orientações do PDT de “educação para todos”, assumindo o discurso da educação como elemento primordial para o desenvolvimento social, consoante com os governos pedetistas que afirmam adotar políticas voltadas para educação, no intuito de efetivar a universalização do ensino.

No Estatuto do PDT (1999), a educação aparece entre os objetivos do partido e é apontada como um dos compromissos com a sociedade. A educação, no inciso I, desse documento, é eleita como “causa de salvação nacional e está entre as prioridades das prioridades, no mesmo patamar da alimentação”.

Consoante com a pauta nacional, os governos pedetistas, nesses últimos 12 anos de administração pública municipal da Serra, investiram em programas educacionais com intuito de diminuir os índices de reprovação e evasão.

De acordo com Gonçalves (2009), o primeiro mandato do PDT no município (1997-2000) pautou seus esforços no combate aos índices de evasão e reprovação, caracterizando as políticas educacionais como utilitaristas, voltadas para atender as exigências dos organismos internacionais. É nesse momento que é implementado o “Pró-escola”, um programa que tem como meta diminuir os índices de evasão e reprovação. Segundo Almeida (2006), o “Pró-escola” é uma parceria entre a educação municipal da Serra e o poder judiciário, que busca diminuir esses índices. “O programa consiste no compromisso dos diretores de escolas públicas municipais de encaminharem para a Secretaria Municipal de Educação, ao final de cada bimestre, a relação dos alunos que ultrapassaram os 25% de faltas permitidas por lei.” O Programa se baseia no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal, que tratam sobre a responsabilidade e obrigatoriedade da família em relação à educação dos filhos. Assim, a escola repassa para a Secretaria as faltas das crianças à escola e esta repassa para o judiciário que intima os responsáveis a comparecerem à Vara da Infância e da Juventude, onde são informados sobre a lei e as responsabilidades da família em relação aos alunos e às sanções que podem receber se não arcarem com suas funções. Este Programa ainda está em vigor, paralelamente a outros. Inclusive há uma portaria municipal (10/2006) que estendeu a medida aos alunos que estudam no turno noturno, menores de 18 anos.

No segundo mandato do PDT(2001 a 2004), os esforços foram dobrados com o Programa “Escola Campeã”, que buscava alcançar as metas desejadas de melhoria nos índices de evasão e reprovação. Esse Programa vigorou de 2001 a 2004, no município e empreendeu

esforços no sentido de melhorar os índices escolares. Resultado de uma aliança estratégica entre o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil, o “Escola Campeã” era voltado para melhoria do ensino público fundamental. Para isso, propôs uma nova metodologia de gestão municipal da educação e das unidades escolares. Os objetivos eram aprimorar a qualidade do ensino, melhorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e aumentar a equidade social.

Percebemos que as preocupações, no município da Serra, há muito se concentram na melhoria dos índices escolares. No entanto, os programas que até agora foram implementados não buscam problematizar a realidade das escolas, o trabalho docente e a gestão escolar. Pelo contrário, a ênfase recai sobre os resultados, enquanto o que precisa ser repensados são os processos. Dessa feita, as políticas educacionais do município têm se caracterizado, ao longo dos anos, como políticas imediatistas e pragmáticas, sem diálogo com as reais necessidades e causas da reprovação e da não permanência escolar.

Após esses programas, surge outro com o mesmo objetivo, porém com uma estratégia diferente: o Programa “Bom na Escola”. O objetivo central é diminuir os índices de reprovação e evasão e a estratégia é a premiação dos alunos. Apesar de possuir estratégia diferenciada, ele também faz parte do bloco de programas que ignora as reais necessidades da educação e centra seus esforços apenas nos resultados.

4.3 O PROGRAMA “BOM NA ESCOLA”

O Programa “Bom na Escola” inicia a sua trajetória em 09 de abril de 2007, quando o prefeito Audifax Charles Pimentel Barcelos enviou à Câmara de Vereadores do município da Serra, o projeto de Lei 028/07 para ser votado em regime de urgência simples¹⁸. O projeto referia-se ao Programa “Bom de nota na escola” e previa uma quantia de R\$ 100,00 (cem reais) a ser repassada aos alunos do Ensino Fundamental matriculados na rede pública do município da Serra. Esse valor seria anual. Então, todo aluno que ingressasse na escola na 1ª série e que não fosse reprovado, ao final da 8ª série – sem considerar os juros e se ele não retirasse 50% ao final da 4ª série - teria uma poupança de R\$ 800,00 (oitocentos reais), no Ensino Fundamental de oito anos e R\$900,00 (novecentos reais) no Ensino Fundamental de nove anos.

O repasse do benefício estava condicionado somente à aprovação e era cumulativo.

¹⁸De acordo com o vereador Aloisio Ferreira Santana, no regime de urgência simples, a Câmara tem até dez dias para deliberar o projeto apresentado, podendo ocorrer vistas ao processo.

Sendo assim, só podia ser retirado ao final da quarta e oitava séries; durante as outras séries, o benefício ficava retido na poupança. O saque não podia ser efetuado na totalidade ao final da quarta, permitindo-se a retirada de apenas 50% do saldo acumulado. Apenas ao final da oitava série permitia-se o saque da totalidade da poupança.

O objetivo do Programa era diminuir os índices de reprovação e de evasão e incentivar as famílias a cobrar o desempenho dos filhos, oportunizando a geração de renda, ainda que em patamares mínimos, como afirmou o Prefeito na mensagem enviada à Câmara de Vereadores. De acordo com o Prefeito, era necessário que a escola, para além de ser um instrumento de desenvolvimento humano, fosse mais um elemento de “desevolvimento social e de geração de renda imediatos, ainda que em patamares mínimos.” Além disso,

“o município da Serra, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, além de ensinar as técnicas de pescaria, quer proporcionar aos seus alunos, pescadores de conhecimentos, a oportunidade de sentir de imediato o reflexo de seus esforços, ajudando-os a colocar o peixe em suas mesas.” (Mensagem do Prefeito nº 019/2007)

Durante a Audiência Pública e nas entrevistas concedidas à imprensa, enfatizou-se a questão do custo-aluno pra o município e a possibilidade de diminuir esses gastos, diante da alternativa de incentivar o aluno a estudar, oferecendo um depósito de R\$ 100,00 (cem) reais anuais numa conta poupança.

As discussões sobre o Programa aconteceram em grande parte por meio dos jornais locais e iso teve um desfecho favorável à discussão com a sociedade civil, pois, posteriormente, os segmentos puderam rediscutir e modificar a proposta inicial.

4.4 DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA

Antes mesmo do prefeito enviar à Camara o projeto de lei, o jornal eletrônico *gazetaonline*, em 28 de fevereiro de 2007, veiculou uma notícia sobre o Programa em que o prefeito Audifax afirmava que, o projeto era o primeiro a ser implementado no estado. A justificativa para a implementação do Programa era o gasto municipal com a reprovação. Segundo o prefeito, cerca de 10% dos alunos reprovam ou desistem de estudar no Brasil e quando voltam à escola, geravam um custo de cerca de 10 (dez) milhões por ano para o município. Com o projeto, a prefeitura estaria economizando 4 (quatro) milhões, o que na opinião de Audifax Barcellos seria uma coisa boa para o município, pois o Programa seria incentivo para as crianças estudarem.

No dia 1º de março de 2007 o jornal *A Gazeta* noticiou que o projeto de lei sobre a premiação com bolsa de R\$ 100,00 (cem reais) para incentivar o aluno a estudar encontrava-

se em fase de conclusão e a expectativa era de que o Programa começasse a funcionar em março de 2007, com o primeiro pagamento previsto para dezembro de 2007. De acordo com a reportagem, o gasto estimado para o município era de 6 (seis) milhões anuais (A Gazeta, 01/03/2010, p. 5).

Ainda em março de 2007 o mesmo jornal publicou uma nota informando que, no mês de abril, o prefeito do município da Serra assinaria a proposta do Programa, na presença do Senador Cristovam Buarque e enviaria à Câmara para ser aprovado. Nesse momento foi noticiado que o repasse do benefício seria em espécie e efetuado na escola no momento da matrícula, ou rematrícula.

Até então, nenhuma das notícias apresentava o nome do Programa que era apenas mencionado como “Bolsa dos cem reais” ou “Poupança-escola”. Foi durante a visita do senador Cristovam Buarque que o nome do Programa começou a ser veiculado. Na ocasião, o Programa era chamado de “Bom de Nota na Escola”. No dia 10 de março de 2007, o jornal *A Gazeta* apresentou o Programa, elencando seus objetivos e informando que o projeto fora enviado para a Câmara dos Vereadores. A previsão para os primeiros depósitos ainda era o ano de 2007.

Após essa notícia, vários segmentos da comunidade escolar tomaram conhecimento do Programa, momento em que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo (SINDIUPES) se pronunciou contrário ao Programa. Em reportagem do dia 19 de março de 2007, no jornal *A Gazeta*, argumentou que o Programa era discriminatório, principalmente com as crianças com menor poder aquisitivo, pois essas são as que mais necessitam do benefício. Além disso, havia o receio, por parte dos professores, de represálias de alunos ou de suas famílias, como forma de obter notas para passar de ano.

Diante da iminência da aprovação do Programa pela Câmara de Vereadores, os professores se organizaram e, no dia 25 de abril de 2007, aproximadamente trezentos professores, em um universo de aproximadamente 3.600 (três mil e seiscentos) profissionais da educação municipal, se reuniram em manifestação pelo piso salarial do município, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa “Bom de Nota na Escola”. De acordo com o Sindiupes,

O projeto de lei não é educacional. O texto distorce a função da educação. O projeto ainda discrimina o aluno reprovado em relação ao aprovado. O aluno é colocado numa situação de receber algo em troca de passar de ano, isso é ilegal sob nosso ponto de vista porque coloca a criança como fonte de renda da família. (www.gazetaonline.com.br, 25/04/2007, acesso em 18/01/2010)

As informações trazidas pela imprensa suscitaram a necessidade de criar um espaço

para discutir o Programa com os segmentos da sociedade, uma vez que nenhum segmento foi envolvido na elaboração do “Bom de Nota na Escola”, nem mesmo o Conselho Municipal de Educação. Diante desse fato, o vereador Professor Roberto Carlos, do Partido dos Trabalhadores (PT), convocou uma Audiência Pública na qual esteve presente o secretário de educação do município, Gelson Silva Junquilha; representações do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH); da Federação da Associação de Moradores da Serra (FAMS); do Conselho Municipal de Educação (CME); da Promotoria Pública, Magistério; do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo (SINDIUPES) e da Câmara de Vereadores do município.

Aloísio Ferreira Santana, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC) apresentou o projeto de lei para os presentes no plenário da Câmara dos Vereadores da Serra. Após a apresentação, os segmentos puderam fazer suas colocações em relação ao “Bom de Nota na Escola.”

Gelson Silva Junquilha justificou a necessidade do projeto como possibilidade de diminuir a evasão e a reprovação no município serrano. De acordo com o secretário

mesmo com todo esforço que é feito, desde 1997 na Serra, a evasão e a reprovação ainda é alta [...] a Serra foi e ainda é referência na ação específica da evasão, com uma parceria do Ministério público e do Poder Judiciário, mesmo assim ela continua alta[...] (CÂMARA DA SERRA, 2007, p. 12)

O secretário afirmou que se todos os quarenta e dois mil alunos do Ensino Fundamental fossem aprovados, o município economizaria de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) por ano, considerando que a média do custo-aluno, em 2007, era de R\$ 1.600,00 (hum mil em seiscentos reais).

Nesse contexto, a família assumiria um papel fundamental de cobrar os resultados dos filhos, como foi sugerido pelo Senador Cristovam Buaque durante visita ao município no dia 09 de março de 2007, para lançamento do programa e outras atividades políticas relacionadas à educação.

Além disso, a preocupação com o desenrolar do Programa fez com que o projeto de lei apontasse para a criação de um Comitê fiscalizador composto por representantes dos seguintes segmentos: Conselho Municipal de Educação, Sindiupes e Associação de Pais do Espírito Santo (Assopaes).

Apesar dos argumentos do Secretário de Educação, o Sindiupes mantinha as suas convicções sobre o Programa: sua natureza compensatória e a falta de atendimento às demandas efetivas da educação serrana, que fechou o ano letivo de 2007 com uma média de

14,7% de reprovação.

Os representantes do Sindicato dos Professores chamaram a atenção para a necessidade de investimento na educação e não na premiação dos alunos, pois os alunos que mais necessitavam e que não atendiam as expectativas desejadas pela sociedade, seriam mais uma vez excluídos do processo; a criança marginalizada seria mais uma vez excluída.

Os representantes do CDDH, da FAMS e a promotoria pública manifestaram apoio ao projeto, apesar de questionarem a falta de participação da sociedade civil na construção do documento, baseando-se nesse fato para justificar a polêmica em torno do assunto. A representante do Ministério Público do município, por exemplo, ressaltou que o problema do projeto estava na forma e não no conteúdo, mas na construção e que “os segmentos precisavam ser ouvidos para aprimorar a forma do projeto, fazer adequações condizentes com a realidade educacional do município”. (CÂMARA DA SERRA, 2007, p 8).

Já o presidente do Conselho Municipal de Educação relatou que tomou conhecimento do fato pelos jornais e fez algumas sugestões para alteração do Programa. Essas sugestões fizeram grande diferença no momento de reestruturar o projeto de lei.

[...] talvez a formatação dele possa ser mais trabalhada, e se tivesse passado pelo conselho com certeza nós íamos dar alguma dicas, alguma orientação. Temos que ver que algumas famílias logo no início do ano não tem dinheiro para comprar um caderno, e os professores logo começam a reclamar pedindo material, livro, lápis de cor, e se esse projeto “Bom de Nota na Escola”, esse valor de cem reais fosse dado no início do ano, assim que passasse de ano, seria um incentivo para a família por seu filho na escola, cem reais é um incentivo para a família manter o filho na escola, se aprovar, é claro. (CÂMARA DA SERRA, 2007, p.13)

De acordo com o representante da Câmara, propositor da Audiência, esse movimento

Foi fundamental porque da forma como ele chegou, primeiro porque não foi discutido nem no conselho de educação, foi uma coisa que surgiu no âmbito do executivo e foi feita a proposta e enviada para Câmara, quando a gente fez a audiência pública, a gente despertou para necessidade de discutir mais o projeto. O conselho de educação solicitou na audiência pública que o projeto fosse remetido para eles fazerem as alterações devidas. É importante frisar que as pessoas, tinham em sua maioria, a intenção de ser favoráveis ao projeto, mas ao mesmo tempo não tinham a informação do que isso poderia ocasionar, quer dizer, você premiar o aluno, esse prêmio em dinheiro, o que isso poderia acarretar em relação a pressão da família na criança, e ao mesmo tempo da criança e da família no professor. (Vereador)

A Audiência permitiu que houvesse, mesmo que em patamares mínimos, a participação da sociedade civil e, a partir dessa escuta, foi possível construir coletivamente algumas modificações necessárias ao andamento do Programa e para construir uma visão crítica em relação à ideologia do Programa. De acordo com o vereador participante da Audiência,

nós tivemos uma audiência pública aqui, tivemos a presença de pais de representantes do conselho de educação tivemos também a presença de presidentes da associação de moradores e nós percebemos que as pessoas, num primeiro momento eram favoráveis, mas quando foram sendo feitos os questionamento, principalmente por parte do sindicato dos professores, alguns pedagogos, que faziam alguns questionamentos, o pessoal do centro de defesa dos direitos humanos também, achando que seria melhor estimular a criança com outra forma e não com esse tipo de prêmio, muita gente saiu com a visão crítica em relação a esse projeto (vereador).

Após a audiência, chegou-se à conclusão de que era necessário fazer algumas alterações no projeto inicial. O vereador Roberto Carlos, do partido dos trabalhadores (PT) propositor da Audiência Pública solicitou ao presidente da Câmara que não colocasse o projeto em votação enquanto o debate não se esgotasse.

O Conselho Municipal de Educação se reuniu e fez as sugestões que julgava necessárias para a reformulação do projeto de lei e enviou para Secretaria de Educação por meio do ofício 053/2007, destacando vários itens a serem retirados ou acrescentados nos parágrafos. As alterações em relação ao projeto inicial diziam respeito aos critérios para se receber o benefício.

Se antes, no projeto inicial, o prêmio incentivo seria apenas mediante aprovação do aluno, na reformulação, a reprovação não obsta o depósito do benefício, desde que o aluno cumpra com os requisitos do § 1º do artigo 1ª da lei, que dispõe que os critérios para obtenção do benefício:

- I – estar devidamente matriculado na rede até o final do 1º bimestre;
- II – frequência de 90% da carga horária anual;
- III – participação em projetos e programas de apoio pedagógico, caso necessário;
- IV – concluir a 4ª série ou o 5ª ano em até 06 ou 07 anos de escolaridade consecutivos, respectivamente, e as demais restantes em até 06 anos de escolaridade consecutivos.

Se antes no “Bom de Nota na Escola” os alunos concludentes da 4ª série, 5ª ano ou 2º ciclo podiam sacar apenas o equivalente a 50% do valor, com a reformulação, os alunos dessas séries podem sacar até 100% do valor acumulado, conforme consta no artigo 4ª incisos I e II:

Art. 4º - os saques dos valores creditados aos beneficiários serão liberados nos seguintes modos e proporções

- I – 100% do saldo ao que o estudante fizer jus, após a conclusão da 4ª série (Ensino Fundamental de oito anos), 5º ano (Ensino Fundamental de nove anos), 2º ciclo noturno do Ensino Fundamental, comprovada a matrícula e frequência nos primeiros

trinta dias do início do ano letivo subsequente, atendidas as exigências do §1º dessa lei;

II – 100% do saldo a que o estudante fizer jus, atendidas as exigências do artigo 1º no que se aplica.

Em vez de se fazer uma poupança escola, nos moldes do programa “Poupança Escola”, do Distrito Federal, o município fez a opção de criar um vale compra estudantil no valor de R\$ 100,00 (cem reais) que poderia ser descontado em livrarias, cursos de informática e de língua estrangeira. Apenas os alunos concludentes da 4ª e 8ª série poderiam utilizar o benefício. Para os outros alunos o repasse funcionaria como uma poupança e poderia ter seu saldo utilizado ao final da 4ª ou 8ª séries.

Como os professores questionaram a questão do condicionamento do Programa à aprovação e a possibilidade da obrigatoriedade de aprovar os alunos devido às ameaças, propôs-se a mudança do foco: da nota escolar para a frequência escolar. A premissa era de que se o aluno fosse assíduo às aulas, dificilmente este ficaria reprovado. Uma vez tendo o foco na frequência, o nome muda de “Bom de Nota na Escola”, para “Bom na Escola”.

Com a reformulação do Programa, a ênfase passa a ser na permanência do aluno, assim a reprovação pode ocorrer desde que seja dentro de uma margem de dois anos, o que dá direito ao aluno de reprovar duas vezes durante a sua permanência no Ensino Fundamental, sem perder o direito ao benefício.

A evasão, por outro lado, é tratada com mais rigidez, uma vez que se o aluno evadir perde o direito ao benefício. Portanto, houve uma nova configuração no Programa a partir das discussões na Audiência Pública, o foco passa a ser a permanência do aluno na escola em vez da reprovação.

Outra mudança significativa foi em relação ao benefício repassado. Se antes era R\$ 100,00 (cem reais) após as modificações esse valor passa a ser um saldo para ser gasto com material escolar em lojas credenciadas pelo município. De acordo com o ex Secretário de Educação, essa modificação foi devido ao receio do mau uso do dinheiro,

O Audifax falava muito em dinheiro e tal, até que a gente chegou a conclusão de que não dava certo porque ia ser difícil controlar isso, os meninos iam pegar esse dinheiro e o pai ia comprar cachaça, ia beber, ia fazer qualquer coisa. Então a gente achou melhor um crédito ligado ao material educativo, então o menino iria consumir direto do fornecedor, teria um crédito e não veria o dinheiro, mas teria o produto, ele ia adquirir um produto na rede de lojas cadastradas (Ex Secretário de Educação).

Assim, o Projeto de Lei foi aprovado e se tornou a Lei 3113 de 04 de julho de 2007 com o nome de “Bom na Escola” e atende aos alunos matriculados a partir de 2007 no Ensino Fundamental da rede municipal de Serra que preenchessem critérios de matrícula e

frequência. As notícias da A Gazeta referente ao dia 01 de julho de 2007, trataram desse assunto, ressaltando que mesmo com as modificações, o Programa ainda era alvo de críticas.

As notícias veiculadas na imprensa diziam que o primeiro repasse do benefício seria em dezembro de 2007. No entanto, com a abertura para discussões e diante das reformulações do projeto não foi possível fazer o repasse no final do ano previsto. O primeiro depósito do benefício só aconteceu em dezembro de 2008, um ano e quatro meses após a aprovação do projeto, conforme veiculado no jornal “A Gazeta” em 27 de novembro de 2008. Em 2007, 6142 (seis mil cento e quarenta e dois alunos) alunos estavam aptos a utilizar o benefício, pois concluíram a quarta ou a oitava série com frequência igual ou superior a 90% no ano de 2007. Dos 6142 cartões distribuídos, apenas 2660 foram retirados pelos alunos ou seus responsáveis. Então apenas 2660 (dois mil seiscentos e sessenta) cartões foram utilizados, no primeiro repasse do benefício.

Todo aluno que entrou até o final do primeiro bimestre em 2007 entrou no benefício e recebeu em 2008. Quais foram os alunos que receberam os benefícios? Foi quem terminou a quarta série em 2007 e a oitava série em 2007 [...] as outras ficaram com o dinheiro creditado na conta, mas eles têm o dinheiro, está depositado na conta de cada um (Coordenador do Programa).

Esse atraso no repasse do benefício também foi decorrente da lentidão no processo de licitação para contratação da empresa, que seria responsável pelo cadastramento das lojas e repasse dos cartões de crédito, aos alunos. Como a contratação dessa empresa exigiu um custo elevado para os cofres públicos municipais, a contratação teve que ser por meio de processo licitatório.

Na primeira licitação, apenas uma empresa se inscreveu, porém como houve apenas uma inscrição o valor solicitado por ela foi de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil). Diante desse valor e do fato de apenas uma empresa concorrer, o município abriu outra licitação para manter a transparência no processo. Isso fez com que o atraso fosse ainda maior. Ao final, foi contratada a *Comprocard*¹⁹, uma empresa de cartão de créditos. O valor do contrato foi de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Contratou-se essa empresa como uma alternativa para repassar o dinheiro do benefício por meio do crédito estudantil. Além dessa empresa responsável pelo repasse do crédito estudantil, há uma poupança no Banco do Brasil,

¹⁹De acordo com o *site*, a Comprocard Benefícios, localizada na Av. Nossa Senhora da Penha, 699, Torre A, é uma empresa capixaba que foi constituída em 22 de março de 2004, com atuação no mercado capixaba de cartões. Conta com mais de 2.500 empresas em seu portfólio de clientes fidelizados, e possui a marca de 150.000 cartões emitidos. Trabalha com cartões alimentação, vale cultural, cartão compras, cartão farmácia, entre outros, além de administrar o sistema de bilhetagem eletrônica do sistema Transcol (Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória).

onde deposita-se o dinheiro dos alunos. Não houve um critério claro para a escolha desse banco, podendo ser o hábito de se trabalhar com esse banco, as taxas de juros ou outros motivos. Durante a pesquisa procuramos saber o critério para a escolha dessa instituição, mas não pudemos averiguar com clareza essa questão.

É importante ressaltar que o Programa é gerido com financiamento da Secretaria da Educação e que apesar de não ser recurso proveniente do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), mas é parte do orçamento da Secretaria, destinado à educação do município da Serra.

Os primeiros lotes de cartões referente ao benefício do ano de 2007, tinham o seguinte *design*:



Figura 1 – Cartão 2007 (frente)

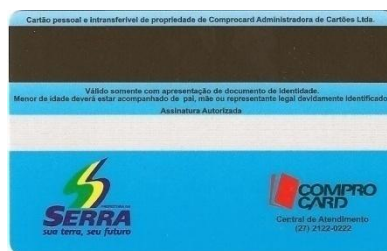


Figura 2 – Cartão 2007 (verso)

No governo atual, modificou-se o layout do cartão, portanto os distribuídos em 2009, apresentaram novo design:

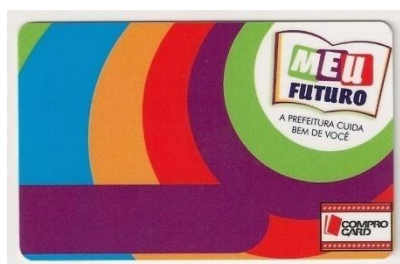


Figura 3 – Cartão 2009 (frente)



Figura 4 – Cartão 2009 (verso)

Num primeiro olhar, o novo cartão não parece ser um cartão para o estudante, porém ao mesmo tempo parece-nos que a marca assistencialista se faz na frase: “A prefeitura cuida bem de você.” Além da nova “cara” do cartão, o Programa passou a se chamar “*Meu futuro*”, no entanto, em nenhum momento realizou-se uma discussão para mudança no nome do Programa, nem mesmo na Câmara Municipal.

Durante a pesquisa de campo, pudemos perceber, na prática, o real alcance do “Bom na Escola”. Como todas essas questões que acompanharam as discussões sobre o Programa, os embates entre os diversos segmentos, o “grito” pela exigência da participação na construção de um programa educacional se reflete diretamente em como os segmentos da escola convivem com o “Bom na Escola”.

O próximo capítulo tem como objetivo discutir e analisar as evidências do campo de pesquisa além de levantar alguns questionamentos sobre o Programa.

5 PROGRAMA “BOM NA ESCOLA”: ESSES CEM REAIS AÍ?

Nesse capítulo analisamos os dados coletados durante as entrevistas com os sujeitos que estão diretamente ligados ao Programa. Propomos avaliar o Programa a partir de seus objetivos de redução da evasão e reprovação, bem como outras situações que surgiram no decorrer da pesquisa. Para isso, realizamos entrevistas com professores, alunos, gestores escolares, coordenador do Programa, secretário de educação e representante da Câmara de Vereadores, além disso coletamos dados estatísticos na Secretaria de Educação do município, na Divisão de Estatística. As entrevistas nos deram pistas sobre como o “Bom na Escola” acontecia no dia-a-dia e suas influências nos resultados do Programa.

Para melhor apresentar os dados, agrupamos por temas que mais se destacaram durante a pesquisa.

5.1 PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Inicialmente, percebemos que os índices, tanto de evasão quanto de reprovação, não sofreram grandes modificações. No entanto, ao compararmos os percentuais, observamos que uma região se destacava em relação aos índices: a região José de Anchieta. Nessa região, a reprovação aumentou de 14,8% para 18,2% enquanto a evasão diminuiu de 12,4% para 3,0%, como podemos observar as tabelas 1 e 2 com os dados relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008.

Tabela 4 – Taxa de reprovação por região geopedagógica

Regiões	Anos letivos		
	2006	2007	2008
Região Serrana	13,1%	13,0%	14,8%
Região Litoral	12,1%	10,8%	10,7%
Região Carapina I	16,6%	12,7%	15,7%
Região Carapina II	13,4%	12,9%	12,7%
Região José de Anchieta	14,8%	14,1%	18,2%
Região Civit	15,4%	14,6%	16,4%

Fonte: Departamento de Administração e Estatística Escolar do município da Serra
Elaborada pela autora

Considerando que o Programa “Bom na Escola” foi implementado em junho de 2007 e baseado na coleta dos dados sobre a evasão e reprovação dos anos de 2006, 2007 e 2008, podemos perceber que, em relação aos índices de reprovação, não houve mudanças significativas. Os índices permaneceram bem próximos, quase em estabilidade, porém as regiões Carapina II e José de Anchieta apresentaram um diferencial em relação as demais.

Tabela 5 – Taxa de evasão por região geopedagógica

Regiões	Anos letivos		
	2006	2007	2008
Região Serrana	3,5%	2,5%	2,7%
Região Litoral	1,6%	1,0%	1,8%
Região Carapina I	4,1%	5,3%	4,9%
Região Carapina II	1,8%	0,2%	0,7%
Região José de Anchieta	12,4%	4,6%	3,0%
Região Civit	4,1%	4,5%	3,4%

Fonte: Departamento de Administração e Estatística Escolar do município da Serra
Elaborada pela autora

Em relação à evasão, enquanto todas as outras regiões se mantiveram estáveis, a Região José de Anchieta foi a única que teve uma drástica redução. De 2007 para 2008 a redução foi de 9,4 pontos percentuais, o que demonstra diferença significativa em relação às demais regiões.

Esses dados foram indicadores relevantes para a escolha da Região José de Anchieta como campo de pesquisa, pois queríamos verificar se o Programa poderia exercer estímulo em relação à permanência na escola.

O Programa “Bom na Escola” está voltado apenas para a permanência do aluno na escola. Com o novo formato a reprovação pode ser lucrativa para o aluno e pode servir como rendimento monetário, pois o aluno pode reprovar dois anos em cada segmento em cada etapa obrigatória de escolarização e mesmo quem reprovou tem o benefício depositado na conta, ou seja, a reprovação não obsta o recebimento do benefício. Isso quer dizer que, se o aluno reprovar, ele terá direito a receber até R\$ 200,00 a mais em cada segmento, se mantiver o índice de reprovação dentro da margem permitida pelo Programa, ou seja, dois anos de reprovação em cada segmento. Para melhor entendermos, organizamos as informações na

equação abaixo, para representar esse processo:

$$\begin{aligned} \text{Total de anos estudados no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) sem reprovação} &= K \\ \text{Benefício} &= R\$ 100,00 \end{aligned}$$

Aluno que não reprovou nenhum ano pode ser representado pela seguinte equação, onde K equivale a 9:

$$K \times R\$ 100,00 \Rightarrow 9 \times R\$ 100,00 = R\$ 900,00$$

Para o aluno que esteve dentro da margem de reprovação permitida pelo Programa, que equivale a 2 (dois) anos no 1º segmento e 2 (dois) anos no 2º segmento, teremos a seguinte equação:

$$(K+2+2) \times R\$ 100,00 \Rightarrow (9+2+2) \times R\$ 100,00 \Rightarrow 13 \times R\$ 100,00 = R\$ 1.300,00^{20}$$

A partir desse cálculo, podemos perceber que reprovar é rentável para os alunos; o que não pode ocorrer é a evasão escolar, pois isso implica em desligamento do Programa. Portanto, o “Bom na Escola” possibilita uma pequena redução da distorção idade série, mas não incide sobre a reprovação nem trabalha com a questão do mérito escolar, pois quem reprova recebe mais do que quem não reprova.

Apesar disso, percebemos nas entrevistas, que o Programa “Bom na Escola”, não alterou em nada o comportamento dos sujeitos na escola. Eles nem se apercebem dessas questões em torno do Programa. De acordo com os sujeitos entrevistados,

Nós estamos com um índice muito grande de faltas de alunos, de alunos faltosos... nós estamos com uma quantidade de alunos com falta que é uma coisa horrível e a gente acionou o Conselho tutelar, a Vara da Infância e Juventude, o Bolsa Família e mesmo assim não adianta. (Gestora escolar 1 Escola Feliz)

Eu não acho que o Programa diminui não, são as leis de menino fora da sala, vai o Conselho Tutelar em casa... é esse critério mesmo. (Professor D Escola Gente Miúda)

O aluno não tem ouvido falar sobre esse programa, então não tem contribuído em nada. (Professor G Escola Gente Miúda)

[...] Quando é que alguém tem a promessa de receber R\$100,00 e não vai evadir por isso? Não estimula. Quando acontece da gente conversar na sala, foi o que? Uma ou duas vezes, eles balançam os ombros e dizem que não estão nem aí para perder R\$100,00. (Professor J Escola Gente Miúda)

Tem alunos que faltam sempre e os que vêm eu não vejo eles comentando que estão vindo por causa do programa ou porque quer receber os R\$100,00, entendeu? (Professora B Escola Feliz)

Em alguns casos os pais ficam até preocupados com a frequência dos filhos, mas também tem o Bolsa Escola. O bônus até que não é muito não, mais é o Bolsa. Ano

²⁰ Esses valores não incluem os juros, próprios de aplicação em poupança.

passado, por exemplo... eu tô até com um monte de carteirinhas que não foram retiradas, então ou as pessoas não estão se inteirando muito ou não estão dando muita importância, porque eu não vi interesse das famílias estar correndo atrás desse dinheiro não. (Gestora escolar 2 Escola Gente Miúda)

Esses meninos nem sabem o que é o “Bom na Escola”, porque eles na verdade...o que ajuda a diminuir os índices são as atividades diferenciadas que ocorrem dentro da escola, tá entendendo? Agora o “Bom na Escola” e o Bolsa Escola... nada disso segura o menino na escola. (Gestora escolar 3 Escola Gente Miúda)

Houve mudança no comportamento dos alunos porque nós temos o trabalho de estar mandando todo o bimestre o nome para a doutora, a juíza. A juíza por sua vez, ela vai até a casa do pai dos alunos. Se ele não retornar a escola o pai vai preso e ela prende mesmo. Então isso aí foi um motivo que melhorou muito a frequência da escola, o “Pro-escola”. Agora do programa “Bom na Escola”? Não. Eu não ouço mais os meninos falando mais nisso. (Gestora Escola Feliz)

Percebemos que, apesar do foco do Programa ser a permanência escolar, não tem contribuído para a diminuição do índice de evasão escolar. A parceria que existe entre as escolas, o Conselho Tutelar e a Vara da Infância e Juventude, tem surtido mais efeito que o Programa. Possivelmente o “Pro-Escola” desempenha a função de diminuir os índices de evasão, pois essa região tem esse programa como uma ação positiva já que faz os encaminhamentos dos alunos faltosos para a Vara da Infância e da Juventude. Uma vez encaminhados para essa instituição, a família dos alunos faltosos são intimados a comparecer perante o juiz e explicar os motivos das faltas. Além disso, o juiz faz as devidas informações sobre as responsabilidades da família em relação ao cuidado com a vida escolar dos filhos com idade inferior a 18 anos e as sanções que podem sofrer, caso não atendam a todas essas exigências legais. Ao atender as solicitações de encaminhamento do “Pro-escola”, os índices de evasão diminuem, mas em contrapartida, faz com que os índices de reprovação se elevem.

A estrutura do Programa apresenta alguns problemas quando permite que o aluno reprove quatro vezes durante o Ensino Fundamental, pois isso não incentiva o aluno a se aplicar nos estudos e a passar. Se o aluno apenas vai para a escola por imposição judicial, isso não é suficiente para que ele se comporte como um aluno, mas apenas frequenta por uma obrigação que é anterior ao Programa e que, inclusive, consta na Lei de Diretrizes e Bases, no artigo 12 inciso VIII, na nova redação incluída pela Lei 10.287 de 2001, que prescreve:

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

VII notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Isto é interessante porque o Ensino Fundamental é de frequência obrigatória e o não cumprimento por parte do aluno ou da família acarreta punições exigíveis na lei. Mesmo assim, o município, implementou um Programa que tem como objetivo principal a permanência do alunos na escola.

Assim, essa focalização na permanência do aluno na escola, pode sugerir quatro possibilidades:

- a) a adaptação do aluno à rotina escolar;
- b) redução do tempo do aluno fora da escola para garantir o aumento da frequência às aulas;
- c) adaptação às regras do mercado de trabalho, no que diz respeito à frequência, produção e premiação;
- d) atendimento ao que dispõe a legislação no que diz respeito ao acesso e a permanência na escola.

No que tange a possibilidade “c” que trata sobre a adaptação às regras do mercado de trabalho, Gentilli (1996) argumenta que a educação tem atendido às demandas do mercado de trabalho e que um dos objetivos é subordinar às demandas educacionais às demandas do mercado de trabalho. A frequência, a disciplina e a produção, podem ser elementos que atendam a demanda do mercado, pois são características básicas que um bom operário precisa apresentar.

Em relação ao acesso, Dubet (2008) nos incita a pensar e a problematizar a questão do acesso e da permanência escolar dos alunos da Educação Básica. A universalização do ensino garante o acesso, mas não a permanência desses alunos na escola. Qual a possibilidade então de propiciar igualdade de acesso e permanência escolar para todos? O primeiro passo é entender a escola como reprodução da sociedade, não um lugar neutro onde tudo é uniforme e tudo é igual para todos, porque não há como tratar igualmente os desiguais.

Além disso, as diferenças sociais estão presentes na escola, pois os alunos integram a sociedade e fazem parte das diferentes classes sociais que compõe a sociedade brasileira. Acredito que Dubet (2008) contribui imensamente para problematizarmos a escola, os comportamentos dos alunos e a estrutura rígida dessa instituição educacional, que muitas vezes ignora que o ambiente escolar é atravessado por conflitos sociais, econômicos e culturais e que muitos alunos sobrevivem ali como podem e enquanto podem. Pensar na permanência escolar requer pensar numa estrutura social muito mais ampla, mais complexa do que estamos acostumados a pensar.

Outro fator que nos chama a atenção é o fato desse Programa se diferenciar dos demais programas de renda mínima focalizados na educação. Enquanto todos os outros estipulam uma linha de pobreza para focalizar ao máximo as ações, o “Bom na Escola” trabalha mais com uma política de renda mínima para determinado grupo de pessoas, mas dentro desse grupo tem caráter universal, pois não considera a condição financeira das famílias.

Mais um fator que interferiu nos resultados do Programa foi o atraso na entrega dos cartões, fazendo com que os alunos desacreditassem no Programa e isso pode ter interferido diretamente nos resultados, porque não há como incentivar se o aluno se esforça o ano todo e quando chega o momento de ter seus esforços premiados, essa premiação não acontece em virtude da não organização do Programa. Vários alunos relataram histórias sobre a dificuldade de receber o cartão ou até mesmo o fato de não o terem recebido.

Eu passei, mas minha mãe veio aqui na escola e não tinha chegado ainda, ela foi na prefeitura, aí falaram que mandaram pra escola e eu demorei um tempão, eu só peguei o cartão em fevereiro. (Aluno 1 – grupo 6C - Escola gente Miúda)

Quando veio assim, minha mãe veio na escola, aí falaram que veio uma caixa de cartões só que o meu nome não estava nele, aí falaram pra minha mãe voltar, aí na outra semana falaram que vieram três ou quatro cartões e o meu nome não estava, aí depois saiu uma lista que colocaram ali na frente da escola, aí vieram os nomes, aí foram chamando os pais das pessoas pra vim buscar os cartões. (Aluno 3 – grupo 6C Escola Gente Miúda)

Minha mãe também foi até na prefeitura aí eles falaram que tinham mandado os cartões pra escola aí eu só peguei em fevereiro. (Aluno 2 – grupo 6C - Escola Gente Miúda)

No lançamento do mais educação minha mãe ia lá reclamar da demora. Juntou a minha mãe, mais a mãe da menina da minha sala aí foram lá em busca do cartão só que falaram que já tinha enviado pra escola.(Aluno 4 – grupo 6C - Escola Gente Miúda)

Daniel Pera (risos) e é Daniel Pereira, aí eles colocaram Daniel Pera, aí eu vinha ver e perguntava "O Daniel Pereira chegou?" e eles “não” aí perguntava, perguntava, aí meu pai pediu, ligou pra Paulo ele explicou direitinho, meu pai foi lá colocou meu nome certo e eu recebi no final desse ano. (Aluno 1 – grupo 6 D - Escola gente Miúda)

Era para pegar R\$ 100,00. Meu pai veio aqui várias e várias vezes em busca dos R\$ 100,00 só que não tinha chegado, aí eu não ganhei (Aluno 3 – grupo 6 A - Escola Feliz)

Meu pai veio ver só que não conseguiu pegar, eles falaram que tinha que ir lá na Serra, aí ele foi lá e eles falaram que ia enviar e até hoje. (Aluno 1 – grupo 6 A - Escola Feliz)

O meu demorou um pouco só que minha tia armou um barraco, ela veio aqui armou um barraquinho e eles mandaram ela ir para Serra, ela voltou e depois de uns dias e eles falaram que ia trazer (sic) o cartão e passou quinze dias eles não trouxe. Aí eu insisti, insisti, insisti até que tava aqui com o meu nome aí eu peguei. Tinha um

monte de outros cartões aqui também que chegaram também, mas acho que desistiram (Aluno 5 – grupo 6 A - Escola Feliz)

Eu tive dificuldades em pegar o cartão. Eu vim aqui quatro vezes e só na quinta vez é que eu consegui pegar o cartão. Vinha uma remessa aí a diretora falava que não tinha vindo. Aí eu liguei para a secretaria e eles falaram que o nome dela tava na lista sim, mas é porque eles tinham escrito o nome da minha filha com “y” e tava errado. (mãe de aluno 1 – Escola Gente Miúda)

De acordo com o coordenador do Programa, a listagem dos alunos beneficiados foi feita em dois momentos. No primeiro realizou-se o levantamento dos dados do Censo Escolar referente ao ano do benefício e depois é feito outro levantamento nos diários de classe para verificar se o aluno foi matriculado no primeiro bimestre, uma vez que a lei diz que o aluno tem que estar inscrito na unidade escolar até o término desse período. Porém, em alguns momentos há problemas em relação aos dados da criança, de acordo com o coordenador do Programa, muitas vezes há problemas com os nomes da criança e isso dificulta ou até inviabiliza a concretização do benefício.

Ocorrem erros de que? Crianças com nomes exóticos, chamados, por exemplo, de Shuasneger, escreve Shuasneger de um jeito e depois quando vai fornecer os dados no papel está escrito Schuasneger de outro jeito, aí o sistema não reconhece, aquela criança não é a mesma. Os nossos dados são nomes e não números. Então se estiver Shuasneger da Silva tem que ser Shuasneger da Silva e não Shuasneger Silva. Isso aí faz toda a diferença. Não que a criança vá ficar sem o benefício, porque quando a criança chega e diz que está sem o benefício a gente vai ver qual é o erro, vamos checar as duas informações: a do censo e a que a gente recebeu do papel. Automaticamente a gente pede que seja acertado a informação no cartão. (Coordenador do programa)

Na fala de uma gestora escolar, pudemos perceber que a falta de organização não decorre apenas do erro na escrita dos nomes, mas também em relação à distribuição dos cartões.

Eu acho assim que foi muita desorganização a questão dos cartões. Chegaram cartões que não eram daqui, faltaram cartões que eram de alunos que nós tínhamos mandado para SEDU. Aí a pessoa indicada vinha ou mandava trazer um cartãozinho por vez. E nós temos cartões aí ainda, porque foi um ano que deu para oitava série, a oitava série saiu e não sabia do programa e os cartões estão aí. Pra quem a gente pode falar a gente foi falando. Chegamos a colocar a listagem dos alunos ali fora. (Gestora Escola Feliz)

Esses contratempos causaram desgaste nos beneficiários do Programa, nesse primeiro momento, e fez com que muitos não acreditassem no Programa ou até mesmo desanimassem. O que era para servir de estímulo para a permanência na escola caiu em descrédito. Além disso, os professores, sujeitos principais do trabalho escolar, não foram envolvidos na construção do Programa, então não há, na escola, aquela pessoa que fale do Programa com os alunos e que os incentive a estudar em virtude do benefício.

5.2 PARTICIPAÇÃO, DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO PROGRAMA “BOM NA ESCOLA”: A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

A maioria dos docentes entrevistados era do sexo feminino, com idade entre 30 e 45 anos. A média de tempo de trabalho no município é de 8 (oito) anos. A religião predominante é a católica, com uma ocorrência percentual de 60% entre os entrevistados.

5.2.1 Professores x divulgação

A maioria dos professores disse não conhecer o Programa e muitos já haviam esquecido ou não ligavam o nome “Bom na Escola” ao Programa, reconhecendo-o apenas como o “Programa dos cem reais” ou até mesmo relatando que nem se lembravam do Programa.

Olha eu não conheço o programa. (Professor A - Escola Feliz)

Eu não me lembro do programa. (Professor B - Escola Feliz)

Outros acreditavam que o Programa não estava mais em vigor e que não fazia diferença na escola, principalmente porque não houve divulgação para a equipe de profissionais da escola.

Não teve divulgação nem junto aos professores e nem junto aos alunos. O aluno não tem conhecimento disso. Foi falado na época e depois caiu no esquecimento, lembrou-se nesse início de ano devido a entrega dos cartões, mas não tem nada... se o objetivo era tentar o incentivo para os alunos se interessarem a estudar, não houve esse trabalho com os alunos. (Professor E - Escola Gente Miúda)

Faltou mais divulgação. O professor sentiu ameaçado... e até muitos alunos não sabem da questão da bolsa do “Bom na Escola. (Professor A - Escola Feliz)

Eu fiquei sabendo o ano passado pelos jornais. Não tive maiores informações não. (Professor F - Escola Gente Miúda)

Além disso, os professores deixaram claro que em nenhum momento eles foram ouvidos acerca do Programa. Isso comprometeu o desenvolvimento do Programa nas escolas do município, pois os professores se sentiram excluídos do processo e não assumiram o Programa na escola. De acordo com o professor,

Não houve envolvimento do professorado com a escola como todo, principalmente do professor que não incorporou o programa [...] o professor é a mola propulsora de todo processo, se ele não encampar, a coisa não vai pra frente. Não adianta vir de cima para baixo. Outra coisa, o professor não foi ouvido quando criaram isso. Quando professor não esta engajado não adianta que qualquer programa, qualquer projeto que vêm de fora para dentro da escola é difícil dar certo porque se o professor não tiver engajado... é o professor que faz acontecer. (Professor A - Escola Feliz)

Em relação ao incentivo do Programa aos alunos da escola, os professores relatam que

Os alunos não têm conhecimento do programa. O programa foi pouco divulgado, principalmente esse ano na atual administração. Muitos professores não sabem que existe esse programa, caiu no esquecimento, muitos não sabem se existe ainda e se vai funcionar ou não. (Professor A - Escola Feliz)

Eles queriam que fosse em espécie e não em produto. (Professor C - Escola Gente Miúda)

Da mesma forma, os alunos, por sua vez, durante os grupos focais, demonstraram não ter conhecimento sobre o Programa e os professores confirmaram essa informação.

5.2.2 Como a gente fica sabendo disso?

Os pais de alunos foram entrevistados por meio de grupo focal, realizado nas escolas em que se estava fazendo a pesquisa. A maioria dos pais não conhecia o Programa, apenas ouviram falas, mas não o conheciam nem sabiam dizer quais critérios os alunos precisavam atender para receber o benefício nem em que época os R\$ 100,00 (cem reais) seria repassado aos beneficiários.

Durante a entrevista tivemos dificuldades em conduzir o grupo, porque quando perceberam que poderiam obter alguma informação, eles não conseguiam se concentrar nas perguntas, mas estavam ansiosos para saber como funcionava o Programa. Combinamos que apenas ao final do grupo falaríamos sobre o seu funcionamento, mas, mesmo assim, em vários momentos eles indagavam sobre o Programa. Em alguns momentos, parecia até que os pesquisadores eram eles, tamanha a curiosidade sobre o benefício.

Já ouvi falar desse programa, mas nunca vi ninguém ganhar. (pai de aluno 2 grupo B Escola feliz)

O meu filho falou que se tivesse um bom desenvolvimento na escola, um bom comportamento, tirasse notas boas ia ganhar esses R\$ 100,00 no finalzinho do ano, ele até achou interessante até animou mais, mas... (pai de alunos – grupo B Escola Feliz)

Só ouvi falar desse programa pela boca da minha filha (mãe de aluno – grupo B Escola Feliz)

Como a gente fica sabendo disso? (mãe de aluno 3 – Escola Gente Feliz)

Os filhos de alguns dos entrevistados já haviam utilizado o benefício e esses também eram indagados pelos demais. Porém, eles só sabiam o que podiam comprar e onde comprar, que tinham que “passar de ano” e não faltar às aulas, mas não tinham maiores informações sobre o Programa.

Apesar disso, o coordenador do Programa relatou que, durante a entrega dos cartões na

escola, muitos pais ficaram bem satisfeitos e surpresos com a entrega da primeira remessa do cartão.

Todo mundo ficou assim espantado porque realmente foi cumprido e eles não acreditavam que isso ia sair do papel, então foi falado em palanque em comício, aquela coisa toda e quando eles viram que isso aconteceu, você podia perceber o brilho nos olhos deles. A importância de receber aquele cartão, porque por mais que seja R\$ 100,00 isso mudou uma realidade, porque eles não acreditavam, eles estavam desacreditados e eles ficaram perplexos porque a coisa realmente aconteceu mesmo. (Coordenador do programa)

Uma mãe questionou o Programa a partir do que ela entendia como bom ou mau e expressou uma preocupação com os valores que o Programa poderia inculcar em seu filho. Outra mãe entrevistada, entretanto, a preocupação persistiu, como podemos observar no diálogo abaixo.

- Eu achei interessante, mas parece assim que tá comprando a criança, né (risos) (mãe 1 – grupo 2 Escola Gente Miúda)
- Só se for pro lado bom. (risos). (mãe 2 – grupo 2 Escola Gente Miúda)
- Pode haver um duplo sentido aí, né? É pra melhorar, né, mas até agora... (mãe 1 – grupo 2 Escola Gente Miúda)

Em um momento seguinte, o assunto voltou à discussão com um argumento um pouco mais incisivo da mãe 2 – grupo B

Eu acho que vai da cabeça de cada um, igual ela falou que acha que tá comprando a criança, se ele sustenta que tá sendo comprado, pode ser, porque os meus não tinha esse negócio de R\$ 100,00 e eles nunca me deram trabalho. Os R\$ 100,00 foi de poucos anos para cá.

[...]

Eu acho que no meu modo de pensar, isso aí é um incentivo pra criança porque se ela fosse comprada seria assim: 'olha eu vou te dar R\$ 100,00 para você fazer isso e isso para mim' aí tá comprando a criança, mas isso é pra um envolvimento escolar melhor e eu também acho que deveria fazer uma reunião com eles avisando eles, alertando eles, não cobrando, tipo assim pra ele abrir a mente pra melhorar, né, porque esse dinheirinho eu vou comprar material pra ajudar meus pais, né. (mãe 2- grupo 2 Escola Gente Miúda)

Em relação ao incentivo para estudar, os pais foram unânimes em dizer que esse benefício ajudaria nas despesas e que os filhos poderiam se sentir estimulados a estudar, pois saberiam que se frequentasse às aulas, poderia comprar seus materiais escolares.

Eu acho que eles vão se interessar mais para estudar, não é interesse pelo dinheiro, né, mas pra comprar material, porque ano passado eu passei aperto porque é eu sozinha para comprar material, aí fica difícil, porque é tênis, tudo. Aí fica tenso. (mãe de aluno 4 – grupo B - Escola Feliz)

Eu acho bom porque já tô pagando curso de inglês para minha filha e com esse dinheiro já sobra um pouco pra mim. (mãe 7 – grupo A - Escola Gente Miúda)

Incentiva eles mais, também, tem mais apego aos estudos, melhor pra mim também porque algumas coisas eu posso comprar com o dinheiro deles, favorece o meu lado também, do mesmo jeito do seu (aponta para a colega). (mãe de aluno 4 – grupo A - Escola Gente Miúda)

Se esse programa for à frente eu assino em baixo porque ajuda muita a gente. Principalmente pra quem é pai e mãe como eu. (mãe 3 – Grupo A - Escola Gente Miúda)

Eles têm que se esforçar mesmo sem esse programa (mãe 7 – grupo A - Escola Gente Miúda)

Mesmo com poucas informações, os pais acreditavam que o Programa incentivava os filhos a estudar. Mesmo assim, eles não tinham elementos suficientes para falar com os filhos sobre o Programa. Uma mãe, muito aflita para saber sobre como estava organizado o Programa, solicitou que disséssemos para ela, e ao final da entrevista, quando expusemos todo o desenho do Programa ela disse:

Agora eu vou chegar em casa e vou por ele para estudar. (mãe 2 - grupo 2 – Escola Gente Miúda)

Essa fala ilustra bem o grau de informações que a família obteve acerca do programa, pois apesar de ser implementado em 2007, apenas agora a mãe se preocupa com o comportamento do filho na escola, para garantir os R\$ 100,00.

5.3 A PREFEITURA CUIDA DO SEU FUTURO, MAS SEM VOCÊ SABER: A INVISIBILIDADE DO PROGRAMA NO IMAGINÁRIO DOS ALUNOS

Os alunos entrevistados pertenciam a turmas de 6^a e 8^a série do Ensino Fundamental. Alguns alunos das sextas séries já haviam utilizado o benefício e os alunos das oitavas séries eram os possíveis beneficiários no ano de 2009.

O grupo de entrevistados era heterogêneo em relação ao gênero. Havia um equilíbrio entre a quantidade de meninos e meninas no grupo. Os alunos possuem pouca ou nenhuma informação acerca do Programa. As falas mais recorrentes sobre tal benefício advinham de informações distorcidas sobre o Programa “Bom na Escola” ou mesmo informações que compunham o seu primeiro desenho, antes mesmo dele ser aprovado pela Câmara de Vereadores, conforme podemos observar nas falas abaixo:

Os alunos que passam de ano podem receber. (Aluno 6 – grupo 6 A - Escola Feliz)

Eu sei que quem passa de ano, ganha R\$ 100, 00, uma coisa assim, só isso que eu sei falar. (Aluno 2 - grupo 6 A - Escola Feliz)

Sei que tem que passar de ano e vir buscar os R\$100,00. (Aluno 2 – grupo 6 A - Escola Feliz)

Apesar da mudança do foco para a permanência na escola em substituição à aprovação, a grande maioria dos alunos ainda acreditava que a reprovação impedia de receber o benefício e desconheciam o critério de 90% de frequência escolar.

Essa falta de informação sobre o Programa, ou informações desencontradas, foi elencada, pelos alunos, como um dos principais problemas. O desconhecimento fez com que o Programa não fizesse parte da escola e não fosse incorporado nem por professores, nem por alunos, nem por gestores escolares.

É muito pouco divulgado o programa. Para estimular o aluno a estudar, o programa deveria ser mais divulgado porque aí o aluno saberia e se sentiria mais estimulado ou não. (Aluna 1- grupo 8 A - Escola Feliz)

Eu acho que se ela (diretora) quisesse incentivar os alunos a estudar, ela (diretora) poderia ir nas salas e falar: gente tem isso, não sei o que... o “Bom na Escola”, vocês tem que estudar mais pra quando chegar o final do ano vocês receber (sic). Ela podia incentivar os alunos indo na sala, mas não vai. (Aluna 2 – grupo 8 A - Escola Feliz)

É muito mal divulgado. (Aluno 1 – grupo 6 A - Escola Gente Miúda)

Eu nunca ouvi falar, não sei nem o que é isso. Eu nem tenho cartão disso (Aluno 2 – grupo 6 A - Escola Gente Miúda)

Eu também não, nem sei [...] Eu já ouvi falar quando eu tava na quinta série, mas eu só ouvi falar. (Aluno 6 – grupo 6 D - Escola Feliz)

Eu não lembro desse (sic) cartão durante o ano, só no final do ano que eu lembro quando é pra pegar o cartão. (Aluna 1 – grupo 6 C - Escola Gente Miúda)

Como é que tem esse cartão? (Aluno 5 – grupo 6 D - Escola Feliz)

Nesse sentido, o “Bom na Escola” não habita a escola. Para os alunos a realidade de sua vida escolar não foi alterada porque eles desconheciam tal Programa. A frequência dos alunos fica a cargo da família, que os obriga a irem para a escola independente do Programa ou do desejo dos alunos de frequentarem a escola.

A escola não se apresenta como um espaço de prazer e de aprendizado e os alunos se frustram com essa realidade. Os discentes relataram que não sentiam desejo algum de ir à escola, pois está não apresentava nenhum atrativo para eles, porém o faziam por obrigação ou por saberem que, mesmo as aulas e a escola sendo “chatas”, a escolarização ainda é uma possibilidade real de ascensão social e cultural.

Você tem que fazer dever, tem que passar no fim do ano, tem que ir para faculdade. (Aluno 2 – grupo 8 D - Escola Feliz)

Às vezes vem na cabeça de parar de estudar porque é chato, mas você vê que é necessário. (Aluno 8 – grupo 8 D - Escola Feliz)

Eu penso é no meu futuro. (Aluno 4 – grupo 6A - Escola Feliz)

Meus pais me incentivam, minha mãe coloca fé em mim. Agora esses cem reais minha mãe só foi saber disso no final do ano da quarta série, quando viu o recado lá. Eu já tinha até esquecido, porque eu tinha pensado que isso era uma mentira. Ah! Ele não vai fazer isso! Eu tinha até me esquecido dos cem reais. O que incentiva mais é minha mãe, para vir para escola, estudar, para passar de ano é minha mãe porque minha mãe cuidou de mim e das minhas irmãs durante sete anos sem meu pai. Eu penso que tenho que estudar muito, trabalhar muito e ganhar muito dinheiro para comprar uma casa para minha mãe dar uma vida boa para minha mãe. (Aluno 6- grupo 6 A - Escola Gente miúda)

Eu venho mais pra garantir o meu futuro quando eu crescer, porque eu não quero ser uma pessoa que não tem trabalho, que fica nas ruas, na marginalidade. Eu quero ser uma pessoa responsável, fazer faculdade, ter um emprego melhor e garantir um futuro melhor para minha família. (Aluno 1 – grupo 6 C - Escola Gente Miúda)

A garantia do futuro é o elemento principal para os alunos. Para esses sujeitos e para suas famílias, a escola ainda é um espaço que possibilita “ser alguém na vida”. Ainda existe essa perspectiva numa sociedade extremamente arbitrária, competitiva e desigual.

Alunos e professores têm visões diferenciadas acerca da escola e avaliam constantemente os sujeitos que permeiam o ambiente escolar em seu fazer diário.

Para os alunos, a escola não faz sentido, eles a frequentam porque são obrigados pelos familiares que veem na escola a única possibilidade de crescimento pessoal, social e econômico. Alguns alunos compactuam com a idéia dos pais, porém, a maioria deles não vê sentido na escola, pelo menos nessa configuração de escola, e frequentam simplesmente porque não existe outra alternativa para eles.

O professor dá aula, mas não sabe explicar a matéria direito, aí tem horas que não dá vontade vir para escola. (aluno 2 – grupo 8 C - Escola Feliz)

Você vê aquelas matérias, aí bate uma preguiça. (aluno 3 – grupo 6 C - Escola Feliz)

Às vezes a gente tá até com ânimo de estudar aí o professor começa a falar nãñãñãñãñã aí acaba com o ânimo, dá um desânimo, a aula tinha que ser mais dinâmica, aulas que interagissem mais. Nessa escola tem muitos professores bons, sim e alguns já interagem com a gente, deixam a aula mais divertida e os outros também podiam fazer isso. (aluna 1 – grupo 8 D - Escola Feliz)

Eles esperam uma escola dinâmica e divertida onde os professores sejam interessantes, brinquem, sejam simpáticos e afetuosos. Porém quando chegam à escola, os alunos não encontram aulas e professores que respondam às suas expectativas. Diante disso se decepcionam e muitos “saem do jogo”.

Os professores, por sua vez, esperam que todos os seus alunos sejam esforçados, disciplinados e vejam na escola a única alternativa de inserção no mercado de trabalho.

Quando se deparam com alunos, que julgam “desatenciosos”, se frustram e questionam o papel da escola enquanto instituição formativa e a função do professor. Eles querem deter conhecimentos que os permitam interferir no comportamento desses meninos e meninas para que esses fiquem mais atentos às aulas e incorporem um comportamento disciplinado através das regras da escola.

Cada segmento deseja uma escola de qualidade, o que os diferencia é o que cada um construiu e o que permeia o conceito de qualidade que almejam. Para os alunos, a escola de qualidade é divertida, dinâmica, atraente, com atividades diferenciadas. Para os professores a escola de qualidade é aquela que consegue fazer com que os alunos sejam disciplinados, pois só por meio do esforço e da concentração dos alunos é possível dar uma boa aula, explicar a “matéria”, garantir o aprendizado do conteúdo. O segmento de pais, por sua vez, espera que a escola garanta aos seus filhos um futuro promissor e de sucesso. Para os pais a escola de qualidade é aquela que possibilita a mobilidade social e a quebra do ciclo de pobreza.

Nem sempre os anseios dos segmentos da comunidade escolar convergem e muito menos com os anseios do Estado, que busca integrar a escola ao mercado, seguindo as recomendações neoliberais. A prefeitura da Serra, nesse contexto, vê a educação como uma moeda de troca e isso fez com que a prefeitura formulasse um programa **PARA e NÃO COM** a comunidade para que os alunos frequentem a escola independente da qualidade do ensino.

Esse Programa, que oferece R\$ 100,00 aos alunos que permanecem na escola, é baseado no valor de troca do mercado, em que se oferece aos alunos um benefício em troca da permanência na escola. Essa lógica de troca, despotencializa a escola enquanto um lugar de produção e construção do conhecimento, porque independe da construção democrática de consensos sobre a função social da escola e sobre as concepções da qualidade de ensino.

5.4 A INTERFERÊNCIA DO PROGRAMA “BOM NA ESCOLA” NA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA ESCOLA

O Programa “Bom na Escola” não interferiu na estrutura da escola nem promoveu mudanças. O que percebemos nas falas dos docentes e dos gestores escolares é que nada aconteceu, o Programa acontece às margens da escola, como se não existisse. Durante o momento da pesquisa na escola, esse assunto acabou sendo pauta de algumas conversas na instituição, porém muitos professores nem sabiam de tal programa e se ele ainda estava em vigor. Diante da correria do dia-a-dia escolar e da resistência dos profissionais da escola, principalmente em virtude da verticalização do Programa, ele é totalmente esquecido e

quando alguém lembra não é com orgulho.

As famílias não incentiva eles. A gente está fazendo isso nas reuniões de pais também, mas independente desse bônus aí, entendeu? Pelo contrário, a gente tá preocupado com a educação ser projeto de vida pra essas pessoas. Não é o bônus que vai deixar rico, a gente não tá incentivando a riqueza, a gente tá falando da riqueza cultural, da pessoa ser um trabalhador com, uma formação de qualidade, então a gente está mais preocupado com isso aí.

O objetivo dessa escola é melhorar o índice de reprovação dessa unidade de ensino, nós temos nos esforçado muito em projetos e nós não nos lembramos desses cem reais, porque há muita interpretação diferenciada com os próprios alunos e pais, eu não sei se eles não entenderam muito bem no ano passado quando isso foi colocado. (gestora Escola Feliz)

Se o Programa não interferiu na estrutura da escola e poucas pessoas sabem da sua existência ou lembra-se dele, que influências ele tem exercido na escola? Como o Programa pode cumprir o objetivo de incentivo à frequência escolar, se os principais sujeitos envolvidos não sabem disso? A que veio esse Programa? Na escola ele não está cumprindo a promessa de incentivar a permanência escolar, então quem está sendo beneficiado pelo “Bom na Escola”?

5.5 A CIRCULAÇÃO FINANCEIRA E O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL

Se a questão pedagógica e de permanência do aluno não está sendo alcançada pelo Programa, buscamos saber como está a relação do Programa com o comércio local. Inicialmente, tentamos entrevistar os lojistas da região em que estávamos desenvolvendo a pesquisa. Entretanto, por receio, eles não quiseram conceder nenhum tipo de entrevista. Diante desse fato, procuramos a empresa responsável pela distribuição e gerenciamento dos cartões, a *Comprocard Empresa Ltda*. A partir daí tivemos uma idéia de como é a circulação do dinheiro e a relação do Programa com o comércio local.

Pelo exposto até agora, podemos inferir que o comércio local e a empresa contratada pela prefeitura para gerenciar o Programa são os grandes beneficiários do Programa “Bom na Escola”. Para o comércio, caracterizado como um pequeno empreendimento, ter a possibilidade de vender um pouco mais em uma determinada época do ano, principalmente em meses em que as vendas não são muito fortes (janeiro, fevereiro), faz um grande diferencial.

Para a empresa contratada, com o Programa,

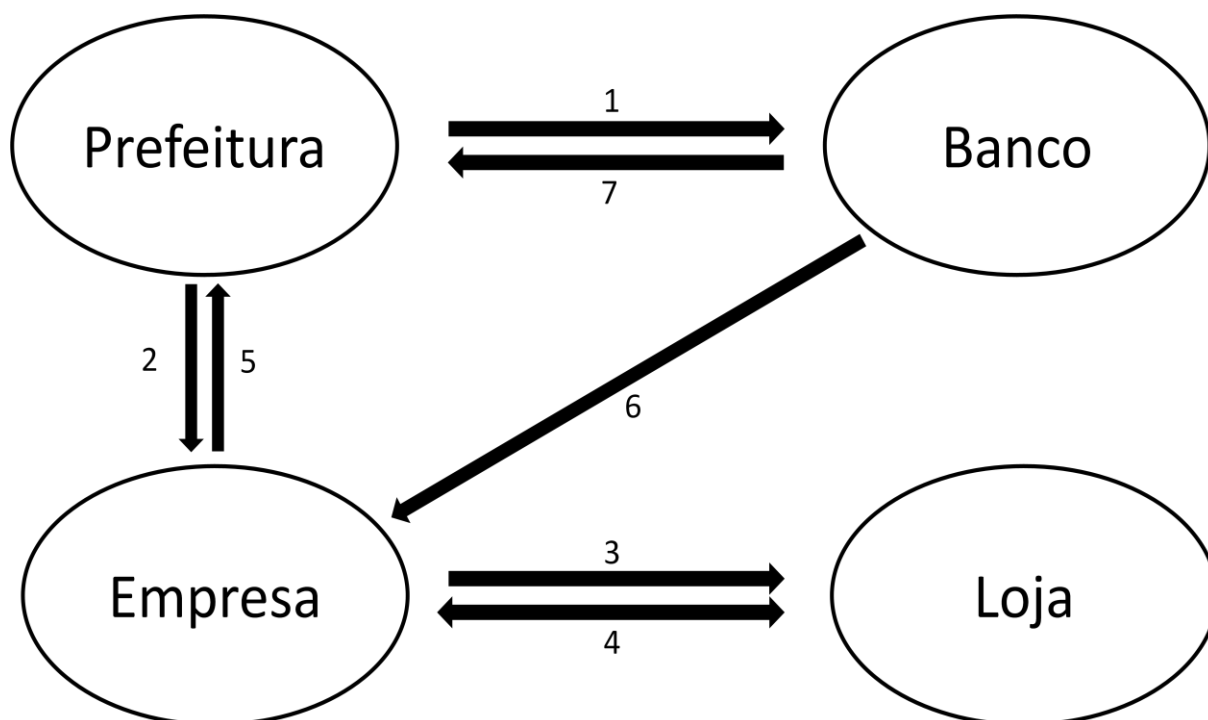
Os lojistas vendem mais e com aquele dinheiro podem se alimentar e os alunos entendem que para conseguir aquele dinheiro tem que cumprir algumas determinações que não é só nota, mas a frequência, a realização das atividades, a

valorização da educação. Fomenta a cultura dos alunos no sentido de valorizar a escola e fomenta o pequeno comércio local que até então vendia em menor quantidade, então temos aí 1 milhão e meio circulando no município da Serra. Aquele lojista que vendia em uma proporção bem pequena, agora tem possibilidade de aumentar a sua arrecadação por meio das compras do cartão “Bom na Escola”, que é um valor pequeno, mas pode movimentar o comércio.

A quantia de R\$100,00 é pouco, mas quando se pensa na quantia que é injetada no comércio do município da Serra, isso muda de figura. Em 2008, circulou R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil) no comércio serrano e a previsão de circulação para o ano de 2010 é de 2 milhões de reais, já que os alunos receberam R\$ 200,00 referente à poupança dos anos anteriores.

Com esse dinheiro circulando, o lojista tem a possibilidade de aumentar seus rendimentos e por meio da venda, contribuir com os impostos devidos ao município da Serra.

Mesmo com essa quantidade de dinheiro à disposição para o comércio, o Programa atingiu poucos alunos. Em 2008, 6142 (seis mil cento e quarenta e dois) alunos foram beneficiados pelo Programa, o que equivale a R\$ 614.200,00 (seiscentos e quatorze mil e duzentos reais), desses apenas 3482 alunos utilizaram o cartão, injetando no comércio local a quantia referente a R\$ 340.200,00 (trezentos e quarenta mil e duzentos reais). Isso confirma, mais uma vez, a inabilidade do Programa o que traz o seguinte questionamento: a quem interessa que tanto dinheiro público seja represado? Para termos uma noção do que é feito com essa bolsa, precisamos saber qual o percurso, a circulação do dinheiro do Programa “Bom na Escola”. A circulação do dinheiro pode ser representada por meio da seguinte figura:



Esquema 1 – Circulação do dinheiro
 Formulado pela autora a partir de dados da entrevista

A prefeitura deposita o valor no Banco (1) e solicita o crédito à empresa (2). Essa, por sua vez, repassa o crédito à loja (3) que efetua as vendas e solicitam à empresa o pagamento referente às mesmas (4). A empresa requer o pagamento da prefeitura (5) e a esta transfere o valor para a empresa (6). Os benefícios não utilizados retornam para a prefeitura para ser investidos na educação (7).

A empresa cobra tributos, do comerciante, sobre a venda com cartões que é em média de 5%, então a cada R\$ 100,00 (cem reais) a empresa lucra no mínimo R\$ 5,00 (cinco reais) das vendas por loja, ademais a prefeitura repassa 3,65% referente a cada aluno que utiliza o cartão.

O contrato inicial foi de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), pagos à empresa pela prefeitura, referente à contratação de seus serviços e custos administrativos iniciais. Apesar de muitos alunos não saberem ao certo como funciona o Programa e não conhecerem os critérios para recebimento do benefício, muitos afirmam que esse dinheiro poderia fazer diferença na vida deles e da família.

Cem reais não é qualquer dinheiro não. (Aluno 1 Grupo 8 A – Gente Miúda)

A Bruna também recebeu e ela falou que fez diferença no salário da mãe dela. (Aluno 2 Grupo 8 A – Gente Miúda)

O cartão vale a pena porque a gente recebe 100,00, então vale a pena você ter e saber que você está estudando por alguma coisa. É melhor do que vir com traços de caderno pra escola, caderno soltando folhas, com capa emendada... é melhor (risos). (Aluno 3 Grupo 6 A – Gente Miúda)

Minha mãe fala que esse cartão é bom porque economiza dinheiro. (Aluno 1 – grupo 6 D – Gente Miúda)

A lógica do mercado também está muito presente nas falas de muitos alunos que fazem críticas ao fato de o Programa restringir a compra a materiais escolares, em vez de deixar para livre escolha dos beneficiários o que comprar e onde comprar.

Podia ser para a gente comprar o que quiser. (Aluno 1 Grupo 8 A – Escola Feliz)

Para me incentivar para estudar, o dinheiro deveria ser livre. Aí sim o pessoal falaria: vão estudar para ganhar R\$100,00 e comprar o que quiser. (Aluno 3 Grupo 8 A – Escola Feliz)

Quando os alunos foram questionados sobre quais produtos iriam adquirir eles responderam: roupas, lanche no Mac Donalds, cordão de prata, bala de iogurte, entre outros dados. Eles ainda questionaram sobre as lojas nas quais os cartões eram aceitos, apresentando sugestões de alguns nomes de lojas que vendem roupas de marca. Diante da informação de que eles poderiam comprar apenas materiais escolares nas lojas credenciadas, alguns alunos demonstraram um pouco de frustração e simularam algumas hipóteses para “burlar” esse critério:

Faz o seguinte: desconta o dinheiro o cartão material e ele (o pai) te dá dinheiro, os cem reais, para comprar o que quiser. (Aluno 5 Grupo 8 B – Escola Feliz)

Mesmo com a restrição de compra para materiais escolares, os alunos relatam que alguns conhecidos adquiriram produtos que não eram para uso escolar:

Meu primo falou que o colega dele recebeu e comprou uma bola de futebol, mas eu acho que não pode. (Aluno 1 Grupo 6 A – Escola Feliz)

Minha irmã comprou bolsa, é bolsa de sair. (Aluno 1 Grupo 6 B – Escola Feliz)

As possibilidades de adquirir produtos que não são de uso escolar são muitas, porque as lojas dos bairros possuem uma imensa variedade de produtos num mesmo estabelecimento. Algumas lojas vendem roupas, calçados e materiais escolares, outras vendem de tudo, desde material escolar até material para pequenos reparos na casa. Sobre isso, uma pessoa entrevistada afirmou que:

A gente não sabe qual é o acordo no comércio local. (gestora)

Ainda assim, algumas lojas seguem fielmente o que é estipulado pelo Programa no que

diz respeito ao que é possível adquirir com o cartão:

Nas lojas outro tipo de coisa não é liberado só material escolar que o meu irmão tentou comprar uma bola e não conseguiu. Tem limite não sei se pode comprar roupas, acho que não pode comprar tênis. (Aluno 1 Grupo 8 A – Gente Miúda)

Outro fator apontado pelos beneficiários foi o fato de que as lojas do bairro vendem caro e seria importante credenciar lojas que vendessem mais barato.

Poderia colocar mais lojas beneficiárias, porque a gente tem que sair pra comprar em outros lugares, porque muitas vezes as lojas de dentro do bairro são mais caras e as lojas que vendem mais barato não são credenciadas. (Aluno 1 Grupo 6 B – Gente Miúda)

É a lei da oferta e da procura tão defendida pelo liberalismo, na luta pelas liberdades individuais, traduzidos pela frase “laissez faire, laissez passer”.

Alguns acreditam que o dinheiro em espécie seria melhor, pois garantiria a compra livre. Com o cartão, a pessoa não tem a possibilidade de “sentir” concretamente o dinheiro e, para alguns, isso faria diferença, pois é mais significativo ter o dinheiro nas mãos e poder guardar na carteira.

Eu queria duas oncinhas para guardar na minha carteira. (Aluno 6 Grupo 6 A – Escola Feliz)

Na minha cabeça poderia ser assim cem reais em dinheiro aí no final fez os nomes marcasse um dia sem para cada um aí gente fazia uma fila só com o pessoal da oitava, depois dividia o dinheiro, seria bem melhor do que o cartão. (Aluno 7 Grupo 8 B – Escola Feliz)

Sposati (1997) afirma que, inicialmente, os programas de renda mínima se apresentaram como uma possibilidade neoliberal de interferir negativamente na ofertas de serviços do “Estado de bem-estar social”. Nessa perspectiva, pode ser considerado como uma política que favorece o mercado no momento em que trabalha com a transferência monetária para as famílias, com objetivo de proporcionar a esses grupos a possibilidade de se tornar consumidores do mercado. “Nesse caso se configurou como uma forma de estímulo ao consumo do mercado e desestímulo a demanda por serviços estatais” (Sposati 2007, p.109)

Portanto, ao mesmo tempo em que se critica a intervenção do Estado na economia, cria-se programas que a movimentam, mesmo que em âmbito local.

Nesse sentido, os argumentos de Novelo (2002) que avalia o neoliberalismo enquanto uma política que defende um “Estado Mínimo”, que não interfira na economia, não é uma realidade no Programa “Bom na Escola”. Ao contrário, o Programa incentiva e atua diretamente na economia local, utilizando, para isso, recursos públicos com o argumento de

melhorar a educação.

O que fica bem marcado é a lógica mercadológica criada ou reforçada no imaginário desses alunos, pelo Programa. No entanto, isso não tem servido para incentivá-los ao estudo, mesmo porque não existe divulgação nem a questão do mérito é reforçada com o Programa. Pelo contrário, é apenas no fim do ano que lembram disso, então a questão pedagógica não tem sido alcançada.

A característica pragmática e imediatista do Programa é recebida como algo que, se beneficiado, o aluno pode gastar em um dia ou uma hora. Não é um dinheiro que estavam esperando, por isso “o que vier é lucro.”

Dessa forma, entendemos que o “Bom na Escola” não atende aos objetivos a que se propôs: de diminuição da evasão e da reprovação. Diante dessas observações, concluímos que o “Bom na Escola” apenas se aproxima dos outros programas de renda mínima no que diz respeito à permanência na escola. No que diz respeito aos outros quesitos, como combate à pobreza e mérito escola, ele destoa dos demais programas de renda que vem sendo implementados no Brasil e na América Latina. O foco principal do “Bom na Escola”, nesse sentido, passa a ser o impulso ao mercado local, com geração de renda para o município, indiretamente, e geração de renda para o pequeno comércio, diretamente.

Porém, mesmo que o foco seja a permanência, esse objetivo não é alcançado porque os sujeitos envolvidos não sabem do Programa ou possuem pouca informação a respeito do mesmo. Então, como responder às expectativas de permanência na escola se o “Bom na Escola” sequer faz parte da escola? A estrutura pedagógica está mais voltada para as exigências das avaliações nacionais e estaduais do que propriamente de aprendizagem dos alunos e muito menos em torno do Programa. O “Bom na Escola” inexistente na escola, ele não habita o ambiente escolar, é um estrangeiro no meio que deveria ser seu território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber, os programas de renda mínima surgiram, primeiramente na Europa com o intuito de assegurar aos mais pobres uma renda para garantir sua sobrevivência. Mesmo que as discussões a cerca desse tipo de programa, fosse antiga, é apenas durante o estado de bem estar social que se fortaleceu.

Posteriormente com a Reforma do Estado, os programas de renda mínima sofreram algumas modificações. Principalmente no que diz respeito às finalidades e objetivos. Um dos grandes diferenciais foi a implementação no Brasil e na América Latina, de programas de renda mínima condicionados a educação como é o caso do “Bolsa Escola”, “Poupança Escola” e o “Bolsa Família”.

Esta dissertação teve como objetivo avaliar o Programa “Bom na Escola” nos seus objetivos de diminuição da evasão e da reprovação. Para isso, foi necessário entender como os Programas de renda mínima condicionados à educação surgiram e qual a sua relação com o “Bom na Escola”.

Os estudos bibliográficos nos possibilitaram a compreensão de todo processo histórico e como as questões econômicas e políticas estão envolvidas diretamente em Programas dessa natureza.

Os levantamentos das informações por meio de jornais nos indicaram como o Programa se constituiu na prática e como essa situação interferiu diretamente na concretização do Programa nas escolas. Conhecer o processo de implantação do “Bom na Escola” nos possibilitou entender os sentimentos dos profissionais da escola em relação ao programa. Os únicos momentos de debate em torno do Programa, foram pelos jornais e posteriormente em uma Audiência Pública, convocada pela Câmara.

A divulgação do “Bom na Escola”, praticamente inexistiu nas instituições escolares, realizada apenas por jornais e pela televisão, possibilitando apenas o conhecimento do Programa em linhas gerais. O “Bom na Escola” praticamente, não compõe a estrutura escolar, em nada acrescenta, não é lembrado durante o ano, nem pelos pais, nem pelos alunos, nem pelos profissionais de ensino.

A família possui pouca ou nenhuma informação sobre o programa o que dificulta ou até mesmo impossibilita o bom desempenho do mesmo e os alunos apenas se lembram do programa ao final do ano, quando surgem os comentários sobre a entrega dos cartões. Muitos alunos receberam e utilizaram o benefício, mas não sabem o porquê e menos ainda quais as

atitudes deveriam tomar para continuar se beneficiando. Paralelamente a essa desinformação da família e dos alunos, os professores sequer se lembravam do programa ou sabiam discorrer sobre ele.

Os dados de reprovação e evasão e as entrevistas realizadas com os sujeitos escolares, deixaram claro esse “estrangeirismo” do Programa “Bom na Escola”, que apesar de implementado com o argumento de melhorar a permanência do aluno no meio escolar, na realidade não habita concretamente esse ambiente.

De acordo com os dados estatísticos, houve mudança nos índices de evasão, mas, em pesquisa de campo, concluímos que essa diminuição foi em decorrência do “Pró-escola”, um projeto em parceria com a Vara da Infância e da Juventude.

Além disso, o formato do programa incentiva a reprovação, pois o aluno que utiliza a margem de reprovação permitida pelo programa, recebe R\$ 400,00 a mais, como demonstramos na equação representada abaixo:

$$\text{Total de anos estudados no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) sem reprovação} = K$$

$$\text{Benefício} = R\$ 100,00$$

Aluno que não reprovou nenhum ano pode ser representado pela seguinte equação, onde K equivale a 9:

$$K \times R\$ 100,00 \Rightarrow 9 \times R\$ 100,00 = R\$ 900,00$$

Para o aluno que esteve dentro da margem de reprovação permitida pelo Programa, que equivale a 2 (dois) anos no 1º segmento e 2 (dois) anos no 2º segmento, teremos a seguinte equação:

$$(K+2+2) \times R\$ 100,00 \Rightarrow (9+2+2) \times R\$ 100,00 \Rightarrow 13 \times R\$ 100,00 = R\$ 1.300,00^{21}$$

Mas, se o Programa não tem atendido aos objetivos de diminuição da evasão e da reprovação a que ele veio? Em nossa pesquisa percebemos que a questão mercadológica é bem forte no desenvolvimento do Programa. Os comerciantes serranos são beneficiados, uma vez que o cartão de R\$ 100,00 só pode ser utilizado no município e em lojas credenciadas. Além disso, há o repasse de dinheiro público para financiamento de uma empresa privada. É claro que uma empresa privada não aceitaria gerenciar um Programa se não estivesse obtendo lucro com isso. O mais grave é que o recurso que deveria ser usado na educação não está destinado a objetivos educacionais, mas mercadológicos.

Dessa forma cabe perguntar o que o município da Serra ganhou com o “Programa dos Cem reais”? Ele manteve ou aumentou o número de matrículas no ensino fundamental?

²¹ Esses valores não incluem os juros, próprios de aplicação em poupança.

Produziu mais recursos para a educação municipal? Melhorou a qualidade de ensino? Mas, se os resultados apontam para a negativa dessas questões acima, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de ensino, elevar a permanência e a aprovação dos alunos?

Os sujeitos integrantes do cotidiano escolar podem tratar das questões relacionadas às necessidades da escola, como demonstraram nas entrevistas. Eles nos dão pistas do que pode ser feito para melhorar a qualidade de ensino, a frequência e a aprovação escolar.

Poderia ser alguma coisa mais dinâmica e não só copiar do quadro, explicar de uma forma diferente, ter aula de campo, igual agora a gente vai para o primeiro ano vai ter biologia, porque eu acho que seria mais legal a gente pesquisar em outros lugares, procurar... Essas coisas. ... Diversificar a matéria no dia a dia é uma boa forma porque isso acontece com a gente a gente acaba se envolvendo e acaba prestando mais atenção [...] se for apenas os cem reais, a gente vai para escola pra o dinheiro, mas se tiver uma aula dinâmica a gente vai querer vir por causa da aula, porque a gente vai ter vontade de aprender, vai ter sede de aprender. (Aluno 4 Grupo 8 A – Gente Miúda)

Essa escola aqui, essa pobreza, poderia colocar uma sala de informática... (Aluno 1 Grupo 8 A – Gente Miúda)

Apoio social as famílias, acompanhamento psicopedagógico nas escolas e uma maior integração escola-família. (Professor 3 – Gente Miúda)

Eu acho que esta precisando de um investimento na área da educação, mas não é através desse projeto, desse programa, aliás. Seria um investimento desse dinheiro em projeto em vários bairros para contemplar os que realmente estão interessados, aí você gastaria o mesmo dinheiro, mas efetivamente e não distribuindo de forma sem critérios [...] Projetos de leitura, de contagem de histórias, trabalhar mesmo o básico que é a leitura e a interpretação, porque com uma boa interpretação eles vão bem em todas as outras matérias. (Professor 7 - Gente Miúda)

Pra gente por exemplo os 100 reais a gente tem que pensar em passar para ganhar aquilo ali, a gente pensa que tem que passar para ganhar o diploma, a gente gosta de vir para a escola porque tem professor que é animado, divertido, a professora de português mesmo, ela é divertida com a gente. Ela chega a trazer livros da própria casa dela. Livros que ela compra (...) aluno 1 A Escola Gente Feliz

Ela é legal porque tem professor que fica assim (faz cara fechada) encontra no quadro e fica assim ó (cara fechada), não ri, não distrai, entendeu? Isso que dá o ânimo legal, assim que sorri, entendeu? Aí fica aquele professor com a cara fechada, assim, passa o dever lá no quadro e fica assim (cara fechada). (Aluno 2 Grupo 6A – Gente Feliz)

Apesar da Audiência pública que possibilitou a discussão do Programa, mesmo que em patamares mínimos, os atores sociais, que estão diariamente na escola e conhecem as reais necessidades da escola e da educação, não foram ouvidos, e, mesmo que as alterações sugeridas pelo Conselho de Escola buscassem minimizar algumas características mercadológicas do programa, isso não foi possível. A reformulação do programa incentivou os alunos a reprovação e se essa premissa não é utilizada pelos educandos serranos é devido à falta de informação dos

mesmos acerca da estruturação do programa. Se o “Bom na Escola” tivesse sido divulgado a, alunos e pais de alunos, talvez o Programa incentivasse o aumento nos índices de reprovação, já que é rentável para o aluno reprovar, no “Bom na Escola”.

Portanto é fundamental repensar a estrutura e os objetivos do “Bom na Escola”, observando seus resultados na escola e seus sentidos para o cotidiano escolar como um todo, considerando a política educacional que o município adota há pelo menos 12 (doze) anos de governo pedetista.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA. **Prefeito da Serra quer criar poupança-escola no valor de 150 reais para reduzir violência entre jovens no município.** Gazetaonline, Vitória, ES, 28 de fev de 2007.
- A GAZETA. **Professores da Serra condenam projetos de bolsa.** 19 /04/2007 – A Gazeta, Vitória, ES, p. 16, últimas notícias
- AGUIAR, Marcelo e ARAÚJO, Carlos Henrique. **“Bolsa Escola”**: educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALMEIDA, A. P. **Caminhos da educação municipal da Serra-ES**: um estudo de caso sobre o Programa Escola Campeã, no período de 2001 a 2004. 2006. 274 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2006.
- AMARAL, Carlos; RAMOS, Silvia. **Programas de Renda Mínima e Bolsa-Escola**: Panorama Atual e Perspectivas, 1998. Disponível em: <<http://www.iets.org.br/biblioteca>> acesso em 10 de jan de 2010
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ARCELOR MITTAL. **Arcelor Mittal Brasil**. <<http://www.arcelormittal.com/br>> acesso: 23 de abr de 2010
- ARGENTINA. **Programa Desarrollo Social**. <<http://www.desarrollosocial.gov.ar>> acesso em: 14 de janeiro de 2010.
- BORGES, Clério José. História da Serra.Serra, ES: Editora do CTC, 2008. 292p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 19 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história - 5ª edição – São Paulo: Cortez, 2008. p. 213
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. - Brasília, DF: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 2 v.
- Boletim Informativo nº 22, janeiro de 2006. **Missão Criança**: 7 anos contagiando o mundo.
- Brasil. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho de Estado**.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (Orgs). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CÂMARA DA SERRA. **Relatório da Audiência Pública**. Mimeo, 2007

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHILE. **Programa Chile Solidário**. Disponível em:

<<http://www.chilesolidario.gov.cl/sist/sist1.php>> acesso em: 15 de jan de 2010.

CIDAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David. A Construção da pobreza na América Latina: uma introdução. In: CIDAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (orgs).

Produção de pobreza e Desigualdade na América Latina. Tradução: Ernani Ssó. – Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. 240 p.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre Pobreza**: em direção a uma visão complexa. Texto para Discussão n° 1332 IPEA: Rio de Janeiro, Abril de 2008. 29p.

COMPROCARD. **Empresa Capixaba de Cartões**. <<http://www.comprocard.com.br>> acesso em: 30 de mai de 2010

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. In: **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. jan./jun. 2007. p. 105-114.

DISTRITO FEDERAL. Lei n° 890, de 24 de julho de 1995 DODF de 25.07.1995. Cria o Programa de Poupança-escola e dá outras providências.

DRAIBE, Sonia A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas? In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de (orgs). **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 213-258.

DUARTE, Gisléia Benini e SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008>> acesso em: 04 de abr de 2009.

DUBET, François. **O que é uma Escola Justa?** Cadernos de pesquisa. São Paulo. v. 34, n. 123, p. 539-555, dez., 2004.

_____. **O que é uma Escola Justa?** Escola das oportunidades. Tradução Ione Ribeiro Valle; revisão técnica Maria Tereza de Queiroz Piacentini. – São Paulo: Cortez, 2008. 119p

Enrique de la Garza Toledo. **Neoliberalismo e Estado** In: LAURELL, Asa Cristina (org). Estado e políticas sociais no neoliberalismo 3 edição. São Paulo: Cortez, 2002. 244p. p. 71-90

EVELINE, Algebaile. **Escola Pública e Pobreza no Brasil**: a ampliação para menos – Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009 348p.

EQUADOR. **Programa Bonno de Desarrollo Humano**. <http://www.mies.gov.ec>, *acesso em: 12 de jan de 2010*.

FALEIROS, Vicente. Renda mínima: uma avaliação. In: SPOSATI, Aldaíza (org). **Renda Mínima e Crise Mundial**: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997. p. 11 a 24.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Saídas para a crise: o debate teórico em torno do programa de renda mínimo francês. In: SPOSATI, Aldaíza (org). **Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1997. p. 25-46.

FERRO, Andrea Rodrigues e KASSOUF, Ana Lúcia. **Avaliação do Impacto dos Programas de “Bolsa Escola” sobre o Trabalho Infantil no Brasil.** 2004 Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br acesso em 12 de set. de 2008.

Frederico Novelo U. **Estado Keynesiano e Estado Neoliberal** In: LAURELL, Asa Cristina (org). Estado e políticas Sociais no Neoliberalismo 3 edição. São Paulo: Cortez, 2002. 244p. p. 53-70.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Capitalismo e Liberdade.** 2ª ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GAMBOA, Silvio Sánches. Tendências Epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In: GAMBOA, Silvio Sánches; FILHO, José Camilo dos Santos (orgs). **Pesquisa Educacional: quantidade qualidade.** São Paulo: Cortez, 1995 p. 60-83 (Questões da nossa época)

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** 2. ed. - Petrópolis: Vozes, 2001. 141 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2000

GOMES, Helder. **A Serra nos Contextos Metropolitano, Estadual, Nacional e Internacional e as Potencialidades de Emprego e Renda.** Planejamento estratégico Agenda 21 2007-2027.

GOMES, M. F. C. M. Avaliação de Políticas Sociais e Cidadania - Pela ultrapassagem do Modelo Funcionalista Clássico. In: Maria Ozanira Silva e Silva. (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais - Teoria e Prática.** São Luís: Veras, 2001, p. 17-34.

GOVERNO ESTADUAL DO AMAPÁ. **Programa Renda para Viver Melhor.** Disponível em: <<http://www.sims.ap.gov.br/#>> acesso em: 15 de jan de 2010.

GOVERNO ESTADUAL DE SÃO PAULO. **Programa Renda Cidadã.** Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/rendacidade_legislacao> acesso em: 15 de jan de 2010.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho M.; MARTINS, Daniela de Almeida de Almeida; GUIMARÃES, Patrícia Magalhães. **Os métodos Qualitativos e Quantitativos: similaridade e complementaridades** In: GRUBTS, Sônia; NORIEGA, José Angel Vera. Método qualitativo: epistemologia, complementaridade e campos de aplicação. São Paulo: Editora Vetor, 2004.

HAYEK, Friedrich A. Von. INSTITUTO LIBERAL. **O Caminho da Servidão.** 5ª Ed. - Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HONDURAS. **Programa Honduras Legal.** Disponível em: <www.honduraslegal.com> acesso em: 16 de jan de 2010.

HOVEN, Rudy Van Sen. Sistema de Seguridade Social Holandês e a Renda Mínima. In: SPOSATI, Aldaíza (org). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997. p. 59-84.

IBGE. Pesquisa por Amostra de Domicílios: 1995 e 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br> acesso em: 17 ago. 2008.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **PIB municipal**. Disponível em: <www.ijsn.es.gov.br> acesso em: 16 de jun. 2009.

JORNAL ESCOLA CAMPEA, ano 1, n° 2 nov a dez de 2001. Disponível em: <http://www.escolacampea.org.br/v2/arquivos/jornal/jornal_escola_campea_2.pdf> acesso em: 28 de abr. de 2009.

KEYNES, John Maynard; SZMRECSANYI, Tomás. **John Maynard Keynes**: economia. São Paulo: Ática, 1978.

LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado**: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org). Estado e políticas sociais no neoliberalismo 3 edição. São Paulo: Cortez, 2002. 244p. P 151-178.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. 340 p.

_____. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2002. 244p.

LAVINAS, Lena & BARBOSA, Maria. **Combater a Pobreza Estimulando a Frequência Escolar: O Estudo de Caso do Programa Bolsa-Escola do Recife**. Dados, vol.43, n.3, Rio de Janeiro, 2000.

LAVINAS, Lena. Combinando o Compensatório e o Redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. In: HENRIQUE, Ricardo (org). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 740p.

LOBATO, Ana Lúcia Martins (org.). **Garantia de renda mínima**: ensaios e propostas. IPEA, 2002 Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/livros/rendaminima.htm>> acesso em 12 de ago. de 2008.

MACHADO, Luiz. **Grandes Economistas XVI**: Jean-Baptiste Say e a lei dos mercados <<http://www.cofecon.org.br/index.php>> acesso em: 25 de mar de 2010.

MAPAS DA SERRA. Disponível em: <www.webbusca.com.br/serra> acesso em: 21 de mar de 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e Classe Social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1967.

_____. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

MATTOS, Maria José Viana Marinho. **Tendências de organização do processo escolar no contexto da políticas educacionais. 2004** (Tese de doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. 238p.

MENDONÇA, Maurílio. **Aluno do estado poderá receber bolsa para ficar na escola.** A Gazeta, Vitória, ES p. 03, 28 de mar de 2007.

MÉXICO. **Programa Oportunidades.** Disponível em: [http://<www.oportunidades.gob.mx>](http://www.oportunidades.gob.mx) acesso em: 15 de jan de 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patricia; SANTOS, Nilton Cezar dos. Técnicas e Relações em Triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Ednilsa Ramos de (Orgs). **Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagens de programas sociais.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. 71-103.

MORANDI, Angela Maria. **Contexto Empresarial da Serra.** In: Planejamento estratégico Agenda 21 2007-2027.

MORE, Thomas. **A utopia: texto integral.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

NOVELO U. Federico. **Estado Keynesiano e Estado Neoliberal.** In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Sônia Regina Ferreira de. **Formulação de Políticas Educacionais: um estudo sobre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1995-1998).** 1999 (Dissertação de mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PARIJS, Philippe Van. A Renda Básica: Por que, como e quando nos países dos hemisférios norte e sul? In: **Dossiê Renda Básica e Renda Mínima.** Revista Econômica, v. 4, n. 1, p. 75-93, junho 2002 - Impressa em outubro 2003. p. 75-94.

_____. **Renda Básica e Renda Mínima.** In: Revista Econômica, v. 4, n. 1, p. 75-93, junho 2002 - Impressa em outubro 2003.

_____. **Vontade e Sabedoria do Brasil** in: Valor Econômico, 27.01.2004, p. 11 disponível em <http://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/etes/documents/valor_economico27, acesso em: set de 2008.

_____. **O que é uma sociedade justa?: Introdução a prática da filosofia política.** São Paulo: Ática, 1997.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Estatuto do PDT.** Disponível em: <www.pdtam.org.br/node> acesso em mai de 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 204p.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PERU. **Programa Juntos.** Disponível em: [http://<www.juntos.gob.pe>](http://www.juntos.gob.pe) acesso em: 16 de jan de 2010.

PONTES, Iara Manata. **Reforma Educacional e Interesses Capitalistas: Gestão da Qualidade Total e Teoria do Capital Humano.** 2002 (Dissertação de mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Leis 6.861.
<http://www.leismunicipais.com.br>, acesso em: 13 de jan de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIUMA. **Renda Mínima.**
 <<http://www.criciuma.sc.gov.br>> acesso em: 12 de jan de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. Renda Mínima. <<http://www.limeira.sp.gov.br>> acesso em: 13 de jan de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO. Lei 3989 de 27 de dezembro de 2005.
 <<http://www.osasco.sp.gov.br/legislacao/index.htm>> acesso em: 12 de jan de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA. Programa Municipal de Transferência de Renda. http://www.riocasca.mg.gov.br/programa_municipal_de_transferencia_de_renda.html, acesso em 14 de jan de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA (ES). Lei nº 061/07 de 14 de junho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA (ES). Mensagem do Prefeito nº 019/2007 de 14 de junho de 2007.

PEREFITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Renda Mínima.**
http://www.sjc.sp.gov.br/sds/renda_minina.asp, acesso em 12 de jan de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Renda Mínima.**
 <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>> acesso em: 12 de jan de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Programa Tekoporã.** <<http://www.pnud.org.br/noticias/index.php?id01=2893>> acesso em: 18 de fev de 2010.

QUEIROZ, Marcos Gonçalves. **As Políticas Públicas de Valoriz(ação) do Trabalho Docente na Rede de Ensino da Serra/es:** a produção de efeitos no “chão da escola” (de que valor se trata?). 222f Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2009.

RAMOS, C. A. Programa de renda mínima garantida. In: LOBATO, A. L. M. (Org.). **Garantia de Renda: ensaios e propostas.** Brasília: IPEA, 1998, p. 203-250.

Relatório da Audiência Pública. 2007. Documento mimeo

REPÚBLICA DOMINICANA. **Programa Solidaridad.** <<http://www.adess.gov.do>> acesso em: 15 de jan de 2010.

ROGÉRIO, Paulo. **Alunos da Serra vão Receber R\$ 100,00 a Partir de julho para Custear material didático.** Gazetaonline, Vitória, ES, 25 de abr de 2007.

SABÓIA, João e ROCHA, Sonia. **Programas de Renda Mínima:** linhas gerais de uma

metodologia de avaliação a partir da experiência pioneira do Paranoá, no Distrito Federal. Texto para discussão nº 582. IPEA: Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. In: PEREIRA, L.CBresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lurdes (orgs). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, ENAP, 1999

SANTOS FILHO, José Camilo. Pesquisa Quantitativista *Versus* Pesquisa Qualitativa: o desafio paradigmático. In: GAMBOA, Silvio Sánches; FILHO, José Camilo dos Santos (orgs). **Pesquisa Educacional: quantidade qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995 p. 13-59 (Questões da nossa época)

SERRA. PREFEITURA MUNICIPAL. Departamento de Planejamento Estratégico. Censo Populacional, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Renda Mínima e Reestruturação Produtiva. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SOARES, Fabio Veras; BRITO, Tatiana. **‘Dores de Crescimento’**: os principais desafios dos novos programas de transferência condicional de renda na América Latina. Centro Internacional de Pobreza - One Pager Português, Agosto, 2008 Número 44, Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org>> acesso em: 12 de fev de 2010.

SOUZA, Ednilza Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli Ferreira; VEIGA, João Paulo Costa da. Construção dos Instrumentos Qualitativos e Quantitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Ednilza Ramos de (Orgs). **Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagens de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 71-103.

Souza, Sueli de Mattos. Gestão pública Municipal. In: **Documento da Agenda 21 do Município da Serra 2007-2027**. Disponível em: <<http://www.serra.es.gov.br>> acesso em: 18 de fev de 2009.

TELLES, Vera. **Pobreza e Cidadania**. Curso de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo: USP, Editora 34, 2001. 168p.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado *In*: Asa Cristina Laurell (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. trad. Rodrigo Leon Contrera. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

URUGUAI. **Programa Ingresso Cidadano**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy>> acesso em: 16 de jan de 2010.

VERAS, Fabio; BRITTO, Tatiana. **‘Dores de Crescimento’**: Os Principais Desafios dos Novos Programas de Transferência Condicional de Renda na América Latina.

ZAGANELLI, Barbara. **Alunos da serra que passarem de ano vão ganhar R\$ 100,00**. A Gazeta, Vitória, p. 05, 01 de mar de 2007.

YANNICK, vanderborcht; PARIJS Phillip Van. **Renda Básica de Cidadania: argumentos éticos e econômicos**. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2006. 191p

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas – Professores

Caracterização sócio-econômica

- a) Sexo
- b) Religião
- c) Matéria que leciona:
- d) Série que leciona:
- e) Formação acadêmica:
- f) Tempo de serviço no município:
- g) O que acha do Programa “Bom na Escola”?
- h) Como você avalia os alunos com os quais trabalha em termos de desempenho?
- i) Há algum comentário em relação ao benefício por parte dos alunos, na sala de aula?
- j) Você, alguma vez, fez menção ao benefício ao chamar a atenção dos alunos para os estudos?
- k) Houve alguma situação entre você e seus alunos ou você e os pais que envolvesse direta ou indiretamente o PBE?
- l) Em sua opinião o PBE tem contribuído para diminuir a evasão e a reprovação? Por quê?
Em sua opinião o PBE tem promovido a justiça social? Por quê?
- m) O que você pensa sobre o Programa?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevistas – Pais de alunos

- a) Seus filhos receberam o crédito estudantil?
- b) O benefício fez algum diferencial no seu orçamento?
- c) Quais materiais você adquiriu com o vale estudantil?

Em relação ao desempenho escolar

- a) Como você avalia o desempenho do seu filho na escola? É um bom aluno? Por quê?
- b) Quantos filhos possuem na escola?
- c) Em sua opinião, houve alguma mudança no comportamento escolar de seu filho após a implementação do PBE?
- d) Como você avalia o seu comportamento com seu filho em relação a cobrança nos estudos?
- e) Em que série estão os seus filhos?
- f) Todos foram aprovados, no ano passado?
- g) Como você avalia o PBE?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevistas – Alunos

Caracterização Escolar

- a) Vocês já reprovaram? Por quê? Em quais anos?
- b) Vocês sabem o que é Programa “Bom na Escola”?

Avalie o PBE em relação a:

- a) estímulo para estudar
- b) frequência
- c) permanência na escola
- d) Em sala de aula, há comentários sobre o PBE? Em que situação?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevistas – Coordenador do Programa, Secretário de Educação, Vereador

- a) Quais seus objetivos?
- b) Eles vêm sendo atendidos?
- c) De onde vem o recurso para o repasse do benefício?
- d) Esse Programa é baseado em alguma outra experiência brasileira? Em qual? Em que se aproxima e em que se difere?
- e) Como é feita a contagem dos beneficiados? A listagem? Qual a função da escola nessa etapa do Programa?
- f) O contrato teve que ser refeito. Por quê?
- g) Qual a sua avaliação dos resultados do Programa?
- h) Existem outros municípios que tem se baseado nessa experiência?
- i) Quais as dificuldades no processo?
- j) Qual a quantidade de crianças atendidas no ano de 2007 e 2008?
- k) Qual a quantidade de dinheiro gasto com o Programa, anualmente?
- l) Como é feito o credenciamento dos estabelecimentos?
- m) Há controle sobre a utilização do vale estudantil?
- n) Nas discussões sobre o programa, houve envolvimento do Conselho do FUNDEB? E do Conselho Municipal de Educação? Por quê?

APÊNDICE E - Entrevista – Gestores (Pedagogos e Diretores escolares)

- a) Como você avalia o Programa “Bom na Escola”, levando em consideração seus objetivos?
- b) O Programa tem servido como um atrativo para aumento de matrículas no município?
- c) O Programa “Bom na Escola” interfere na relação pais-escola?
- d) Houve modificações na estrutura pedagógica da escola Após a implantação do Programa “Bom na Escola”? De que tipo?
- e) Existe programa de apoio pedagógico, na escola para acompanhar os alunos com dificuldades?
- f) Houveram mudanças na frequência dos alunos na escola? Quais?
- g) Os pais têm frequentado mais à escola? Por quais motivos?

ANEXOS

ANEXO A - Lei 3113/2007 de 04 de julho de 2007



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Estado do Espírito Santo

PUBLICADA NO
DIÁRIO OFICIAL
DE 10 / 07 / 2007
AUXÍLIO



LEI N.º 3113

CRIA NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DA SERRA O PROGRAMA "BOM NA
ESCOLA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído, nos termos desta lei, um prêmio incentivo à conclusão do ensino fundamental, denominado "Bom na Escola" que será garantido a todo aluno da rede municipal de ensino da Serra que cumprir os critérios definidos nesta lei.

§ 1º. O programa abrangerá os alunos matriculados a partir do ano letivo de 2007, tendo por referência os seguintes critérios:

- I - estar devidamente matriculado na rede até o final do 1º bimestre;
- II - frequência de 90% da carga horária anual;
- III - participação em projetos e programas de apoio pedagógico, caso necessário;
- IV - concluir a 4ª série ou o 5º ano em até 06 ou 07 anos de escolaridade consecutivos, respectivamente, e as demais restantes em até 06 anos de escolaridade consecutivos.

§ 2º. Os alunos da rede municipal que prosseguirem no ensino fundamental, após a comprovação de sua rematricula no novo ano letivo, terão direito ao valor do prêmio incentivo anual.

§ 3º. A liberação do prêmio incentivo será feita por meio de um vale compra estudantil ou equivalente, que será usado em produtos ou serviços destinados à formação do aluno, a ser regulamentado por ato do Poder Executivo.

§ 4º. O aluno que não atingir qualquer um dos critérios definidos nos incisos I, II e III, por mais de dois anos consecutivos, perderá o direito à continuidade no programa, podendo resgatar o saldo acumulado do prêmio, porventura existente, após comprovar a conclusão do ensino fundamental.

§ 5º. O aluno que ultrapassar o limite definido no inciso IV perderá o direito à continuidade no programa, podendo resgatar o saldo acumulado do prêmio, porventura existente, após comprovar a conclusão do ensino fundamental.

§ 6º. O aluno evadido da escola, a qualquer tempo, ou com matrícula interrompida em pelo menos 01 ano, perderá o direito ao programa, não tendo direito ao resgate de nenhum saldo acumulado, porventura existente, revertendo-se o mesmo para investimentos na rede municipal de ensino.

§ 7º. O aluno que se transferir para outra rede de ensino perderá o direito à continuidade no programa, fazendo jus ao saldo depositado, porventura existente, comprovando em até 60 dias do encerramento do ensino fundamental, a conclusão do mesmo dentro do prazo de tempo limite estabelecido por esta lei.

§ 8º. O aluno de que trata o parágrafo anterior, que não comprovar a conclusão do ensino fundamental no prazo estabelecido, perderá o direito ao saldo existente, revertendo-se o mesmo para investimentos na rede municipal de ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Estado do Espírito Santo



Lel nº 3113/2

Art. 2º. O valor do prêmio-incentivo corresponderá a R\$ 100,00 (cem reais) por ano, a ser depositado em uma conta única em nome do Município da Serra, específica para esta finalidade, em estabelecimento bancário devidamente credenciado.

Parágrafo Único. O valor do prêmio-incentivo será reajustado no dia primeiro de janeiro de cada exercício pelo IPCA-E, acumulado no exercício anterior, ou outro índice que o município venha adotar para a correção de seus tributos, a partir de 2009.

Art. 3º. O valor do prêmio-incentivo a que tem direito cada aluno beneficiário, menor de idade, será liberado para os pais ou outro representante legal, desde que devidamente comprovada a condição.

Art. 4º. Os saques dos valores creditados aos beneficiários serão liberados nos seguintes modos e proporções:

- ? I - 100% do saldo a que o estudante fizer jus, após a conclusão da 4ª série (ensino fundamental de oito anos), 5º. ano (ensino fundamental de nove anos) e 2º. ciclo noturno do ensino fundamental, comprovada a matrícula e frequência nos primeiros trinta dias do início do ano letivo subsequente, atendidas as exigências do § 1º do art. 1º desta lei;
- ? II - 100% do saldo a que o estudante fizer jus, após a conclusão do ensino fundamental, atendidas as exigências do artigo 1º, no que se aplica.

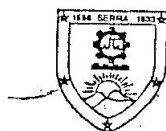
Art. 5º. O Poder Executivo Municipal criará um comitê de controle social do programa, a ser composto nos seguintes modos e proporções:

- I - 03 representantes da Secretaria Municipal de Educação da Serra;
- II - 01 representante do Conselho Municipal de Educação da Serra;
- III - 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – SINDIUPES;
- IV - 01 representante da Associação de Pais e Alunos do Estado do Espírito Santo-ASSOPAES;
- V - 01 representante do Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente do Município da Serra.
- VI - 01 representante do Conselho de Educação, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal da Serra.

§ 1º. A participação no comitê é considerada serviço público relevante, não gerando nenhum direito remuneratório para os seus membros.

§ 2º. Cabe ao Poder Executivo dotar o comitê de controle social do programa da infra-estrutura técnico-administrativa necessária ao seu funcionamento.

§ 3º. O regimento interno do comitê de controle social do programa será estabelecido por meio de decreto do Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Estado do Espírito Santo

Lei nº 3113/3

§ 4°. É vedada aos ocupantes de cargo em comissão na Administração Direta e/ou Indireta do Município da Serra, a participação no comitê de que trata o *caput* deste artigo, salvo se indicados como representantes do órgão constante do inciso I.

Art. 6°. As despesas oriundas da execução desta lei correrão por conta do orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 7°. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei por meio de decreto municipal.

Art. 8°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais necessários para aplicação das despesas decorrentes da presente lei.

Art. 9°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal, em Serra, aos 4 de julho de 2007.

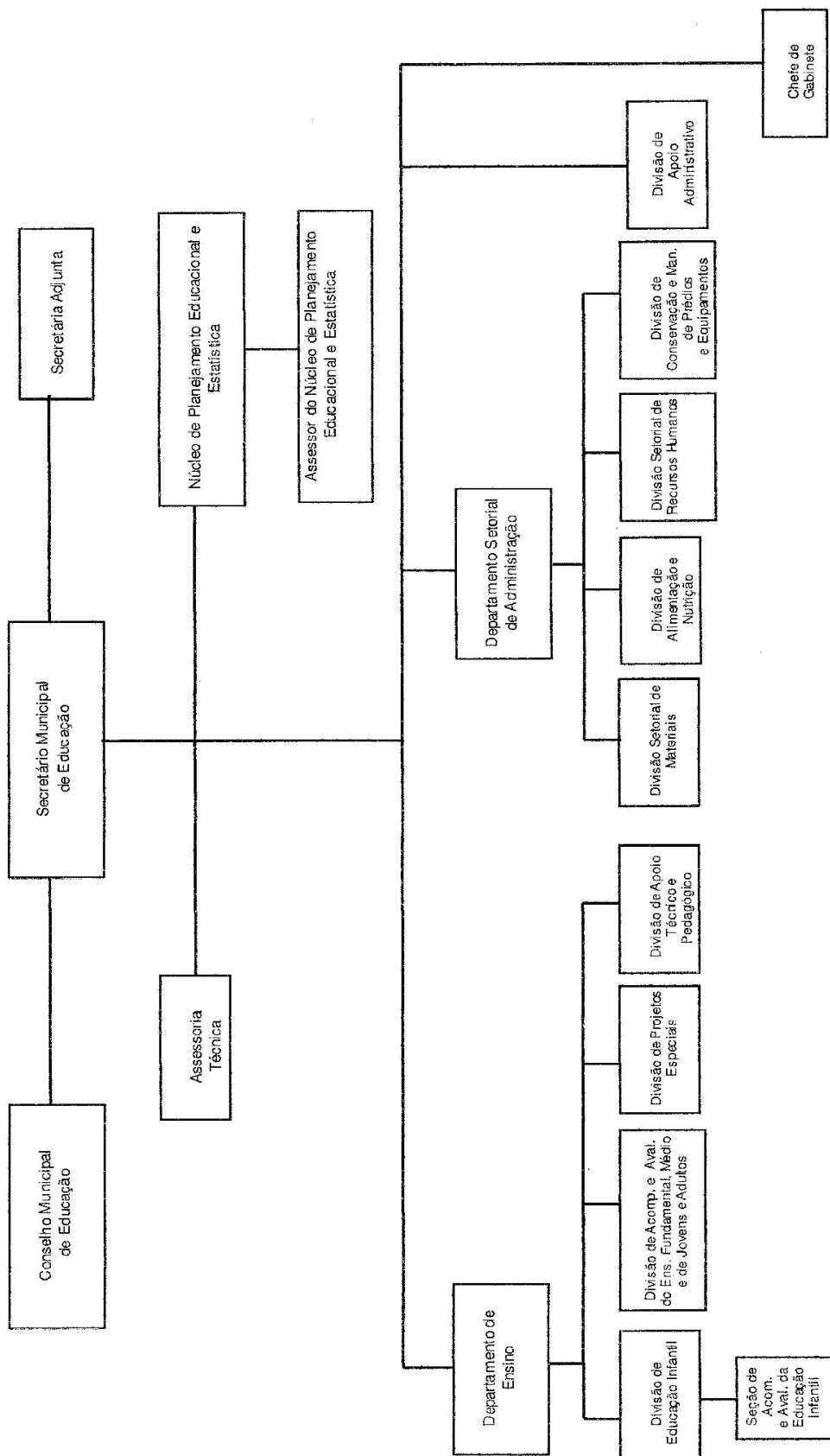
AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS
Prefeito Municipal

Processo: 16.672 e 28.701/2007
VST.

Praça Dr. Pedro Feu Rosa, n.º 01, Centro – Serra/ES

ANEXO B - Organograma da Secretaria de Educação

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



PRIMEIRO PAGAMENTO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS SERÁ FEITO EM DEZEMBRO, GARANTE O PREFEITO DO MUNICÍPIO, AUDIFAX BARCELOS

Alunos da Serra que passarem de ano vão ganhar R\$ 100,00

Projeto Bom de Nota na Escola tem o objetivo de diminuir evasão e reprovação

BÁRBARA ZAGANELLI
bzaganelli@redgazeta.com.br

Mais de 42 mil alunos do ensino fundamental, na Serra, poderão ser beneficiados com R\$ 100,00 ao final de cada ano letivo. O benefício, que faz parte do Projeto Bom de Nota na Escola, tem o objetivo de diminuir os índices de evasão e reprovação escolar, além de dar um estímulo para que o aluno dedique-se mais a sua formação.

O projeto está em fase de conclusão e deve ser entregue à Câmara Municipal da Serra nos próximos dez dias. A expectativa do prefeito do município, Audifax Barcelos, é que o programa comece a funcionar a partir de março. "Em dezembro, será feito o primeiro pagamento aos pais ou responsáveis dos alunos", explicou. Para obter o benefício, o

aluno precisa comprovar que cursa o ensino fundamental da rede municipal, que foi aprovado e, ainda, que está matriculado para o ano seguinte. O pagamento, em dinheiro, será realizado na próxima escola do estudante.

O investimento será de R\$ 6 milhões por ano. Ainda não se sabe como o benefício será fiscalizado. A idéia, pioneira no Estado, já foi implantada em Brasília. "Lá, o resultado foi positivo", garantiu o prefeito.

Para quem já ficou reprovado, como o estudante Ramon Cossuol, 12 anos, o dinheiro será um estímulo. "O aluno fica muito mais empenhado para estudar quando sabe que vai ganhar alguma coisa", destacou, sorrindo. Além disso, o pai, Oloilson Cossuol, acredita que o incentivo financeiro deverá ajudar nas despesas com a educação.

O NÚMERO

R\$ 1,6 mil

Esse é o valor médio do prejuízo para o município quando um estudante sai da escola. Na Serra, dos 42 mil alunos, a média de reprovação é 30% e evasão 3%.



FORNÍMIA Ramon Cossuol, que já ficou reprovado, diz que o dinheiro será um estímulo para estudar. FOTO: ERSOVI/OWAS

COMO VAI FUNCIONAR

- **Valor do benefício.** R\$ 100 por aluno
- **Quando começa.** a expectativa é de que o programa seja aprovado pela Câmara Municipal neste mês, para, em dezembro, ser dado o primeiro benefício
- **Como ser beneficiado.** o aluno deve comprovar que cursa o ensino fundamental da rede municipal, que foi aprovado e que está matriculado para o ano letivo seguinte
- **Pagamento.** o dinheiro, em espécie, não será entregue aos pais ou responsáveis
- **Fiscalização.** a orientação é que os pais usem o incentivo na educação do filho, mas, por enquanto, não há projeto para fiscalizar o gasto

Dinheiro não deve diminuir reprovação

O incentivo em dinheiro não deve diminuir a quantidade de reprovação e evasão escolar. Para alguns especialistas em formação educacional, o benefício poderia agravar ou criar outros problemas. O especialista em Educação e professor de Filosofia da Ufes, Edebrante Cavallari, por exemplo, avalia que o programa será uma espécie de "prêmio". "Quando o aluno tira notas boas, muitos pais dão dinheiro. Para mim, esse prêmio não deve ser dado". Isso porque, explica, o aluno precisa aprender desde cedo a importância do estudo. "O estudante precisa ir à escola porque quer aprender, não porque será pago", disse. Por isso, acredita que o dinheiro poderia ser usado, por exemplo, na qualificação de professores. "É preciso repensar o programa para que não dê errado".

RÁPIDA

Prouni Inscrição começa em 23 de maio

Os estudantes que desejam concorrer a bolsas de estudos integrais e parciais do Programa Universidade para Todos (Prouni), para cursos que iniciam no segundo semestre deste ano, já podem preparar os documentos, pois as inscrições serão abertas em 23 de maio e a divulgação dos selecionados será feita em 14 de junho. De acordo com o coordenador do Prouni, Celso Ribeiro, a expectativa é oferecer cerca de 50 mil bolsas de estudos no segundo semestre. Para aumentar o aproveitamento, no ato da inscrição, o candidato poderá fazer até sete opções de curso ou de instituição.

ANEXO D - Dinheiro de Bolsa para Estudantes da Serra será Depositado este Ano.

A GAZETA Vitória (ES), terça-feira, 10 de abril de 2007

Educação

CIDADES | 05

OBJETIVO BOLSA ANUAL NO VALOR DE R\$ 100 PRETENDE INCENTIVAR A DEDICAÇÃO DOS ALUNOS E EVITAR A EVASÃO ESCOLAR

Dinheiro de bolsa para estudante da Serra será depositado este ano

Programa Bom de Nota na Escola foi lançado ontem e deve beneficiar 42 mil

CLÁUDIA FELIZ

cfeliz@redgazeta.com.br

O Programa Bom de Nota na Escola, que concede uma bolsa anual no valor de R\$ 100 para incentivar maior dedicação dos alunos ao ensino, evitando a evasão escolar, foi lançado oficialmente ontem pela Prefeitura da Serra, que encaminhou projeto de lei à Câmara de Vereadores do município. De acordo com a assessoria da prefeitura, os depósitos serão efetuados neste ano.

Serão beneficiados com o

será capaz de incentivar as famílias a cobrarem um melhor desempenho dos filhos na escola.

Só terá direito aos R\$ 100 anuais o aluno que comprovar que cursa o ensino fundamental na rede municipal de ensino, que obtiver aprovação e estiver matriculado para o ano letivo seguinte.

Para os alunos que concluírem o ensino fundamental em oito anos o valor será de R\$ 800, subindo para R\$ 900, com nove anos de estudos.

Perderá o direito a receber parte do dinheiro o aluno que repetir a mesma série por mais de dois anos consecutivos. Os saldos das bolsas serão retirados pela mãe ou responsável legal pelo estudante.

projeto 42 mil alunos do ensino fundamental (antigo 1º Grau) da rede municipal de Educação da Serra. De acordo com a prefeitura, cada um desses alunos custa, em média, anualmente, R\$ 1,6 mil.

O prefeito da Serra, Audifax Barcelos, assinou a mensagem remetida à Câmara na presença do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que veio ao Estado lançar a campanha Educação Já.

Para a prefeitura, o Programa Bom de Nota da Escola diminuirá os índices de evasão e reprovação escolar, e

QUEM RECEBERÁ

■ **Quem receberá.** Só receberá R\$ 100 por ano o aluno que comprovar que cursa o ensino fundamental na rede municipal, que obteve aprovação e que está matriculado para o ano letivo seguinte.

■ **Repasse.** O dinheiro será assim repassado: 50% do saldo após a conclusão da 4ª série ou ciclo equivalente do ensino fundamental, comprovada a matrícula e frequência nos primeiros trinta dias do início do ano letivo na 5ª série; e 100% do saldo restante, após a conclusão do ensino fundamental, totalizando R\$ 800 para ensino fundamental de oito anos e R\$ 900, para o fundamental de nove anos

Estado também quer implantar bolsa

O governo do Estado já anunciou que também estuda a implantação de uma bolsa para garantir que alunos do ensino médio da rede pública estadual se matriculem na escola. A Secretaria de Estado da Educação (Secu) quer, com a medida, combater a evasão escolar dos jovens. Muitos saem do ensino fundamental e optam por não concluir os estudos. A definição sobre o valor da poupança, assim como o perfil do estudante que se beneficiará da bolsa ainda estão sendo estudados.

SINDIUPES CONSIDERA O PROGRAMA "DISCRIMINATÓRIO"

Professores da Serra condenam projeto de bolsas

Audiência pública na Câmara mostra posição do Magistério sobre o Projeto Bom de Nota

BRUNELLI DUARTE

Professores e diretores da rede municipal de ensino da Serra se reuniram ontem à noite em audiência na Câmara de Vereadores, para reivindicar mudanças no Projeto Bom de Nota na Escola, enviado à Casa pela prefeitura. Eles acreditam que o programa, como está, é "discriminatório".

Pelo projeto, cada aluno que for aprovado receberá R\$ 100 ao final do ano letivo. O dinheiro será depositado em uma poupança. A intenção, de acordo com o secretário municipal de Educação, Gelson Junquilha, é incentivar o aluno a continuar na escola.

ALTERAÇÕES. Para o diretor de política educacional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), Eduardo Coelho, os estudantes que tem dificuldades de aprendizado são os que mais necessitam de incentivo e investimento.

"A categoria está bastante indignada. Nenhum aluno deve ser marginalizado da educação. O dinheiro deveria

ser aplicado na melhoria da qualidade do ensino", explicou. Além disso, os professores temem ser pressionados pelas famílias a aprovarem os alunos para garantir o benefício. De acordo com o secretário, "esse medo dos professores não tem nenhuma procedência nem justificativa".

O Sindiupes decidiu discutir o problema com os vereadores para que o projeto não seja aprovado pela Câmara. O vereador Roberto Carlos, que presidiu a audiência, informou que o projeto será analisado e deve ser votado apenas no início do próximo mês.

Vila Velha decide sobre obra de resort

Depois de ser rejeitado por unanimidade, o decreto lei de nº 002/07 volta ao plenário para ser apreciado na noite de hoje na Câmara de Vila Velha. A decisão foi anunciada ontem pelos próprios vereadores, que decidiram em março pela reprovação da matéria por falta de detalhamento do projeto. O decreto é de autoria do Executivo e tramita na Câmara desde janeiro. Ele estabelece que a área do Farol de Santa Luzia seja destinada a interesses funcionais, e, no local, seriam construídos um resort e um condomínio de luxo.

POLÊMICA O PROGRAMA "BOM DE ESCOLA" PODE SER ENVIADO PARA VOTAÇÃO NA CÂMARA NA PRÓXIMA SEMANA

Projeto de prêmio para aprovados será alterado

Professores temem que projeto da PMS aumente os casos de ameaças contra educadores

JAIDER MIRANDA

A Prefeitura Municipal da Serra deve encaminhar até a semana que vem para ser votado na Câmara de Vereadores o projeto "Bom de Escola", que destina uma bolsa de R\$

100,00 para cada aluno da rede municipal que for aprovado.

De acordo com o secretário de Educação Gelson Junuinho, o programa visa incentivar a permanência do aluno na escola, que, mantendo boas notas, ganharão um auxílio que possa ser usado no complemento dos estudos. No entanto, antes de ser levado ao Legislativo, o projeto ainda pode sofrer algumas alterações.

"O valor vai se acumulando e poderá ser usado em duas oportunidades, ou no final da 4ª série ou no término do ensino fundamental. Essa bolsa

só poderá ser utilizada para a aquisição de bem relacionados ao ensino, e, caso o aluno reprova em alguma série, perderá o auxílio".

CRÍTICAS. O projeto não é bem recebido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes). Os professores alegam que não foram chamados para discussão.

"O projeto é pedagogicamente discriminatório. Os alunos reprovados serão duplamente prejudicados, vão perder o ano e também a bolsa. A ajuda não chegará a

quem mais precisa", afirma o sindicalista Eduardo Cabral.

Outra preocupação é que professores sejam forçados a aprovar alunos para que eles não percam as bolsas, o que poderia gerar represálias por parte das famílias carentes.

"Aluno tem que ir a escola porque gosta de estudar e não pelo dinheiro", opina a professora Rilma Bragança.

Segundo Eduardo, a entidade vai esperar o novo projeto, já alterado, ser apresentado na Câmara para que sejam tomadas as providências junto aos vereadores para a possível rejeição da proposta.

UNANIMIDADE APESAR DAS CRÍTICAS, TODOS OS VEREADORES FORAM FAVORÁVEIS À LEI

Bom de Escola é aprovado após modificações

Após gerar muita polêmica, a lei não vincula o benefício às notas dos alunos da rede municipal

JAIDER MIRANDA

Foi aprovado por unanimidade na semana passada, na Câmara Municipal da Serra, o polêmico projeto "Bom de Escola", que concede aos alunos da rede pública municipal um prêmio incentivo à conclusão do Ensino Fundamental, no valor de R\$ 100 por ano letivo concluído.

Para ser aprovado, o projeto passou por várias alterações, e agora a nota escolar não é mais condicionante para o recebimento da bolsa. No novo programa a frequência escolar e participação dos pais nas reuniões também serão levados em consideração. De acordo com o vereador Professor Roberto Carlos (PT), membro da Comissão de Educação da Câmara da Serra, no antigo projeto, quando ainda se chamava "Bom de Nota na Escola", existiam pontos discordantes com a opinião dos profissionais da área.

"Solicitamos a realização de uma Audiência Pública para a discussão do projeto junto com os educadores do município. Nesse espaço foram levantados vários pontos que necessitariam ser revistos antes que o projeto fosse colocado para votação na Câmara", afirma o vereador.

Já o presidente da Comissão de Educação, vereador Baiano da Farmácia (PL), comentou que boa parte da polêmica estabelecida no antigo projeto foi devido a divulgação antecipada por parte da Prefeitura da Serra, antes mesmo do projeto ser discu-

tido com a opinião pública.

"Um projeto dessa importância deve ser discutido de forma democrática pelas partes envolvidas. Através da Audiência Pública e das reuniões do Conselho de Educação, onde trouxemos a participação dos professores, surgiram as proposições de alteração ao projeto, as quais foram aceitas pelo executivo e foram incorporadas ao novo projeto", declarou o vereador.

COMITÊ. Para a regulamentação da lei será criada um Comitê de Controle Social do Programa, a ser composto da seguintes forma: três representantes da Secretaria Municipal de Educação da Serra; um representante do Conselho Municipal de Educação; um representante do Sindiupes; um representante da Associação de Pais e Alunos (Assopaes); um representante do Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Ado-

lescente; e um representante do Conselho de Educação da Câmara Municipal.

A liberação do incentivo será feita por meio de um vale compra estudantil que será usado em produtos ou serviços destinados exclusivamente à formação acadêmica do aluno. Ficará a cargo da FMS ou do Comitê o cadastramento dos estabelecimentos que irão aceitar os vales.

Segundo o secretário de Educação, Gelson Junquilha, a verba para o pagamento das bolsas ficará por conta do orçamento da PMS e os primeiros depósitos serão efetuados em fevereiro de 2008.

Perde o direito ao incentivo o estudante que se transferir para outra rede de ensino; se evadir da escola, a qualquer tempo, ou com matrícula interrompida em pelo menos um ano; ou que não atingir qualquer um dos critérios definidos no projeto por mais de dois anos consecutivos.

QUEM TEM DIREITO?

• **Início.** O Programa abrangerá os alunos matriculados a partir do ano letivo de 2007, sendo o primeiro depósito realizado em fevereiro de 2008.

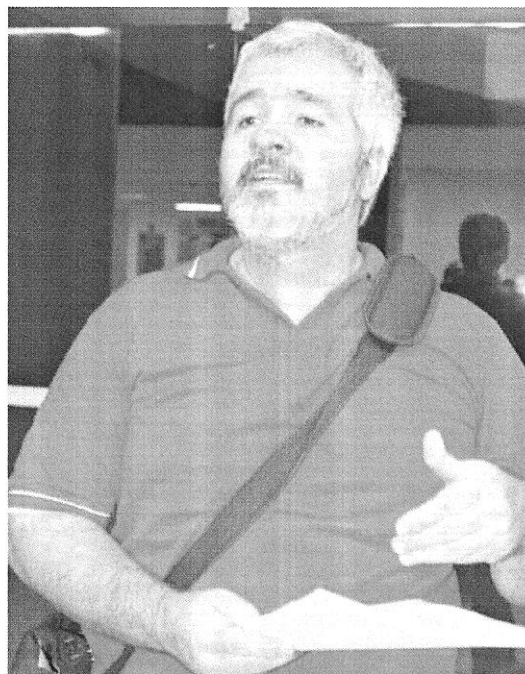
• **Matriculas.** O aluno terá que estar devidamente matriculado na rede municipal de ensino até o final do 1º bimestre;

• **Frequência.** Para ter direito ao benefício, o aluno terá que manter uma frequência de 90% da carga horária anual;

• **Projetos Pedagógicos.** Caso seja necessário, o aluno terá que atestar a participação em projetos e programas de apoio pedagógico;

• **Prazo.** Só terá direito ao benefício quem concluir a 4ª série ou o 5º ano em até seis ou sete anos de escolaridade consecutivos, respectivamente, e os demais restantes em até seis anos de escolaridade consecutivos.

• **Cancelamento.** O aluno que não atingir qualquer um dos critérios definidos por mais de dois anos consecutivos perderá o direito à continuidade no programa, podendo resgatar o saldo acumulado do prêmio, por ventura existente, após comprovar a conclusão do ensino fundamental.



PROFESTO. Segundo o diretor de Políticas Educacionais do Sindiupes, Eduardo Cabral Coelho, o sindicato pode se recusar a participar do comitê regulador do programa. FOTO NARA FERRAZ

Mesmo modificado, projeto ainda é alvo de críticas

Para os sindicalistas, a criação do programa Bom de Escola é um ato "eleitoreiro e populista"

Mesmo após a alteração do projeto de lei que cria o Bom de Escola, os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) mantêm o posicionamento contrário ao programa.

De acordo com a diretora do Sindiupes, Gisele Azevedo, que representou a entidade em algumas das reuniões do Conselho de Educação, existia uma pressão para que o projeto fosse aprovado de qualquer forma.

"Percebemos que não existia a possibilidade do projeto ser rejeitado, mesmo com todas as restrições apresentadas pelo sindicato. Tentamos assim amenizar o desastre que seria a aprovação do projeto original propondo algumas alterações", explica a diretora.

CRÍTICAS. Segundo o diretor de Políticas Educacionais do Sindiupes, Eduardo Cabral Coelho, um projeto como o Bom de Escola só surtiria efeito se viesse acompanhado de outras ações, como as

melhorias nas condições de ensino dos alunos.

"Não se pergunta por que o aluno tem dificuldade de aprender, por que ele não gosta de ir à escola. A SEDU tem por obrigação garantir a aprendizagem dos alunos, não de pagá-los para ir estudar", afirma Eduardo.

Segundo os representantes do Sindiupes, o programa não interfere na aprendizagem do aluno e os objetivos de ensino não serão atingidos.

"O programa deveria passar por uma avaliação pedagógica, e quem tem capacidade para fazer isso são justamente os professores, que convivem no dia-a-dia com os alunos e conhecem melhor do que ninguém a realidade deles", contestam os diretores

do Sindiupes.

Os sindicalistas também criticam a carga de responsabilidade posta em alunos na faixa etária dos 7 aos 15 anos, sem dar condições para que o aprendizado seja satisfatório.


DISCUSSÕES. Por não concordarem com a aprovação da lei, o Sindiupes poderá abrir mão da vaga a que tem direito no Comitê de Controle Social do Programa, que será responsável por regulamentar o funcionamento do Bom de Escola.

Segundo o presidente da Comissão de Educação da CMS, vereador Baiano da Farmácia, o sindicato participou de todas as discussões acerca do projeto e tiveram todo o espaço necessário para apresentar suas objeções.



A educação não pode ser feita com improviso e assistencialismo. A educação se faz com investimentos e melhorias nas condições de trabalho"

EDUARDO CABRAL COELHO
Diretor de Políticas Educacionais do Sindiupes



Meta escola

Melhor Equipe Professores
certificados por SENAI/CEFETES,
UFES e ABRAMAN

Turmas - Noite e Finais de semana

- Eletricidade básica - 80h
- Eletricista instalador predial - 120h
- NR-10 - 40h
- Desenho Técnico - 80h
- Traçados de caldearia - 140h
- Metrologia Básica - 80h
- Lubrificação Industrial - 40h
- Operador de Ponte Rolante - 20h
- Operador de Empilhadeira - 30h
- Supletivo (eja) com prova na escola

Desconto de 10% para pagamento à vista

Rede municipal. Cartões serão entregues a partir do dia 2

Serra: após um ano, sai bolsa para alunos

Estudantes da 4ª e 8ª séries aprovados em todas as disciplinas vão receber R\$ 100, a ser utilizados em educação

Um ano e quatro meses depois de ter sido aprovado pela Câmara de Vereadores, o programa "Bom na escola" poderá ser visto, na prática, por estudantes das escolas municipais da Serra. É que agora serão entregues os cartões no valor de R\$ 100,00 a que os alunos aprovados na 4ª e na 8ª séries têm direito. O benefício poderá ser usado para compra de material didático em estabelecimentos credenciados (como papelarias e livrarias) e em cursos de idiomas.

Desde abril de 2007 fala-se no programa. Foi quando a Prefeitura da Serra anunciou o projeto. Na ocasião, a informação era de que a bolsa anual no valor de R\$ 100,00 seria depositada naquele ano, conforme a assessoria da prefeitura afirmou a A GAZETA. A estimativa era de que seriam beneficiados com o projeto 42 mil alunos do ensino fundamental (antigo 1º grau) da rede municipal de Educação da Serra. Em junho de 2007, o projeto foi votado pelos vereadores.

A prefeitura acrescentou que



GABRIEL LORDÉLLO

EXPECTATIVA. Alunos da Escola Padre Gabriel, em Jardim Carapina, aguardam entrega da bolsa

o programa diminuiria os índices de evasão e reprovação e seria capaz de incentivar as famílias a cobrarem um melhor desempenho dos filhos na escola.

Ontem, o município informou que serão beneficiados 5.632 estudantes aprovados na

4ª e na 8ª séries, em todas as disciplinas. Aqueles que teriam direito ao cartão no ano passado também receberão a bolsa neste ano, garantiu a prefeitura. Para isso, os responsáveis devem procurar a escola em que esses alunos estudaram.

VEJA NA WEB
Confira os locais onde o cartão poderá ser utilizado no site www.gazetaonline.com.br/agazeta